

VANNEI DE ALMEIDA SILVA JUNIOR

A GEOPOLÍTICA CHINESA PARA ÁFRICA

impactos para projeção brasileira na costa ocidental da África Austral

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada à Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE).

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Sandoval Góes

RIO DE JANEIRO

2022

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG.

VANNEI DE ALMEIDA SILVA JUNIOR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586i Silva Junior, Vannei de Almeida

A Geopolítica chinesa para África: impactos para a projeção brasileira na costa ocidental da África Austral / CMG (FN) Vannei de Almeida Silva Junior. – Rio de Janeiro: ESG, 2022.

156 f.: il.

Orientador: CMG (RM1) Guilherme Sandoval Góes.

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2022.

1. Geopolítica - Oceanopolítica. 2. Poder Nacional - Brasil. 3. Política externa - Brasil. 4. Relações exteriores - África. 5. Relações exteriores - China.
I. Título.

CDD – 327.111

A minha gratidão os meus amados Ian, Cléo e Tatiana, por toda compreensão, incentivo, paciência, companheirismo, apoio e atenção em minha vida, especialmente nos muitos momentos em que estive ausente durante o CAEPE, para elaboração desta singela obra.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amigos Estagiários da Turma Bicentenário da Independência, pelo harmonioso convívio diário e pela amizade, incentivo, companheirismo e otimismo em todas as horas.

Ao meu orientador Prof. Dr. CMG (RM1) Guilherme Sandoval Góes, por todo o empenho, paciência, dedicação e clareza com que me conduziu para trilhar os desafiadores caminhos deste trabalho.

Às queridas Elizabeth Almeida, Maria Angélica Almeida, Eunice Oliveira e Elpídio Nobre, pelos ensinamentos e incentivos permanentes, muito além do mundo Acadêmico.

Aos Ministros Alan Séllos e Kenneth Haczynski pela fidalguia e atenção que me dispensaram, à Embaixadora Vivian Loss Sanmartin, ao Conselheiro João Marcelo Soares e aos Adidos de Defesa na África do Sul e na Namíbia, Srs CMG Jairo Geraldo Gomes Junior, e CMG Alexander Neves de Assumpção, respectivamente, pela prontidão, iniciativa e colaboração inestimáveis.

Às colegas Patrícia Ajus e Ângela Mendes, pela disponibilidade, ensinamentos e aprimoramentos desta obra, bem como por todo incentivo nas pesquisas junto aos acervos das bibliotecas consultadas.

A Paz não depende somente de nossa vontade, dos nossos sentimentos de concórdia constantemente demonstrados em tantas ocasiões difíceis. Depende também, e principalmente, da vontade de numerosos vizinhos que nos cercam.

*José Maria da Silva Paranhos Junior
Barão do Rio Branco*

RESUMO

A China tem se projetado na África Austral em busca de mercados que garantam sua segurança energética e alimentar e apoio político em fóruns multilaterais, o que impacta os interesses brasileiros nesta porção de seu entorno estratégico. Mediante análise da situação geopolítica, com base nas Teorias da Relações Internacionais (RI); da Política Externa brasileira, aplicada em Angola, África do Sul e Namíbia; e dos interesses geopolíticos da China e dos Estados Unidos (EUA) na costa ocidental africana. Conclui-se que a crescente presença chinesa na África acirra a disputa com os EUA pelo reordenamento da Ordem Mundial em transição, com potencial de transbordamento das tensões do Indo-Pacífico para o Atlântico Sul, com repercussões na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, campo para ação da Oceanopolítica. O vetor da análise foi a Expressão Política, aí incluídas as Diplomacias Econômica e de Defesa, como elemento componente do Poder Nacional, atuando sobre a relação trilateral sino-afro-brasileira, identificando áreas de cooperação e de conflitos. A resultante da análise, sugere ações político-estratégicas, no campo da Oceanopolítica e das RI, como forma do Poder Nacional, mediante a adoção de uma “Grande Estratégia”, seja capaz de garantir os interesses nacionais, aproveitando as oportunidades – e neutralizando as ameaças – que surgem desse rearranjo do Sistema Internacional, acelerado pela pandemia do coronavírus e pelo conflito na Ucrânia, que impactaram as cadeias globais de suprimento, de forma inédita. Espera-se que as conclusões deste trabalho sejam relevantes para ampliar as informações sobre a África Austral e para o Brasil manter seu *status* de Potência Média e se posicione de forma pragmática na competição entre China e EUA, sendo capaz de aumentar seu Poder e manter o Entorno Estratégico Brasileiro seguro e estável, por intermédio da adoção de preceitos oceanopolíticos e geopolíticos. Colateralmente o presente estudo pretende auxiliar a compreensão da estratégia e das iniciativas chinesas para tornar-se uma superpotência no próximo quarto de século e como estas impactam a Política Externa brasileira e sua busca pelo desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Geopolítica – Oceanopolítica. Poder Nacional - Brasil. Política externa - Brasil. Relações exteriores - África. Relações exteriores – China.

ABSTRACT

China has been projected in Southern Africa in search of markets that ensure its energy and food security and political support in multilateral forums, which impacts Brazilian interests in this portion of its strategic environment. Through analysis of the geopolitical situation, based on the International Relations Theories; on the Brazilian Foreign Policy, applied to Angola, South Africa, and Namibia; and the geopolitical interests of China and the United States (USA) on the West African coast. It is concluded that the growing Chinese presence in Africa intensifies the dispute with the USA for the reordering of the World Order in transition, with potential for overflowing tensions from the Indo-Pacific to the South Atlantic, with repercussions in the South Atlantic Peace and Cooperation Zone, field for action of Oceanopolitic. The vector of the analysis was the Political Expression, including the Economic and Defense Diplomacies, as a component element of the National Power, acting on the trilateral Sino-Afro-Brazilian relationship, identifying areas of cooperation and conflict. The resulting analysis suggests political-strategic actions in the field of Oceanopolitic and IR, as a form of the National Power, through the adoption of a "Great Strategy", is able to guarantee the national interests, taking advantage of the opportunities - and neutralizing the threats - that arise from this rearrangement of the International System, accelerated by the coronavirus pandemic and the conflict in Ukraine, that have impacted global supply chains in an unprecedented way. It is expected that the conclusions of this work are relevant to expand information on southern Africa and for Brazil to maintain its status as a Middle Power and position itself pragmatically in the competition between China and USA, being able to increase its power and keep the Brazilian Strategic Environment safe and stable, through the adoption of oceanopolitic and geopolitical precepts. Collaterally, this study aims to assist the understanding of the Chinese strategy and initiatives to become a superpower in the next quarter of a century and how these impact the Brazilian Foreign Policy and its pursuit for national development.

Keywords: Geopolitics - Oceanopolitics. National Power - Brazil. Foreign policy - Brazil. International Relations - Africa. International Relations - China

摘要

预计中国将在南部非洲寻找市场 以保障其能源和粮食安全并在多边论坛上提供政治支持这将影响巴西在这部分战略环境中的利益。通过对地缘政治形势的分析 以国际关系理论为基础《巴西外交政策》适用于安哥拉、南非和纳米比亚以及中美两国在西非沿岸的地缘政治利益。结论是中国在非洲的存在日益增多 加剧了与美国之间关于重新安排转型中的世界秩序的争端 有可能使从印度太平洋到南大西洋的紧张局势泛滥 并对海洋政治行动领域南大西洋和平与合作区产生影响。分析的媒介是政治表达 包括经济和国防外交 作为国家权力的一个组成部分 对中非巴西三方关系采取行动 确定合作和冲突领域。由此产生的分析表明 作为国家权力的一种形式 海洋政治和红外领域的政治-战略行动是通过 "伟大战略"能够保障国家利益 利用国际系统这种重新安排带来的机遇----并消除这些威胁 这种调整因冠状病毒大流行和乌克兰冲突而加速 以前所未有的方式影响了全球供应链。预计这项工作的结论将有助于扩大关于南部非洲的信息, 并有助于巴西保持中间大国的地位 在中美竞争中务实地定位自己 通过采用海洋政治和地缘政治准则 能够增强其力量 保持巴西战略环境的安全和稳定。此外 这项研究旨在帮助理解中国在未来25年内成为超级大国的战略和倡议 以及这些战略和倡议如何影响巴西外交政策及其对国家发展的追求。

关键词：地缘政治-海洋政治.国家力量-巴西。外交政策-巴西。对外关系----非洲。对外关系--中国。

RESUMEN

China se ha proyectado en África Austral en busca de mercados que garanticen su seguridad energética y alimentaria y apoyo político en foros multilaterales, lo que impacta los intereses brasileños en esta porción de su entorno estratégico. Mediante análisis de la situación geopolítica, con base en las Teorías de las Relaciones Internacionales (RI); de la Política Exterior de Brasil, aplicada en Angola, Sudáfrica y Namibia; y de los intereses geopolíticos de China y de Estados Unidos (EUA) en la costa occidental africana. Se concluye que la creciente presencia china en África agudiza la disputa con los Estados Unidos por la reordenación del Orden Mundial en transición, con potencial de desbordamiento de las tensiones del Indo-Pacífico hacia el Atlántico Sur, con repercusiones en la Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur, Campo de acción de la Oceanopolítica. El vector del análisis ha sido la Expresión Política, allí incluidas las Diplomacias Económica y de Defensa, como elemento componente del Poder Nacional, actuando sobre la relación trilateral sino-afro-brasilera, identificando áreas de cooperación y de conflictos. La resultante del análisis, sugiere acciones político-estratégicas, en el campo de la Oceanopolítica y de las RI, como forma del Poder Nacional, mediante la adopción de una "Gran Estrategia", sea capaz de garantizar los intereses nacionales, aprovechando las oportunidades - y neutralizando las amenazas - que surgen de ese reordenamiento del Sistema Internacional, acelerado por la pandemia del coronavirus y por el conflicto en Ucrania, que impactaron las cadenas globales de producción, de forma inédita. Se espera que las conclusiones de este trabajo sean relevantes para ampliar la información sobre el África austral y para que Brasil mantenga su estatus de Potencia Media y se posicione de forma pragmática en la competencia entre China y EE. UU., siendo capaz de aumentar su Poder y mantener el Entorno Estratégico de Brasil seguro y estable, por medio de la adopción de preceptos geopolíticos y oceanopolíticos. Mas allá, el presente estudio pretende auxiliar la comprensión de la estrategia y de las iniciativas chinas para convertirse en una superpotencia en el próximo cuarto de siglo y como éstas impactan la Política Exterior de Brasil y su búsqueda por el desarrollo nacional.

Palabras clave: Geopolítica - Oceanopolítica. Poder Nacional - Brasil. Política exterior - Brasil. Relaciones Internacionales - África. Relaciones Internacionales - China.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação da Amazônia Azul.....	128
Figura 2 - Representação da Teoria do Pivô Geográfico Mackinderiano.....	128
Figura 3 - Estados da África Austral.....	129
Figura 4 - Delimitação do Entorno Estratégico Brasileiro.....	129
Figura 5 - Principais Linhas de Comunicação Marítima, em fluxo de comércio..	129
Figura 6 - Estados membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul...	130
Figura 7 - Estados membros do Fórum de Cooperação África-China (FOCAC)..	130
Figura 8 - Distribuição da população brasileira pelo território.....	130
Figura 9 - Organização política-administrativa da República Popular da China...	131
Figura 10 - Mapas de relevo e população da China.....	131
Figura 11 - Representação esquemática da <i>Belt and Road Initiative</i> (BRI).....	132
Figura 12 - Países partícipes da BRI.....	132
Figura 13 - Investimentos Chineses nos países da África Austral, por setor.....	133
Figura 14 - Investimento chineses em portos africanos.....	133
Figura 15 - Alinhamento África-China, nas votações da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).....	134
Figura 16 - Evolução das parcerias comerciais com Estados Unidos e China de 2000 a 2020.....	134
Figura 17 - Pauta Comercial entre China e África.....	135
Figura 18 - Mapa com maiores receptores africanos de investimentos chineses...	135
Figura 19 - Embaixadas e Adidâncias de Defesa brasileiras na África.....	136
Figura 20 - Potências extrarregionais presentes no Atlântico Sul.....	136
Figura 21 - Balança Comercial Brasil-África.....	137
Figura 22 - Produtos brasileiros exportados para a África.....	137

Figura 23 - Produtos brasileiros importados da África.....	137
Figura 24 - Estados membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.....	138
Figura 25 - Inter-relacionamento entre SADC, UA e Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NePAD).....	138
Figura 26 - Mapa e Bandeira da África do Sul.....	120
Figura 27 - Mapa e Bandeira de Angola.....	123
Figura 28 - Mapa e Bandeira da Namíbia.....	125
Figura 29 - Indicadores Econômicos países África Austral.....	127
Figura 30 - Cooperação brasileira com a África.....	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -Distribuição de Investimentos diretos (IDE) e Empréstimos da China na África.....	129
Gráfico 2 -Evolução dos fluxos de investimentos chineses na África.....	129
Gráfico 3 -Relação Comercial sino-africana.....	129
Gráfico 4 -Alinhamento político dos Estados africanos com a China.....	130
Gráfico 5 -Balança Comercial com a África.....	130
Gráfico 6 -Relacionamento comercial Brasil-África.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Empréstimos da China aos países da África Austral.....	141
Tabela 2 - Relacionamento econômico entre Brasil e países da Costa Ocidental da África Austral.....	141
Tabela 3 - Exportações brasileiras para os Estados da COAA.....	141
Tabela 4 - Exportações brasileiras para os Estados da COAA.....	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	– Agência Brasileira de Cooperação
ACBN	– Acordo de Cooperação Brasil-Namíbia
ACP	– Acordo de Comércio Preferencial
AdiDef	– Adido(s) de Defesa
AFRICOM	– <i>United States Africa Command</i> (Comando Militar Estadunidense para África)
AFS	– África do Sul
AGNU	– Assembleia Geral das Nações Unidas
AP	– Estado do Amapá
APEX	– Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ASA	– Cúpula América do Sul-África
B3W	– <i>Build Back Better World Initiative</i>
BASIC	– Grupo formado por Brasil, África do Sul, Índia e China
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BRI	– <i>Belt and Road Initiative</i> (Nova Rota da Seda)
BRICS	– Grupo de países emergentes formados por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BRICs	– Denominação do BRICS antes do ingresso da África do Sul
CBERS	– Acordo de Protocolo de Pesquisa e Produção conjunta de Satélites
CEDEAO	– Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEEAC	– Comunidade Econômica dos Estados da África Central
CFN	– Corpo de Fuzileiros Navais
CGIT	– <i>China Global Investment Tracker</i> (Rastreador de investimento global chinês)
CNUDM	– Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
COAA	– Costa Ocidental da África Austral
COSBAN	– Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
CPLP	– Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSNU	– Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSR	– Complexo de Segurança Nacional
DoD	– <i>Department of Defense</i> (Departamento de Defesa estadunidense)
DoS	– <i>Department of State</i> (Departamento de Estado estadunidense)
DSSI	– <i>Debt Service Suspension Initiative</i> (Iniciativa de suspensão da dívida)

e.g.	– <i>exempli gratia</i> (para fins de exemplo)
EEB	– Entorno Estratégico Brasileiro
EGN	– Escola de Guerra Naval
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMGEPRON	– Empresa Gerencial de Projetos Navais
END	– Estratégia Nacional de Defesa
ESG	– Escola Superior de Guerra
EUA	– Estados Unidos da América
FAB	– Força Aérea Brasileira
Fig.	– Figura
FNLA	– Frente Nacional de Libertação de Angola
FOCAC	– <i>Forum on China-Africa Cooperation</i> (Fórum de Cooperação China-África)
FuzNav	– Fuzileiros Navais
G20 ^{COM}	– Grupo formado por 20 países em desenvolvimento, para fomentar relações comerciais e combater o protecionismo
G20 ^{FIN}	– Grupo informal, formado pela União Europeia e 19 maiores economias do mundo, fora da Europa. Dedicado a questões do sistema financeiro.
G7	– Grupo dos 7 países mais industrializados do mundo
GAT	– Grupo de Assessoramento Técnico
GDP	– <i>Gross Domestic Product</i> (Produto Interno Bruto)
GF	– Guerra Fria
Graf.	– Gráfico
i.e.	– <i>id est</i> (em outras palavras)
IBAS	– Grupo formado por Índia, Brasil e África do Sul
IDE	– Investimento Estrangeiro Direto
IGAD	– <i>Intergovernmental Authority of Development</i> (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento)
IIGF	– Segunda Guerra Fria
IIWW	– Segunda Guerra Mundial (<i>World War</i>)
INE	– Instituto Nacional de Estatística (Portugal)
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IWW	– Primeira Guerra Mundial (<i>World War</i>)
LBDN	– Livro Branco de Defesa Nacional
LCM	– Linhas de Comunicação Marítima
MB	– Marinha do Brasil

MD	– Ministério da Defesa
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
MPLA	– Movimento Popular de Libertação de Angola
MRE	– Ministério das Relações Exteriores
N.A.	– Nota do Autor
NApLog	– Navio de Apoio Logístico
NePAD	– Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
NSS	– <i>National Security Strategy</i> (Estratégia de Segurança Nacional)
OG	– Objetivo de Governo
OIG	– Organização(ões) Intergovernamental(is)
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ON	– Objetivo(s) Nacional(is)
ONG	– Organização(ões) Não Governamental(is)
ONU	– Organização das Nações Unidas
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCCh	– Partido Comunista Chinês
PEB	– Política Externa brasileira
PEI	– Política Externa Independente
PEM 2040	– Plano Estratégico da Marinha (2020-2040)
PETROBRAS	– Petróleo Brasileiro S.A. (Empresa Estatal de economia mista)
PIB	– Produto Interno Bruto
PLA	– <i>People's Liberation Army</i> (Exército da China)
PLAN	– <i>People's Liberation Army Navy</i> (Marinha da China)
PN	– Poder Nacional
PND	– Política Nacional de Defesa
ProDe	– Produto(s) de Defesa
RI	– Relações Internacionais
RFB	– República Federativa do Brasil
RN	– Estado do Rio Grande do Norte
RPC	– República Popular da China
RS	– Estado do Rio Grande do Sul
RU	– Reino Unido
SACU	– <i>Southern African Customs Union</i> (União Aduaneira da África Austral)
SADC	– <i>Southern African Development Community</i> (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)

Séc.	– Século
SI	– Sistema Internacional
SINOPEC	– <i>China Petroleum & Chemical Corporation</i> (Empresa chinesa de energia)
SisGAAz	– Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
Tab.	– Tabela
TRI	– Teoria(s) das Relações Internacionais
UA	– União Africana
UMA	– União do Magreb Árabe
UNITA	– União Nacional para Independência Total de Angola
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZLCCA	– Zona de Livre Comércio Continental Africana
ZOPACAS	– Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	EIXOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS.....	22
	2.1 Teoria das Relações Internacionais: Ferramentas para compreensão do Sistema Internacional.....	22
	2.1.1 Teorias Clássicas das Relações Internacionais e sua evolução.....	23
	2.1.2 Teorias das Relações Internacionais de matrizes chinesas.....	25
	2.1.3 Securitização das Relações Internacionais.....	27
	2.2 Taxonomia Cratológica.....	28
	2.3 Pensamento Geopolítico.....	30
	2.4 Oceanopolítica.....	32
	2.5 Entorno Estratégico Brasileiro.....	35
3	A CHINA E O TABULEIRO AFRICANO: IDEIAS, IDEAIS E IDEOLOGIAS... 37	37
	3.1 Arqueologia histórica chinesa.....	37
	3.2 Ascensão chinesa no Sistema Internacional.....	39
	3.3 Postura geopolítica chinesa contemporânea.....	41
	3.4 A Grande Estratégia da República Popular da China.....	44
	3.5 Iniciativas chinesas.....	47
	3.6 As Relações sino-africanas.....	49
	3.7 Reflexões sobre a China e o Tabuleiro Africano.....	53
4	O BRASIL E A ÁFRICA AUSTRAL: O IMPOSITIVO DA LIDERANÇA..... 57	57
	4.1 Identidade brasileira no concerto das nações.....	57
	4.2 Poder Nacional, Objetivo e Interesses Nacionais brasileiros.....	59
	4.3 Oceanopolítica do Atlântico Sul: Uma Geopolítica para o Brasil.....	60
	4.3.1. A Geopolítica exógena e o Brasil.....	61
	4.3.2. A Oceanopolítica e o Brasil.....	62
	4.4 Diplomacia e Liderança Regional.....	64
	4.5 A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: Ferramenta da Oceanopolítica.....	67
	4.6 Cooperação Afro-Brasílica.....	69
	4.7 Reflexões sobre o relacionamento entre o Brasil e a África Austral	73
5	A AFRICA E A ORDEM MUNDIAL: DA COLONIZAÇÃO À COOPERAÇÃO... 77	77
	5.1 A Costa Ocidental da África Austral.....	77
	5.2 Geopolítica Africana.....	78
	5.3 Organismos Multilaterais: os Fóruns ZOPACAS, FOCAC, UA e SADC....	81
	5.4 Interesse convergentes sino-brasileiros.....	85
	5.5 Competição entre Brasil e China.....	88

5.6 Reflexões sobre uma triangulação sino-afro-brasílica.....	91
6. REFLEXÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS	106
GLOSSÁRIO.....	114
APÊNDICE A – ESTADOS DA COSTA OCIDENTAL DA ÁFRICA AUSTRAL....	120
APÊNDICE B – ILUSTRAÇÕES.....	128
APÊNDICE C – TABELAS.....	143
APÊNDICE D – ENTREVISTAS.....	144
ANEXO A – NÍVEL DE RISCO DOS PAÍSES DA COAA, PARA O BRASIL.....	158

1. INTRODUÇÃO

O Brasil tem requisitos para ser uma Potência Global, no médio prazo. Nossos geopolíticos construíram um imaginário no qual projetam o Brasil como uma potência para além do continente sul-americano. De fato, há razões para crer que estão certos quanto ao Poder do Brasil. Senão, vejamos: população brasileira é a sexta maior do mundo, acolhida no quinto maior território do planeta, impulsionando uma economia que está entre as dez maiores do mundo, considerando o Produto Interno Bruto (PIB), ao longo de praticamente todo o milênio. Também abriga a décima maior capacidade militar do mundo¹ e uma reconhecida capacidade de persuasão, todavia sem uma Grande Estratégia ou uma Estratégia de Segurança Nacional.

Meira Mattos defendeu que estímulos marítimos e continentais da geografia brasileira impulsionariam o país para um destino de grande potência. É interessante notar que a capa do livro "Brasil, Geopolítica e Destino" mostra um globo terrestre cujo centro é o Brasil circundado em destaque por um círculo que envolve a América do Sul, a África Ocidental e parte da Antártica, muito semelhante à representação geográfica do que hoje conhecemos por "Entorno Estratégico Brasileiro" (EEB). Por seu turno, Castro (1997) adjura que o Atlântico Sul realça as relações geográficas, étnicas e culturais entre Brasil e África, ressaltando que os africanos contribuíram para a construção do país e os laços que unem o Brasil e o continente africano são elementos importantes para a cooperação entre eles. As ideias de pensadores da geopolítica brasileira, a atuação de atores políticos que advogaram pela intensificação da cooperação sul-sul e o pleito de membros das Forças Armadas (FA) em prol da proteção da chamada Amazônia Azul², representada na Figura 1 (Fig. 1, p.128) convergiram para consolidar os atuais contornos do EEB, que, ao lado da Geopolítica e do Poder Nacional (PN) são o lócus da presente monografia.

Não há como pensar em geopolítica, sem entender que as relações de poder no concerto das nações experimentam estímulos acentuados neste milênio, decorrentes de alterações políticas, econômicas, culturais e sociais que vem ganhando robustez desde o término da Guerra Fria (GF) (1947-1991), alimentadas maioritariamente

¹ De acordo com "2022 *Military Strength Ranking*" do *Global Firepower*. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.php>. Acesso em 25 maio 2022

² Região que compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira. Deve ser interpretada sob quatro vertentes: econômica, científica, ambiental e de soberania. (BRASIL, 2020a, p.75).

pela globalização, pelo progresso científico-tecnológico e pela “Revolução da Informação”, provocando um incremento na complexidade, na incerteza e na volatilidade das relações interestatais, cuja fragilidade e incompreensibilidade podem desaguar em uma “Segunda Guerra Fria” (IIGF). A disputa geopolítica entre as potências extrarregionais, pode trazer instabilidade para o continente e para a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). A “redescoberta” da Geopolítica combinada com a crescente importância econômica do mar, trouxe de volta o debate entre a continentalidade e a maritimidade, dando novo impulso à Oceanopolítica.

Mackinder (2011) enxergava uma oposição entre as duas tendências, na forma de duas concepções estratégicas mutuamente excludentes. A tese Mackinderiana ressalta a importância do poder terrestre, que a partir de sua continentalidade evolui para um poder anfíbio. O cerne do estudo de Mackinder era alertar as elites inglesas sobre o risco de uma coalizão entre duas Potências continentais contra o poder naval britânico. Com o "pivô geográfico", Mackinder define seu primeiro conceito. Para ele, há uma unicidade dos mares, ao invés de quatro oceanos: havia um “Grande Oceano” – como entendido na Oceanopolítica – envolvente da Ilha Mundial (Fig. 2, p. 128). As terras emersas correspondem a quarta parte do planeta e estariam concentradas em um único supercontinente: a Ilha Mundo (Europa, Ásia e África). O *heartland* era uma fortaleza inacessível ao assédio do Poder Marítimo, em virtude de suas características geográficas. As regiões anfíbias da ilha mundo constituem pontos de fricção onde se chocavam o poder marítimo e o continental. O Grande Oceano protegeria as Américas e a Oceânia do assédio do poder terrestre.

Emoldurada por este cenário, a África tornou-se campo de disputa entre China e Estados Unidos da América (EUA) neste milênio. O continente possui abundantes recursos energéticos, terras agricultáveis e abriga uma população de mais de 1 bilhão de habitantes, o que representa um considerável mercado consumidor. A África havia caído no ostracismo com o fim da GF, no início do milênio passou por uma redescoberta, arrefecida – exceto na área do Golfo da Guiné – a partir final do governo Obama (2009-2018), o que abriu generoso espaço para a China, que vem se consolidado como a principal potência exógena na região, cuja atuação pode impactar os interesses brasileiros na costa ocidental africana e no próprio Atlântico Sul. Assim, o escopo deste trabalho é avaliar em que medida a crescente presença chinesa na costa ocidental da África austral (COAA) (Fig. 3, p. 129), impacta a projeção do PN

nesta porção de nosso entorno estratégico e propor alternativas políticas ao Brasil.

É compulsório ressaltar que o EEB (Fig. 4, p. 129) é área de interesse prioritário para o Brasil, conforme citado no seu Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), na Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END). Tal área inclui os Estados da América do Sul e da costa ocidental africana. A publicação também alude à projeção do País no Sistema Internacional (SI) e uma maior inserção em processos decisórios internacionais. Entronhado em nosso EEB, próxima ao território antártico e derrota de nossas Linhas de Comunicação Marítima (LCM) (Fig. 5, p. 129), a COAA – formada por África do Sul (AFS), Angola e Namíbia, todos jovens Estados – delimita geograficamente nosso ambiente de pesquisa, todos Estados são signatários do fórum de diálogo da ZOPACAS, países com os quais o Brasil entabula parceria estratégicas e possibilita maior capilaridade à nossa eventual projeção. São Estados importantes para o Brasil, Angola é o segundo maior produtor de petróleo do continente e tem grande importância para a PEB por ser um país lusófono, a África do Sul possui o terceiro maior PIB e a economia mais desenvolvida do continente e Namíbia, é o país africano mais próximo do Brasil na área de defesa. As relações são bilaterais, com extensa pauta com Angola e África do Sul, a qual integra os grupos BRICS, IBAS, BASIC e G20, sendo o Estado de maior peso Geopolítico na África Austral e que tem maior potencial de reforçar ou desgastar politicamente o Brasil, particularmente quanto aos seus interesses no âmbito da ZOPACAS. Ainda que outras potências exógenas estejam presentes na região – como Estados Unidos e França, a pesquisa restringir-se-á a presença chinesa no continente africano, por ser uma atitude orientada por uma Política de Estado (CHINA, 2019), além de ser o fator mais recente no histórico quadro de influência externa na África. Eventualmente será tratada a política norte-americana para a África, apenas para contextualizar os “desafios” e “respostas” chinesas e brasileiras, quando for o caso. Para o Brasil, que tem potencial e aspira ser uma Potência do Atlântico Sul, esse verdadeiro tabuleiro geopolítico, em seu entorno estratégico, aduz oportunidades que não devem ser vilipendiadas e ameaças singulares que não podem ser ignoradas. Dessarte, ações eventualmente tomadas ampliariam a proeminência brasileira e contribuiriam para o alcance dos Objetivos Nacionais (ON), complementados por Objetivos de Estado (OE) e Objetivos de Governo (OG). Dada a moldura temporal geopolítica, não serão analisados OG, no presente estudo.

Igualmente em razão da exiguidade de tempo e espaço para concepção do presente trabalho, o recorte do estudo abarcará a Expressão Política do Poder Nacional, sempre observando aspectos diplomáticos, militares e econômicos. Tal recorte do PN – que em realidade é indivisível – deve-se à proeminência desta expressão no que tange à decisão de projetar poder no cenário internacional. Não resta dúvida que são necessários estudos complementares sobre o tema, máxime sobre a Expressão Econômica, onde se intui uma impossibilidade de competição direta com a China, porém vislumbra-se oportunidade de cooperação com a RPC ou de atração de apoio estadunidense, em observância aos conceitos de *nearshore* e *friendshore*, abordados *a posteriori* nesta obra, no contexto de *reshore* das cadeias globais de produção. Ao longo do trabalho, são enumerados temas identificados como relevantes, cujo recorte deste trabalho não permite a pesquisa com a profundidade adequada.

Face à argumentação exposta, o propósito precípua deste trabalho é analisar em que medida a geopolítica chinesa na África, impacta a projeção do Poder Nacional do Brasil na COAA, sob a lente da expressão política, identificando oportunidades e ameaças diplomáticas, econômicas e de defesa para o Brasil. O conteúdo analítico está organizado em quatro partes, precedidas de uma breve introdução, onde são apresentados o problema de pesquisa, os objetivos do trabalho e a abordagem metodológica e científica empregada, as quais culminarão com uma conclusão correlata aos impactos da presença chinesa nesta parte do EEB para a projeção do PN brasileiro, e à postura a ser adotada pelo Brasil na busca por autonomia internacional e pelo desenvolvimento nacional, temas atuais desde sempre, em um total de seis partes, cada uma correspondendo a um capítulo do trabalho.

Sendo o capítulo inicial dedicado à presente introdução, o segundo capítulo tratará de identificar e revisar as principais correntes teóricas das Relações Internacionais euro e sinocêntricas, as teorias Geopolíticas clássicas e sua aderência ao nosso entorno estratégico, cuja definição também será detalhada no capítulo. O marco teórico-conceitual sustenta-se em quatro elementos centrais: Geopolítica, Oceanopolítica, Poder Nacional e Desenvolvimento Nacional, entendendo o Brasil como Potência Média, com intenção de projetar poder na África Austral, mormente pela cooperação. Esta parte abarca o arcabouço teórico indeclinável para investigação do tema em lide, de onde valer-nos-emos dos conceitos realistas e

construtivistas como ferramentas multidisciplinares de compreensão do SI, devidamente acompanhadas do pensamento geopolítico e da oceanopolítico, como sustentáculos da dialética cratológica entre discurso, interesse e conduta dos entes estatais, associados à ótica da segurança regional, de inspiração Buzaniana e, no caso brasileiro, ao desenvolvimento nacional. Também definindo importantes conceitos como entorno estratégico, Poder, Objetivo e interesse nacional.

O capítulo seguinte abordará a República Popular da China (RPC) como potência global, analisando a ascensão, até aqui, pacífica da China e sua competição com os Estados Unidos, a postura geopolítica chinesa para o século XXI, considerando seu Poder Nacional, o qual respalda e orienta a grande estratégia chinesa, a qual busca transformar os interesses da China em iniciativas que norteiam as relações sino-africanas. Ainda nesta parte, veremos em que medida a Política externa de Beijing impacta os interesses nacionais na costa ocidental da África Austral.

No quarto capítulo analisaremos o relacionamento afro-brasílico, compreendendo como o Poder Nacional tem sido empregado na COAA, em termos oceanopolíticos; como se define a identidade brasileira à luz das teorias das relações internacionais; e como a diplomacia brasílica pode contribuir para a projeção do PN e a consecução do interesse estatal. Fruto desse estudo analisar-se-á se a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) (Fig. 6, p. 130) pode ser um instrumento adequado para projeção do Poder Nacional na Costa Ocidental da África Austral, na busca do desenvolvimento nacional e da liderança regional ou na mitigação do impacto da presença chinesa na região.

No capítulo cinco, serão comparados os relacionamentos afro-brasílico e sino-africano, mormente na Expressão Política do Poder Nacional, sob o escrutínio das lentes das TRI elencadas, não sem antes verificar a miúdo as características dos três países da COAA e as organizações multilaterais africanas, como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a União Aduaneira da África Austral (SACU)³, a União Africana (UA), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e outras extrarregionais como a ZOPACAS e o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) (Fig. 7, p. 130).

³ Em inglês, *Southern African Development Community* e *Southern African Customs Union*, respectivamente. A SADC é um bloco econômico integrado por todos os Estados da África Austral. A SACU é uma união aduaneira formada pela África do Sul, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia. (N.A.)

A partir do escrutínio das partes anteriores, o epílogo traz as reflexões finais, a guisa de conclusão sobre em que medida a presença chinesa na COAA, impacta o emprego das expressões do Poder Nacional nesta importante porção de nosso entorno estratégico, subsidiariamente identificando oportunidades e ameaças para o Brasil, tendo como elementos centrais do estudo a Oceanopolítica e a Geopolítica, a estratégia nacional chinesa – com o incremento contínuo da presença chinesa no EEB – e a ZOPACAS, em razão deste fórum reunir todos os Estados da costa ocidental da África subsaariana – e, conseqüentemente da África Austral – não contando com a presença direta da China, o que, em tese, daria mais liberdade de ação política para o Brasil projetar poder por seu intermédio e, segundo o Ministério da Defesa (MD) (BRASIL, 2021), ser o principal mecanismo para tratar os temas relativos à segurança regional no Atlântico Sul.

A presente tese contém ainda apêndices e anexos, a fim de comprovar algum argumento de forma mais detalhada, ilustrar pontos específicos ou fornecer elementos visuais que facilitem a compreensão, fundamentando conhecimentos específicos e trazendo elementos para elucidação de dúvidas. Nestes elementos pós-textuais há um glossário, tabelas, gráficos, ilustrações e entrevistas, organizadas por capítulos para facilitar a localização. Adicionalmente, os elementos pré-textuais contêm listas de siglas, figuras, quadros e tabelas. Cumpre destacar que esta obra faz alusão a nomes e termos chineses, empregando a grafia pinyin, por ser a oficialmente adotada pela República Popular da China (RPC) como método de transcrição de termos para o alfabeto latino.

Desde o primeiro momento, constata-se a relevância do tema pesquisado por se tratar de uma potência exógena que tem incrementado a projeção de seu poder em nosso entorno estratégico (BRASIL, 2020a) – o qual pode ser compreendido, em uma análise geopolítica preliminar como “nosso *Lebensraum*”. Destarte, é fundamental discutir-se academicamente em que medida tal presença impactará a projeção de nosso Poder Nacional no EEB, limitando, impedindo ou favorecendo sua projeção nos países da COAA. De acordo com os escritos de Liang e Xiangsui (2021), a expansão chinesa seria “parte de uma ‘Grande Estratégia’ para superar os Estados Unidos na liderança global”. Mister se faz pesquisar se tal Estratégia oferece oportunidades e/ou ameaças às aspirações regionais brasileiras e se a relação sino-brasileira na COAA, no campo das Relações Internacionais (RI), dar-se-á de forma

cooperativa ou conflituosa. Outro ponto relevante é a pesquisa sobre a ZOPACAS, a qual foi criada “com o intuito de promover a cooperação regional, manutenção da paz e da segurança” (BRASIL, 2021a) no entorno dos Estados limítrofes ao Atlântico Sul, que aderiram a tal projeto, sendo considerado um importante fórum de debates da região, porém ainda carecendo de uma estrutura permanente para administrar os assuntos de interesse do Fórum. É o caso de pesquisar se o estabelecimento de dita estrutura proporcionará uma ferramenta para o Brasil projetar poder sobre a Costa Ocidental da África Austral ou se poderá vir a constrianger nossa atuação.

Com base nas premissas supramencionadas, conclui-se como deveras relevante e atual o tema escolhido, sob a ótica dos aspectos relacionados à expressão Política do Poder Nacional e suas implicações no Desenvolvimento e na Segurança Nacional, com reflexos no âmbito regional.

2. EIXOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS

O presente capítulo aclara importantes questões teóricas sobre o tema e sua delimitação, ainda que seja extremamente difícil explicar o mundo real por intermédio de modelos teóricos, pois fenômenos políticos são essencialmente ambíguos e complexos. Igualmente compreende o cabedal doutrinário basilar, além das condicionantes manifestadas pelo ambiente político-estratégico designado como escopo do estudo. Importante definir as visões epistemológicas e ontológicas adotadas dentre as correntes de RI – Behaviorismo, Realismo, Liberalismo, Construtivismo, entre outras, o referencial teórico estará calçado nas ideias do Realismo em suas visões euro e sinocêntricas, por fornecerem melhor explicação para o fenômeno, mormente ao se analisar a Expressão Política do PN, alicerçada nos aspectos diplomáticos, incluindo as vertentes econômica e militar.

O marco teórico-conceitual sustenta-se em quatro elementos centrais aplicados ao EEB: Oceanopolítica, Geopolítica, Poder Nacional e Desenvolvimento Nacional, entendendo o Brasil como Potência Média, com intenção de projetar poder em seu entorno estratégico, mormente pela cooperação, como aduz nossa chancelaria. Ademais, como na ESG se estuda Política não só como “atividade”, mas também como “norma”, é natural que a legislação seja parte fundamental da pesquisa, assim, inicialmente hemos de nos apoiar no LBDN (BRASIL, 2020b), na PND e na END (BRASIL, 2020a), que conformam a tríade de documentos condicionantes de alto nível, voltados para a Defesa e a Segurança Nacional.

2.1 Teoria das Relações Internacionais: Ferramentas para compreensão do Sistema Internacional

Efetuar uma análise política implica em aplicar conhecimentos teóricos. O SI e as relações de poder que interconectam seus atores passam por novos desafios em função do rearranjo de forças no concerto das nações, decorrentes da Revolução da Informação, da Globalização e da possibilidade de uma IIGF. Aqueles dois processos levaram a um “achatamento do mundo”, ampliando a interdependência e intensificando as relações entre os atores no SI, de tal monta que alterou o próprio SI, gerando oportunidades para a inserção de novos entes.

Os teóricos chineses identificaram a incapacidade das Teorias das Relações Internacionais (TRI) ocidentais, explicarem a ascensão chinesa no Séc. XXI. Segundo

eles, sob a ótica da teoria do equilíbrio do poder, seria impossível uma ascensão pacífica, como a chinesa, em um sistema de equilíbrio hegemônico. Para justificar este fato, haver-se-ia que desenvolver uma TRI com perspectiva endógena, baseada na cultura e na filosofia chinesa, que orientasse a Expressão Política do Poder Nacional chinês rumo à liderança global, sem confrontação com o poder hegemônico.

2.1.1 Teorias Clássicas das Relações Internacionais e sua evolução

A Teoria Realista clássica, consubstanciada em um ambiente anárquico e contencioso, fundamentado na força e na coerção, confunde-se com a própria gênese do campo “Relações Internacionais”. Hodiernamente, a Escola Realista apresenta uma concepção racionalista, estadocêntrica e cratológica, o que equivale a dizer que considera o arranjo Vestfaliano como primaz no SI. Nele os Estados calculam ônus e bônus de suas ações, definindo seus interesses em termos de poder, sem descartar o uso da força para fazer valer seus interesses, o que confere maior valor ao *Hard Power*. Desvela-se um pragmatismo no apelo à racionalidade política com o propósito de assegurar o interesse nacional, com a sapiência de evocar normas que ampliem a margem de manobra político-estratégica do Estado. Em um cenário como este, há uma preponderância das Expressões Militar e Econômica, como alicerces da Política, com especial preocupação com as questões de segurança e de sobrevivência do Estado, visando o equilíbrio de poder, motivada pela insegurança frente a outros entes estatais, uma vez que não há um poder central no SI.

A Escola Realista abriga o Neorealismo ou Realismo Estrutural, mantendo sua facilidade de aplicação, qual seja, as intenções dos outros membros do SI, pode ser precisada pela análise de seu poder. Assim, as teorias de matiz realista não divergem em seus fundamentos. Para Waltz (1979) os Estados se comportem racionalmente, entretanto consideram não apenas o comportamento dos outros Estados, mas também a forma como eles se inter-relacionam, enquanto para Buzan, Jones e Little (1993) o nível de inter-relação altera o SI que pode se tornar estável ou hierarquizado, em última análise. Destarte, a diferença fundamental entre as teorias está no nível e na centralidade da análise, o Neorealismo centra seu estudo na distribuição de poder e no SI, os Realistas clássicos centram no equilíbrio de poder e no comportamento estatal, que pode tanto balancear o poder quanto tentar a estratégia de *Bandwagon*⁴.

⁴ O “Efeito Bandwagon” é um viés cognitivo que faz indivíduos ou grupos seguirem uma tendência de comportamento simplesmente

O ideário liberal, de forte influência pacifista-kantiana, surge como alternativa ao Realismo, tendo como principal diferença a prevalência da cooperação em detrimento ao conflito. Atingiu seu zênite após a 1ª Guerra Mundial (IWW) (1914-1918) com o idealismo Wilsoniano, cujo fracasso em evitar a 2ª Guerra Mundial (IIWW) (1939-1945) rendeu a pecha de “utópica” à Escola. Dentre os conceitos teóricos que contribuem para explicar o mundo moderno figuram o reconhecimento da influência de atores não estatais no SI; a ideia de organizações supranacionais como instrumentos cooperativos; a concepção Schumpeteriana de que a associação entre democracia e capitalismo resultará em paz duradoura. O Neoliberalismo reedita conceitos do liberalismo clássico e agrega novos, assim resumidos: primazia dos atores sociais como formadores das preferências estatais nas RI; o Estado como representante de grupos sociais domésticos, os quais ditam as preferências do Estado na arena global; a importância da retórica na política externa para atender as vontades do Estado. Na esteira evolutiva do Liberalismo, surge a Escola Construtivista, estruturada em valores imateriais, porém eminentemente práticos, defendendo a necessidade de um poder estatal para construir estruturas e processos pacificadores, em substituição aos conflituosos. A abordagem construtivista, disseminada por Wendt (1992), prega que a maneira pela qual a realidade social e moral transcorre e replica aos problemas, está lastreada em interpretações baseadas em ideias e percepções sobre o mundo real. Tais interpretações são originadas no âmago da sociedade e servem de bússola para os agentes, moldando sua visão de mundo e o sentido dela decorrente. Mais além, defende que as relações interestatais são um processo de ordem social que propicia a evolução das identidades dos Estados, por intermédio do ideário, da normatização e das condutas típicas do SI em seu tempo. Pode-se concluir que o *soft power* tem mais valor no Construtivismo que no Realismo.

Como resultante da interação das abordagens das RI, infere-se que a evolução cognitiva da Teoria ultrapassou os conceitos iniciais de exercício do poder pelos Estados – sem abandoná-los, aglutinando maneiras de influir nos atores do SI – não mais um monopólio estatal – e modificando sua postura político-estratégica em um SI volátil, fragilizado e complexo, em prol da consecução dos Interesses e Objetivos Nacionais, estes definidos como “objetivos que a Nação busca satisfazer, em decorrência de necessidades, interesses e aspirações, ao longo das fases de sua

porque muitos estão seguindo, sem pensar sobre a lógica por trás dessas ações. (N.A.)

evolução histórico-cultural.” (ESG, 2022, p.21) e aqueles como “a expressão dos anseios e desejos coletivos, despertados pelas necessidades materiais e espirituais, vitais ou derivadas, de toda a Nação.” (BRASIL, 2015, p.150), numa determinada conjuntura. Em um ambiente como esse, onde Estados e atores não-estatais interagem entre si na perseguição de seus interesses, é fundamental considerar os postulados analíticos do Realismo Estrutural e Moral no tabuleiro das Relações Internacionais, para estudar-se o emprego do Poder Nacional – entendido como “a capacidade que tem a Nação, atuando em conformidade com a vontade nacional, para alcançar e manter os objetivos nacionais.” (BRASIL, 2015, p. 200) – no EEB, como forma de contribuir para o desenvolvimento nacional.

2.1.2 Teorias das Relações Internacionais de matrizes chinesas

Nos anos 80 do século passado, a academia chinesa começou a desenvolver TRI autóctones para resguardar seus interesses nacionais, segundo Yaqing (2006), com a preocupação de não somente adaptar as TRI ocidentais para a realidade da China, mas desenvolver teorias a partir da cultura chinesa e torná-las universais. Acharya (2019) organiza o pensamento chinês sobre RI em três correntes, cujas fontes seriam o marxismo, a convergência entre as tradições intelectuais ocidentais e chinesas e a filosofia milenar chinesa, assim classificadas:

“**Teoria Relacional**” de Qin Yaqing, que é o estudioso fundador da “Escola Chinesa de RI”, a *Tianxia* [...], aplicado às RI, a “**Ordem Mundial**” por Zhao Tingyang, [...] e o “**Realismo Moral**” de Yan Xuetong, que é a figura principal da “Escola *Tsinghua*”. (ACHARYA, 2019, pp. 468-469). (Grifo nosso)

As TRI chinesas podem ser classificadas em dois grandes grupos: o Realismo Moral e o Idealismo Cultural, que engloba a Teoria Relacional e a da Ordem Mundial, enquanto a Escola de *Tsinghua* representa o Realismo Moral. A Teoria Relacional e a Teoria da Ordem Mundial possuem um arraigado idealismo histórico-cultural em seu *ethos*, por sua vez o Realismo Moral vale-se da filosofia para compreender as dinâmicas de um SI anárquico, nos mesmos moldes das Teorias realistas (ACHARYA, 2019). Todas as interpretações destacam a necessidade de estabelecer um pensamento político próprio para atuação no SI, a partir da filosofia e cultura chinesas, uma vez que as TRI ocidentais enxergam o mundo sob a ótica euro-americana, obstaculizando o emprego delas como ferramentas de compreensão do Sistema Internacional, pela RPC.

De acordo com Acharya (2019), a Escola *Tsinghua* propala conceitos realistas de anarquia e luta política pelo poder nas RI, harmonizados com a moralidade e a ética orientais, como instrumento indeclinável para gerenciar a anarquia do SI e promover a ascensão chinesa. Yan Xuetong (2018) inicia seu recorte temporal na “Era dos Reinos Combatentes” (475 - 221 a.C.), caracterizada pela anarquia interestatal e encerrada com a ascensão da Dinastia Chin ao poder. A moldura histórica recortada foi feita pela similitude com o SI contemporâneo, lastreado em um equilíbrio hegemônico, fato que viabiliza o uso do experimento histórico chinês como ferramenta para a RPC trilhar o caminho da ascensão política, sem um confronto fatal com a Potência hegemônica. Assim como a Escola *Tsinghua*, a Escola Realista se vale da História para estudar a luta pelo poder entre os Estados, com a diferença de ter um enfoque eurocêntrico. Nas palavras de Acharya (2019), a abordagem de Xuetong se assemelha a de Morgenthau, ao permitir considerações éticas nas RI. O Realismo Moral é a principal influência teórica do pensamento chinês.

O professor Qin Yaqing elaborou a Teoria Relacional, com dois conceitos centrais: a dialética sínica assentada nos conceitos taoistas⁵ de *yin* e *yang* e a grande harmonia universal. Para Yaqing (2006), sua teoria não é superior à dialética Hegeliana, mas diferente, posto que esta destaca essencialmente a contradição e o conflito e a dele ressalta a harmonia universal resultante da interação entre forças complementares ou opostas. A Teoria da Ordem Mundial está estaiada em quatro conceitos chave, conforme a obra de Zhao Tingyang (2018), a não exclusão, *i.e.*, ou a exclusão de nada e ninguém ou a inclusão de todos os povos e todas as terras; a organização mundial, ou seja, o Mundo e não o Estado como ponto de inicial da política; a democracia no plano internacional, pois a democracia restrita ao âmbito doméstico pode levar ao imperialismo e a harmonia sobre igualdade. Assim, a *Tianxia* fundamenta-se na aldeia global e não no Estado Nacional, rejeitando o sistema Vestfaliano e enfatizando a minimização da hostilidade mútua, em flagrante divergência com os preceitos do liberalismo econômico, que prioriza a maximização do interesse próprio.

A China desenvolveu TRI autóctones, que entende ser passível de aplicação universal e vem atuando no sistema Internacional de maneira realista, o que

⁵ Experiência filosófica e religiosa originária do extremo-orientes, que enfatiza a vida em harmonia com o cosmo, pela compreensão que há uma dualidade, simultaneamente complementar e oposta, em tudo que existe. (N A.)

academicamente, permite uma melhor comparação entre seu Realismo Moral e a teoria Realista ocidental.

2.1.3 Securitização das Relações Internacionais

No tema Segurança, cumpre destacar que a teoria da securitização internacional foi gerada pela Escola de Copenhague⁶, para qual a securitização de qualquer tema é a extrapolação de sua politização. No trabalho de Buzan, Waever e Wilde (1998) sobre segurança no Sistema Internacional, há a defesa da diferenciação semântica daquele verbete, com um signo mais abrangente, adequado ao emprego epistemológico no SI, posto que no concerto das nações, mister se faz que a hermenêutica a cerca da Segurança adquira mais robustez que o sentido de “aspiração do indivíduo por tranquilidade” – a chamada sensação de segurança, estando umbilicalmente ligada à sobrevivência do ente estatal no SI. Os autores defendem que qualquer assunto de interesse da sociedade possui uma gradação de politização, englobando os que não figuram no debate públicos ou “apolitizados”; os “politizados”, que exigem políticas públicas e ações governamentais; e os “securitizados” que estariam ligadas a alguma ameaça à sobrevivência do Estado, demandando medidas emergenciais nos limites consuetudinários das ações governamentais, enquanto dita ameaça não for neutralizada.

Ampliando o espoco da segurança estatal para uma segurança regional, Buzan e Wæver (2003) publicaram uma teoria robusta sobre Complexos de Segurança Regionais, concluindo que no SI contemporâneo, não há como se tratar de segurança unicamente no nível estatal de forma estritamente soberana, pois as dinâmicas frentes às ameaças atuais estão inerentemente inter-relacionadas, como “segurança global” tem, de fato, sentido meramente holístico, posto que não há integração sobre o tema, no plano global. A resultante destas assertivas indica que os entornos regionais são a arena na qual os atores do SI se persuadem mutuamente e se interrelacionam nos aspectos ligados à segurança. Sob a ótica da Segurança Nacional, “não se pode desconsiderar a possibilidade da ocorrência de tensões e crises no entorno estratégico” (Brasil, 2020a, p.17). Os estudos de Buzan e Wæver (2003) contribuem com a temática “Segurança” no SI, ao introduzir a ideia de que a segurança nacional possui uma gradação relacionada à sobrevivência do ente estatal. Deste modo, efundir

⁶ Para a Escola de Copenhague, ameaças políticas objetivam destruir ou abalar a estabilidade organizacional do Estado. Para tanto, podem atingir um ou mais de seus 3 componentes: as ideias de Estado, a sua base física e suas instituições (Buzan, 1991).

poder em nosso entorno estratégico é uma ação política vital para as aspirações brasileiras de liderança e alimenta o diálogo entre segurança regional e desenvolvimento nacional.

2.2 Taxonomia Cratológica

É ponto fulcral deste trabalho, o estudo do Poder. Na visão de Morgenthau (2003), o Poder pode abarcar tudo que estabeleça e mantenha o controle do homem sobre o homem, em qualquer nível de interação, englobando todos os relacionamentos intersociais que se prestam a tal fim, desde o emprego da violência física até os mais sutis laços psicossociais.

Para uma adequada análise do impacto da presença chinesa na COAA, é importante entendermos que os Estados não têm todos o mesmo Poder, como observado por Huntington (1999), Keohane (1969) e por Castro (2016). Na definição de Aron (2002, p. 99), “Poder é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais”. Consonante com esta propositura, o poder pode ser exercido por intermédio da coerção, da persuasão ou da combinação eficaz de coerção e persuasão. No estudo do Poder, os conceitos elaborados por Joseph Nye são insubstituíveis. Dado o ambiente em estudo, no qual Estados buscam uma projeção no continente africano e tencionam incrementar seu poder – e *status* – em um planeta encolhido, extremamente conectado e fragilizado.

Nye e Welch (2017) asseveram que vivemos uma conjuntura assaz instável, que inviabiliza a renúncia à coerção nas RI pos Estados, que se valeriam unicamente do *soft power*, definido como “a capacidade de obter resultados desejados através de atração ou persuasão” (NYE; WELCH, 2017, p. 397) e tampouco permite que o *modus faciendi* predominante nas RI seja o *hard power*, entendido como “a capacidade de obter resultados desejados através de coerção ou pagamento” (Nye; Welch, 2017, p. 395). Os autores concluem que a eficácia nas ações estatais tem como pedra angular o *smart power*⁴, *id est*, a habilidade em optar pelo uso do *soft power* ou do *hard power* ou, ainda, empregá-los de forma combinada e sinérgica. Com intento de abortar alguns dogmas que se construíram em cima destes conceitos – por exemplo, Forças Armadas (FA) são instrumento de *hard power* – Nye (2021) reforça que ditos conceitos tem natureza comportamental, é dizer, a identificação da forma de poder empregada, não está atrelada à ferramenta, mas ao comportamento do ente estatal ao empregá-la. Por

exemplo (e.g.), pode-se empregar a Marinha em uma Missão Naval para desenvolvimento da Marinha de uma nação amiga, um claro uso da expressão Militar – tradicionalmente ligada ao *hard power* – como *soft power*. Em direção oposta pode-se utilizar bancos de fomento social para pressionar economicamente um Estado ou instituição, numa clara manifestação de *hard power*.

Há uma permanente luta por Poder entre os Estados, por meio de manobras político-estratégicas, alianças, *Lawfare*⁷ e acordos diversos. De acordo com Castro (2016), a dinâmica das RI, resulta em uma distribuição inequívoca de poder. Com as Potências exercendo diferentes graus de poder, em uma determinada placa geográfica, *i.e.*, sua zona de influência. No corrente trabalho empregar-se-á academicamente a taxonomia cratológica para categorizar os atores estatais em patamares que indiquem o nível do Estado na distribuição internacional do poder. Nesta distribuição de poder, cumpre sublinhar que os Estados modernos que se tornaram hegemônicos – EUA e Reino Unido (RU) – possuíram grande poder marítimo, que os permitiu exercer seu poder político, militar e econômico em todo o globo terrestre. Igualmente deve-se repisar que as FA têm um rol relevante no jogo de poder do SI, posto que são a expressão da vontade da Nação e garantidoras dos interesses nacionais, quando esgotadas as vias diplomáticas.

Keohane (1969), nos ofereceu uma das taxonomias mais longevas, defendendo a organização cratológica em quatro níveis, no que concernia a sua capacidade de afetar o SI: as Grandes Potências, que determinavam SI, as Potências Secundárias, que o influenciavam, as Potências Intermediárias, que somente afetavam o sistema; e as Pequenas Potências, que não poder sequer para afetá-lo. Já Huntington (1999), reduziu a distribuição de poder entre os Estados para três níveis. A Superpotência, com capacidade hegemônica, podendo impor sua agenda; as Potências Médias, que têm capacidade de exercer liderança regionalmente; e as Potências Regionais, que contrabalançariam o Poder das Potências Médias, mas sem ameaçar o papel regional daqueles Estados. É cristalino que a teoria de Huntington espelhava a Ordem Unipolar na qual foi criada.

A teoria de Castro (2016) – utilizada na presente tese – veio atualizar a

⁷ Lawfare – Uso da lei por um país contra seus inimigos, especialmente desafiando a legalidade das forças Militares ou da Política Externa (Collins English Dictionary, 2022)

hierarquia entre os Estados, dividindo-os em cinco níveis: Superpotências, que possuem capacidade hegemônica, liderança global e definem a Ordem Mundial; as Potências Globais (ou Grandes) interferem na Ordem vigente, possuindo supremacia em complexos regionais e capacidade limitada de projetar poder fora de sua região; as Potências Médias, tem capacidade de liderança estritamente regional, mas afetam a Ordem Mundial, particularmente quando reunidas em organismos multilaterais; as Potências Regionais que fazem o balanço de poder regional com as Potências Médias, tem papel secundário, não conseguindo afetar a Ordem Mundial; e os Microestados, com capacidades deveras reduzidas e com baixa interação no SI, que se submetem. Conforme a teoria de Castro, no quadro presente da África Austral, por exemplo, os EUA são a Superpotência, com plena liberdade de manobra no EEB; a China é uma Potência Global, com uma influência cada vez maior na região e buscando ascender à Superpotência; o Brasil é uma Potência Média, tentando defender seus interesses no EEB, mas sem condições de competir diretamente com EUA e China; a África do Sul é a Potência Regional, incapaz de se contrapor aos interesses chineses e estadunidenses na região e Angola e Namíbia são Microestados, sem condições de fazer valer seus interesses, por si só.

2.3 Pensamento Geopolítico

Geopolítica e Relações Internacionais são campos do saber que se entrecruzam e que fazem indagações similares, porém com vocabulário, foco e maneiras diferentes de estudar um problema. A Oceanopolítica e a Geopolítica precisam ser compreendidas como propostas metodológicas não excludentes de compreensão das Relações Internacionais e, como tal, uma ferramenta analítica multidisciplinar para a interpretação de fatos, fluxos e atores em suas interações em um determinado ambiente estratégico. Neste tema também merece destaque a acepção de Política Externa como a forma como um Estado lida com as questões que estão fora de seu domínio territorial, portanto, não submetido à soberania estatal, o que significa que é por intermédio da Política Externa que um Estado consegue manter ou incrementar sua influência, isto é, projetar seu Poder para além de suas fronteiras (CERVO; BUENO, 2014). É uma política pública governamental, portanto sofre influência tanto da política interna, como do plano externo, uma vez que é orientada para além do território nacional.

O Referencial teórico do presente trabalho compreende também o arcabouço doutrinário indispensável, além das condicionantes manifestadas pelo ambiente selecionado como escopo do estudo, considerando a utilidade de seus conceitos, associada à teoria das RI, que sustenta metodologicamente a dialética entre condutas e interesses dos Estados e revela os atributos do SI, sob o escrutínio da Segurança (BUZAN, WÆVER, WILDE, 1998). O LBDN orienta que “Na multipolaridade que se estrutura na atualidade, é natural que dinâmicas de conflito e cooperação coexistam na relação entre Estados.” (BRASIL, 2020b, p. 15). *Ipsa facto*, nessa nova Ordem Mundial, o Brasil atuará para fortalecer uma multipolaridade de caráter cooperativo, na linha tradicional de seu posicionamento diplomático, em defesa da integridade normativa do SI. A crescente cooperação em temas de Defesa contribui para evitar tensões ou crises entre os Estados da ZOPACAS (BRASIL, 2020b), em prol da manutenção dum ambiente pacífico no Atlântico Sul.

Da obra de Flint (2017), corroborada por Mitchell (2020), depreende-se que a Geopolítica Clássica⁸ caiu no ostracismo em razão de ter sido utilizada como justificativa para ações belicistas e desestabilizadoras por parte de Estados totalitários, particularmente na década de 1930. Flint (2017) prossegue no resgate da geopolítica, ao elucidar que a conduta político-estratégica contenciosa característica do início do século passado, valeu-se da Geopolítica para dar um respaldo teórico-científico aos seus atos, ao invés de valer-se de seus estudos multidisciplinares para determinar o rumo a tomar. Contemporaneamente, identifica-se semelhança entre a realidade do moderno SI e os preceitos geopolíticos ortodoxos, embora a Geopolítica Clássica não seja capaz de explicar questões típicas da atual Ordem Mundial. Para Mitchell (2020), essa incapacidade se dá, principalmente, porque a Geopolítica Clássica tem sua fundamentação centrada nos Estados – os únicos atores do Sistema Internacional à sua época – e seus postulados foram concebidos para justificar e modelar as RI, não para originar uma análise científica. Em contrapartida, alguns pressupostos continuam válidos. No estudo desenvolvido ao longo da pesquisa, avultaram a permanência da Eurásia como foco geoestratégico mundial, em sintonia com os preceitos Mackinderianos do “*Heartland*”; da mesma forma que os postulados Spykmanianos do “*Rimland*” e, mais importante, seu conceito de “Equilíbrio de Poder”, o qual surge como postulado essencial para limitação da violência e incremento da estabilidade entre os

⁸ Denominação dada aos estudos realizados até a primeira metade do século XX. (N.A.)

entes estatais, dada a atual instabilidade que permeia um SI em reordenamento.

A Geopolítica contemporânea vem incorporando novos paradigmas para tratar de um presente ambíguo, complexo e instável, face aos obséquios apresentados pela Geopolítica Clássica. Acolhendo tais paradigmas, a Geopolítica adotou novos postulados para lidar com esse presente, no qual os Estados Nacionais perderam o monopólio de atuação no SI. A partir desta percepção, Cohen (2015) defende a adoção de novos fatores analíticos para o SI, que considere organizações não-governamentais (ONG) e intergovernamentais (OIG), empresas transnacionais e outros entes não-estatais. Ditos atores não são “novos”, somente valeram-se da globalização e ampliaram seu protagonismo e influência a um nível tal que chegam a rivalizar – ou contribuir – com os interesses de determinados Estados.

Como corolário do apresentado no campo das Relações Internacionais e da Geopolítica, as pretensões estatais só devem ser validadas após a análise de múltiplos e diversificados componentes, o que reveste o Método de Análise Geopolítica da Escola de Guerra Naval (2022) de especial utilidade. Ademais considera fatores selecionados de acordo com a situação particular abordada, dentre os quais: o sociopolítico, o econômico, o energético, o militar, o histórico, o humano, o físico e a liderança nacional, em flagrante observância às expressões do PN. Novos conceitos emergem, como *reshore*, *nearshore*, *friendshore*, que serão visitados ao longo do trabalho, assim como as efemérides que propiciaram sua emersão, isto é, a pandemia de coronavírus e o conflito entre Rússia e Ucrânia e que são indutoras do processo de reordenamento internacional.

As conclusões obtidas a partir dos fatores analisados possibilitam uma compreensão multifacetada do problema estudado, e norteiam uma visão mais abrangente e verossímil da conjuntura enfrentada, permitindo a proposição de políticas públicas ou de decisões estratégicas decorrentes de uma ilação técnica e metodologicamente estruturada, fundamentada nas RI.

2.4 Oceanopolítica

O Oceano⁹ é elemento integrador, possui um caráter global que influencia decisivamente o clima e permite que a Terra seja habitável, entretanto, os espaços

⁹ O Oceano, para a Oceanopolítica é um só. Suas divisões são meramente didáticas, posto que não há barreiras físicas entre eles, formando uma massa única e contínua que integra – não separa – os povos. (N.A.)

marítimos não faziam parte dos espaços sociais da humanidade. Segundo Monteiro (2022), a razão da mudança foi a possibilidade de ganhos econômicos, levando à sua integração aos espaços sociais, acarretando uma mudança de postura para com o Oceano, onde antes imperava a política de controle, com maior valia nas LCM, passará a vigorar a postura de ocupação do espaço marítimo, não militarmente, mas economicamente.

O termo “Oceanopolítica” foi cunhado pela Professora Therezinha de Castro¹⁰, em 1983, e se popularizou com o Almirante chileno Jorge Busch. Em 2017, o termo reemergiu, na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), provocado por Estados insulares do Pacífico – que tem sua área marítima até dez vezes superior à sua área emersa. No Brasil, retornou ao centro dos debates com o Plano Estratégico da Marinha¹¹, o qual realça que “a Oceanopolítica, por atuar em ambiente diverso do terrestre, desenvolve uma série de conceitos decorrentes de ordenamento jurídico próprio” (BRASIL, 2020, p.18), faz referência à influência dos fatores observados no Oceano na Política Estatal e tem ganho mais musculatura com aporte de novos estudos pela Academia.

A Oceanopolítica, como “ramo da Geopolítica” reflete uma abordagem epistemológica similar à da Geopolítica clássica, *mutatis mutandis* (MONTEIRO, 2022). Dita verossimilhança termina por incutir no ideário coletivo a noção que os oceanos seriam a “última fronteira” a ser conquistada. Na visão de Borgese (1998) alguns conceitos fundamentais, desenvolvidos por séculos em terra, com os de soberania, fronteiras geográficas e propriedade, simplesmente não fazem sentido no meio oceânico, onde novos conceitos políticos jurídicos e econômicos estão emergindo. Por isso a noção de “última fronteira” é inadequada ao Oceano, posto que não há uma geografia que lhe seja inerente, não há limites geográficos nem físicos. É um meio permeável e “apassional”, de natureza transnacional (BARBOSA JUNIOR, 2022). Nos dias de hoje, mister se faz destacar a concentração da população junto ao litoral (Fig. 8, p. 130), a relevância dos cabos submarinos para as comunicações e o comércio internacional, a importância da Economia Azul¹², a inexistência de fronteiras

¹⁰ Therezinha de Castro (1930-2000) foi professora, historiadora, geógrafa, pesquisadora e escritora, considerada uma das maiores Geopolíticas brasileiras, ao lado de Meira Mattos, Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva. (N.A.)

¹¹ Apresenta os elementos conceituais e doutrinários de alto nível da Marinha, sua Missão e sua Visão de Futuro no horizonte temporal de vinte anos (N.A.)

¹² Uso sustentável dos recursos do oceano para promover crescimento econômico e melhorar os meios de subsistência e de trabalho preservando a saúde do ecossistema marinho (Banco Mundial, 2022)

físicas no mar e a vasta extensão oceânica, quase três vezes a terrestre, nos dá a dimensão da importância do estudo do Oceano, enquanto espaço de projeção de poder. Aliás, justo nas dimensões dos espaços envolvidos é que reside a diferença marcante entre a Geopolítica e sua irmã caçula. Neste novo campo do conhecimento, a China precisa ser entendida como nossa vizinha oceânica.

A Geopolítica já tratava do domínio dos mares, desde o Séc. XIX, quando Alfred Mahan (2011), publicou sua *obra maestra*, em 1890, expondo a centralidade do papel do mar na grandeza das Nações, com conceitos ainda hoje aplicáveis para a compreensão do Oceano no contexto do Poder Marítimo e do desenvolvimento econômico dos Estados. Sua obra tornou-se indispensável para construção do pensamento geopolítico sobre assuntos marítimos, ou seja, o próprio pensamento oceanopolítico. Em seus estudos, Mahan define seis fatores essenciais para o Poder Marítimo de um Estado: sua posição geográfica; a formação física de seu litoral; sua extensão territorial; o tamanho de sua população; o caráter nacional; e o caráter do governo. Destes fatores cabe citar que os três primeiros estão relacionados com as condições naturais de um território que permita projetar-se ao mar. No entender de Mahan, todo litoral deve ser visto como uma fronteira, sendo também um meio de comunicação com o mundo através do comércio, asseverando que a posição geográfica é o principal fator para obtenção do controle marítimo. A Teoria de Mackinder também contribuiu com a Oceanopolítica, ao postular a existência de um único Oceano – que envolvia a Ilha-Mundo.

Considerando as particularidades de cada disciplina, infere-se que os conceitos analíticos aplicados à Geopolítica também são válidos, *mutatis mutandis*, à Oceanopolítica, posto que esta é, *lato sensu*, discípula daquela. Conceitualmente temos o Estado como elemento central da ação, analisando o impacto dos espaços oceânicos, no desenvolvimento nacional, na segurança e no bem-estar de seu povo. A Oceanopolítica trata de analisar a panóplia de ações tomadas no âmbito do Poder nas relações interestatais, considerando a conjuntura política internacional e a liberdade de ação dos atores, porém com uma abordagem pluralista e interativa. Para Barbosa Junior (2022), a Oceanopolítica brasileira excogita formas de promover o desenvolvimento nacional por meio do Poder Marítimo e a segurança nacional por intermédio do Poder Naval. A elaboração de Políticas públicas de forma a ordenar decisões politico-estratégicas é o fruto imediato dos estudos deste ramo, como a

atualização da Política Marítima Nacional, em fase de conclusão. De mais a mais, uma visão prospectiva nos mostra, inequivocamente, que a disputa pelo oceano tende a acirrar-se. No EEB duas efemérides deverão ter assento, a disputa por terras no continente antártico e a mineração no subsolo marinho, campos para a Oceanopolítica servir de guia.

2.5 Entorno Estratégico Brasileiro

O termo Entorno Estratégico Brasileiro (EEB) é empregue pelos documentos que formalizam nossa Política de Defesa. É importante ressaltar que os documentos oficiais delimitam geograficamente o EEB, porém não o definem claramente. O EEB pode ser estudado em três áreas integradas, a América do Sul, o Atlântico Sul e a Antártica e a costa ocidental africana. De acordo com Fiori (2013), estes documentos propõem uma nova política externa que integre suas ações diplomáticas, com suas políticas de defesa e desenvolvimento econômico, construindo um conceito novo na história brasileira, o "entorno estratégico", área geográfica onde o Brasil busca projetar sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar, dentro de seu ideário de Potência. É mister repisar que o EEB não é um CSR, uma vez que os problemas de segurança neste espaço são dispares e os arranjos cooperativos para seu enfrentamento são frágeis. Tampouco equivale a uma esfera ou área de influência, tendo em vista outras Potências competem com o Brasil por influência nas diferentes áreas que compõem o EEB. *Ipsa facto*, adotaremos a proposta de definição de Dawood (2022) segundo a qual o EEB “é uma representação espacial dos anseios de projeção de poder político-diplomático, econômico e militar do Brasil, fundamentando-se em um imaginário geopolítico que concebe o país como uma potencial Grande Potência”.

O Brasil prioriza seu entorno estratégico, ainda que a “Eurásia” permaneça como foco geoestratégico mundial e haja uma crescente disputa de poder no Pacífico Norte e no Sudeste Asiático (BRASIL, 2020a) e que o EEB esteja fisicamente apartado do cerne da tensão geopolítica mundial, não se pode ser ingênuo e crer o Brasil habita uma região segura e estável, afinal na área do EEB tem assento jovens Estados, detentores de riquezas diversas em seus territórios. Assim, salta aos olhos a importância do Atlântico Sul (BRASIL, 2020) como palco de atuação principal para o PN dentre os espaços marítimos nos quais o Brasil mantém interesses. Para obter-se um ambiente regional seguro, é fundamental a ampliação da cooperação com países

lindeiros do Atlântico Sul, particularmente por meio de suas Marinhas (BRASIL, 2020a), oferecendo uma oportunidade para o Brasil projetar seu Poder via atuação na ZOPACAS, segundo os ensinamentos oceanopolíticos.

Para Burges (2017), os estudos sobre regionalismo são claros no sentido de que regiões são lideradas por Estados e são um processo construído (constructo social) que deve responder às alterações nas circunstâncias globais. O Brasil tem um papel de protagonista a desempenhar no Atlântico Sul!

3. A CHINA E O TABULEIRO AFRICANO: IDEIAS, IDEAIS E IDEOLOGIAS

O Sistema Internacional está mais complexo. Ao final da IWW havia menos de meia centena de Estados, hoje são mais de duas. Na disputa pela primazia política, vê-se que no campo das questões militares internacionais, os EUA são o único superpoder com alcance global – 75% dos gastos mundiais com produtos de defesa (ProDe) é realizado pelos Estados Unidos e seus aliados¹³, justificando a tese que existe uma unipolaridade militar, já na seara econômica, a ordem internacional tem outra característica definidora, ela é multipolar, com a China ascendendo rapidamente.

O presente capítulo apresenta a geopolítica da China e mostra que na corrente arrumação do tabuleiro geopolítico, persistem acirradas disputas na Ásia, América do Sul e África, dado o ímpeto do avanço chinês. Também aborda a postura chinesa no SI e sua estratégia, além das relações com a África, identificando seus interesses, sua estratégia e suas iniciativas, de forma a facilitar a comparação com os interesses e ações do Brasil para a região. Iniciemos com um pouco de História...

3.1 Arqueologia histórica chinesa

Qualquer tentativa de entender a postura político-estratégica chinesa deve partir de uma compreensão básica do seu contexto histórico e de suas tradições. O Império do Meio (*Zhongguó*) tem origem tão remota que é um desafio precisar seu início. Durante a maior parte de sua milenar história, a China não se deparou com qualquer civilização que fosse comparável à sua em escala, conhecimento e sofisticação, tendo se impondo em termos culturais, mais do que pelo poder militar. Nenhum país possui uma civilização tão longeva, uma ligação tão forte com suas tradições ou princípios clássicos de estratégia e de governo com mais de dois milênios. (KISSINGER, 2012).

Unificada em 211 a.C., a China assim se manteve ao longo da era cristã e exerceu notável influência política, científica, econômica e psicossocial sobre os vizinhos, ainda que mais fraca militarmente. Com o passar dos anos, originou-se a tradição de resolução dos conflitos dando preponderância à via indireta, *i.e.*,

¹³ Fonte: Stockholm International Peace Research Institute Military Expenditure Database. Disponível em: https://sipri.org/sites/default/files/2022-04/fs_2204_milex_2021_0.pdf. Acesso em: 24 abr. 2022.

empregando diplomacia com sutileza, logrando vantagem psicológica e política, evitando o conflito direto e conquistas territoriais, mas obtendo influência e respeito. A China produziu uma parcela maior do PIB mundial do que qualquer país ocidental em dezoito dos últimos vinte séculos e foi o principal poder mundial até a primeira metade do século XV, possuindo uma superioridade naval tecnológica insuperável pelo Ocidente, quando abriu mão dessa primazia e voltou-se para o *Tianxia*¹⁴, sem conquistar territórios. Segundo Kissinger (2012, p.27) “[...] quando muito, pode-se dizer que criou condições favoráveis para os mercadores chineses, mediante uma espécie de exercício precoce do poder brando chinês”. Não se pode ignorar o protocolo chinês, segundo o qual, o Império chinês oferecia aos estrangeiros imparcialidade, jamais igualdade.

Em meados do século XIX, os europeus, convencidos de sua superioridade civilizacional e militar, tentaram trazer a China para o sistema eurocêntrico, estimulados pela prosperidade econômica chinesa e sua paradoxal debilidade bélica. O RU impôs o moderno SI, iniciando um período de brutal pressão social, moral, econômica e intelectual sobre a tradicional sociedade chinesa, no qual o país foi partilhado entre as potências europeias, a partir de “tratados desiguais”. O choque daquelas duas ordens mundiais, com descalabro para a China, passou para História como o “século da humilhação”, tendo seu epílogo com a reunificação chinesa após a Guerra Civil (1927-1937;1946-1949).

Com o fim da guerra civil, a China comunista alinhou-se à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), particularmente para neutralizar um eventual apoio militar dos EUA aos nacionalistas de Taiwan, reconhecidos pelos EUA e aliados como legítimo governo da China. Os aliados comunistas tiveram um primeiro afastamento com a recusa da URSS em ajudar a RPC a desenvolver sua bomba atômica. Esta negativa levou a China a buscar o desenvolvimento autóctone de sua tecnologia nuclear e ao desastroso Grande Salto para adiante (1958-1960), acontecimentos que, ao lado da Revolução Cultural (1966-1969), levaram a China ao completo isolamento internacional, ao final do qual a China percebia a ameaça de invasão pela URSS. Para se contrapor à ameaça, Beijing rompeu um isolamento de duas décadas nas relações diplomáticas com Washington. Mao queria dissuadir a hostilidade do ex-aliado de

¹⁴ Tian xia, significa “tudo sob o céu e a terra”, como a civilização chinesa se percebia. A Única civilização. (N.A.)

primeira hora, ao acenar com a possibilidade de uma coalizão com o Ocidente, espavorindo os soviéticos. A manobra geoestratégica funcionou, inaugurando a Diplomacia Triangular¹⁵ e marcando uma importante mudança para a RPC, pois o governo sinocentrista de Mao abandonou a primazia da ideologia nas RI da China, passando a imperar, em plena bipolaridade, o interesse nacional, abrindo alas para as modernizações.

A China atual é imensa. Possui um milhão de quilômetros quadrados a mais que o Brasil, irregularmente ocupado por uma população que corresponde a 20% da mundial (seis vezes a do Brasil). Podemos dividir a RPC em quatro regiões: a Sudeste – amarada – concentra 60% da riqueza nacional com Shanghai e Hong Kong equiparadas ao “primeiro mundo”; a Nordeste, que inclui Beijing, está se industrializando com rapidez, apoiada em eficiente infraestrutura; o Sudoeste e o Noroeste permanecem no “terceiro mundo”, com cerca de 700 milhões de camponeses (Fig. 9 e 10, p. 131).

3.2 Ascensão chinesa no Sistema Internacional

Dois anos após a morte de Mao, assume o poder Deng Xiaoping (1978-1993), que inicia as quatro modernizações, com o intuito de fortalecer os campos da agricultura, ciência e tecnologia, indústria e defesa e dar impulso à arcaica economia chinesa de então. Em seu governo dissolve-se a URSS, dando origem a um contexto geopolítico novo, no qual Washington e Beijing entenderam que seus interesses não eram tão convergentes como nos tempos da Diplomacia Triangular. Segundo Kissinger (2012), a derrocada soviética foi bem-vista em Beijing, interpretada como uma vitória da estratégia de deterrência agressiva de Mao e Deng, entretanto a elite chinesa logo traçou um paralelo entre o esfacelamento da URSS e seu imbróglio doméstico, como herdeiros de um império multiétnico milenar, com porções ocupadas, que teria de ser administrado como um moderno Estado socialista. Neste novo contexto geopolítico, definido por Deng como “Socialismo com características chinesas”¹⁶, ele guinou em direção à economia de mercado ainda que o Partido Comunista Chinês (PCCh) rejeitasse a concepção estadunidense do triunfo universal

¹⁵ Diplomacia Triangular é o termo pelo qual ficou conhecida a aproximação dos EUA com a RPC para exercer pressão sobre a URSS para negociar concessões, levando ao período da Guerra Fria conhecido como *détente*. (N.A.)

¹⁶ Socialismo com características chinesas ou híbrido, mantém a propriedade pública como o esteio da economia e permite que outras formas de propriedade se desenvolvam lado a lado. Caracteriza-se pela construção e aplicação do “sistema de economia de mercado socialista”. (ZHAO ZI, 2012)

da democracia liberal, por outro lado avaliou que a cooperação com os EUA era necessária para continuação de seu programa reformista. Jiāng Zémín (1993-2003) deu continuidade à política reformista de Deng, aportando mais recursos em educação e ciência e tecnologia e agregando ao discurso chinês a defesa de um mundo multipolar, da democracia popular e do socialismo com características chinesas (CHINA, 2011). A imperatividade de inserção chinesa no moderno SI, evocou nas elites sínicas, para Kissinger (2012), uma tendência a debater seu destino nacional e uma estratégia de amplo alcance para conquistá-lo.

Na virada do milênio os esforços dos períodos Deng e Jiang começaram a frutificar. Hu Jintao (2003-2013) iniciou a aproximação com o Brasil, em seu governo começam as apreensões com o crescente poder chinês. Um artigo de Zheng Bijian assegurando que a “ascensão pacífica” visava um mundo harmonioso de paz duradoura serviu como resposta de que a China adotara uma estratégia para “transcender os modos tradicionais com que as grandes potências emergiram”. As teorias da “ascensão pacífica” e “mundo harmonioso” reencontram os princípios da era clássica chinesa, que lhe outorgaram sua grandeza, esta segunda teoria foi apresentada por Jintao (2005) em discurso na Organização das Nações Unidas (ONU). Ambos os conceitos denotam a evitação do conflito aberto. Nesta mesma linha, a RPC substituiu a expressão “ascensão pacífica” por “desenvolvimento pacífico”, porque a noção de “ascensão” poderia figurar “demasiadamente ameaçadora e triunfalista” (KISSINGER, 2012). A RPC buscava uma “nova ordem política e econômica internacional, sem seguir o caminho das grandes potências lutando pela dominação global durante a Guerra Fria” (BIJIAN, 2005). Xi Jinping¹⁷ assume o poder em 2013 e traz uma mudança na Política Externa da China, convertendo o poder militar potencial chinês em poder de fato e consolidando o país como Potência Global desafiante dos EUA. No ocaso do governo de Zémín e ao longo do governo Jinping, a diplomacia e a estratégia nacional chinesa foram instrumentos de “coexistência combativa” com os adversários, em consonância com a tradicional abordagem chinesa de manipular os oponentes enquanto o posicionamento estratégico é construído, sem olvidarmos que para a China estabilidade interna e defesa externa são preocupações equivalentes.

¹⁷ Escolhido como 7º Presidente da RPC, foi aclamado “**grande líder**” – mesmo status de Mao Zedong, em 2017, no XIX Congresso do PCCh, abrindo a possibilidade de ampliar seu mandato indefinidamente. (N.A.)

O impacto no SI da ascensão da China no presente século, põem em Xequê a hegemonia mundial norte-americana. Os conceitos de desenvolvimento pacífico, multilateralismo, fortalecimento nas RI, liberalismo no comércio exterior, aumento da interdependência econômica e estabelecimento de uma política de rivalidade contida com os Estados Unidos, foram modelados teoricamente pelo pensamento chinês clássico e podem ser identificados nos textos dos filósofos pré-Chin. Mister se faz aclarar que a “ascensão pacífica” chinesa não é consenso. Embates ocorrem com movimentos nacionalistas, empresários e até mesmo Estados questionando a postura comercial da RPC na Organização Mundial do Comércio (OMC). Ademais, as relações ambíguas entre EUA e RPC, do quarto final do século passado, se converteram em uma competição. Num cenário de maior tensão, as disputas navais no Mar do Sul da China e na bacia do Indo-Pacífico; o embate tecnológico, a guerra comercial, a *Belt and Road Initiative* (BRI) e a parceria estratégica Sino-Russa, são questões que levaram Washington a classificar Beijing como “Potência Rival”, desde a Estratégia Nacional de Segurança (NSS) de 2017.

3.3 Postura geopolítica chinesa contemporânea

A análise estatal chinesa identificou as primeiras décadas do século como um período de oportunidades estratégicas, seja pelo indiscutível progresso da RPC e pela percepção do potencial nacional para obter ganhos estratégicos, seja, paradoxalmente, pela apreensão quanto às suas persistentes vulnerabilidades, logrando conquistar *status* internacional ao observar como fundamentos geopolíticos, política ativa, forte economia e capacidade militar (BARACUHY, 2021). Em congruência com o pensamento Mackinderiano do Poder Terrestre, o domínio do *heartland* proporcionará o controle sobre a Ilha-Mundo – a parte continental da Eurásia – e definirá quem será o gestor da humanidade (Fig. 2, p.128). Coadunando com tal constructo teórico, as manobras geopolíticas sínicas buscam exercer influência sobre o centro da Ásia, como requisito para a liderança mundial, em contraposição aos EUA, que tem um viés Mahaniano e segue a Teoria do Poder Marítimo¹⁸ para o primado global. Não obstante, a RPC também tem desenvolvido seu poder naval. Essa aparente dicotomia epistemológica, é apaziguada ao se compreender que a geopolítica chinesa não prescinde da importância de Oceanopolítica, demonstrando

¹⁸ Elaborada por Alfred T. Mahan, que definia as condições para ter um Poder Naval hegemônico e controlar o mundo. Depois aperfeiçoada por Keenan e Spykman, que acrescentaram o domínio dos estreitos e áreas costeiras nos continentes. (N.A.)

que estava errada ideia maniqueísta reinante no século passado entre as Potências, de que as Teorias do Poder Terrestre e Marítimo eram excludentes. A combinação das duas teorias, empregada pela RPC, é fundamental para deslindar sua projeção sobre a África e América do Sul, enquanto avança regionalmente sob o mote “É o povo da Ásia que deve cuidar dos assuntos da Ásia, resolver os problemas da Ásia, garantir a segurança da Ásia”.

O Realismo Moral proposto por *Xuetong* tem sido a principal influência da geopolítica chinesa, ao defender que sua teoria “deve e pode ser universal, mesmo derivada da cultura chinesa” (ACHARYA, 2019, p. 470), ao mesmo tempo que aceita a ordem Vestfaliana e sustenta que a política entre as nações se caracteriza pela luta entre Estados por poder, riqueza e prestígio, em um concerto anárquico, provê ao PCCh um arcabouço doutrinário com constructos teóricos euro-atlânticos, sob uma ótica chinesa (XUETONG, 2019). De acordo com os escritos de Kissinger (2012), a Política Externa chinesa evita ações dramáticas e sua geopolítica objetivava primordialmente

um ambiente internacional pacífico (o que inclui boas relações com os EUA) e acesso a matérias-primas para assegurar um crescimento econômico contínuo. E o país continuava a ter um interesse especial no mundo em desenvolvimento – legado da teoria dos Três Mundos de Mao – mesmo enquanto ascendia ao status de superpotência econômica. Como Mao havia temido, o DNA chinês se reafirmara. KISSINGER (2012, p. 471)

Fundamental compreender que a “moderna postura” da China no SI não implica, segundo Kissinger (2012), a renúncia à *Chinese Realpolitik*, que raramente arrisca o resultado de um conflito em um único embate decisivo, optando por elaboradas manobras com duração de anos. É consentâneo ter em mente essa visão para elaboração de qualquer análise sobre a geopolítica chinesa para o Séc. XXI, que opta por uma postura na qual a potência ascendente não quer afrontar o poder hegemônico diretamente, tanto quanto possível. Para entender tal pensamento geopolítico, mister se faz a compreensão do apego chinês às suas raízes filosóficas e sua proposta de superar os EUA e assumir a liderança global. Aliás um provérbio confuciano explica bem o pensamento chinês: “Em uma montanha não cabem dois tigres”, o que indica potencial conflito de interesses entre as duas Potências. Na visão chinesa, o atual SI em muito se assemelha à “Era dos Reinos Combatentes”, baseado no equilíbrio de poder, e que indica a busca sínica pelo protagonismo mundial – *Chinese dream* – sem um confronto decisivo com o *hegemon*. Dita experiência

histórica traz lições sobre o caminho para uma ascensão pacífica para a RPC e formas de evitar a Armadilha de Tucídides¹⁹, ainda que observemos uma próspera China exibindo poder militar no *état de l'art*. Hodiernamente, pensadores chineses – Xuetong, Fang e Yaqing – advogam que a disputa entre EUA e RPC não conduzirá à IIGF, na contramão do defendido por muitos acadêmicos ocidentais.

Quando o governo Obama, em 2012, adotou a política do Pivô Asiático para equilibrar o poder no Pacífico Norte e no Sudeste Asiático, os geopolíticos chineses o entenderam como mais um movimento em direção ao cenário de concorrência estratégica, acirrada durante o governo Trump, que classificou a China como “Potência Revisionista” e concorrente global dos EUA e enfatizou que o grande desafio do Departamento de Defesa seria como enfrentar o ressurgimento da competição estratégica de longo prazo seja com a China ou com outros Estados rivais (ZHAO, 2019). Para os pensadores chineses, a via adotada pelos EUA era um sinal irrefutável de que as relações político-estratégicas entre os dois gigantes estariam transitando da fase de parceria para a da competição – confirmada no governo Biden. Ainda assim, para os acadêmicos orientais, os fatores conjunturais contemporâneos são muito diferentes dos vigentes na era bipolar, pois a globalização acarretou uma interdependência econômica entre os Estados. Para eles, na esfera política, o desenvolvimento pacífico chinês é dessemelhante da confrontação ideológica da GF.

Há que se analisar, as recentes – e grandes – alterações ocorridas no concerto das nações no último meio lustro e que podem impactar o *Chinese dream*. Primeiramente, a pandemia do coronavírus expôs a “sinodependência” do ocidente, como profundos impactos nas cadeias globais de valor e produção e originando um debate sobre a repatriação de cadeias de produção dos países industrializados. A outra efeméride digna de nota é o conflito na Ucrânia, que vem impactando a economia mundial e desarticulando as cadeias globais de produção, tendo, como efeito colateral, o reforço perigoso da aliança sino-russa. A combinação dos dois fatos tem potencial disruptivo na geopolítica mundial, é um cenário impensável há uma década e que desvela um risco para o Desenvolvimento Pacífico chinês, podendo frustrar sua tentativa de evitar uma segunda Guerra Fria, mas também uma oportunidade geopolítica de demonstrar sua capacidade de liderança e propor

¹⁹ Conceito popularizado pelo cientista político Graham Allison (1940-...), descreve a aparente inexorabilidade da guerra quando uma potência emergente ameaça substituir uma grande potência, já consolidada como hegemônica, no SI. (N.A.)

alternativas à Ordem Mundial, alicerçados em uma reanálise da globalização e do multilateralismo, com uma guinada rumo à multipolaridade. Neste cenário, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) se estabeleceu como pilar dos BRICS²⁰ e principal financiador externo de soluções financeiras para enfrentar a crise econômica gestada durante a pandemia e agravada pelo conflito na Ucrânia.

3.4 A Grande Estratégia da República Popular da China

A Grande estratégia ajuda a guiar Política Externa de maneira coerente. Está relacionada com o que se deseja alcançar; quais seus Objetivos Fundamentais e de Estado; quais as ameaças identificadas como críticas; a grande estratégia conduz à efetividade da Política Externa. Neste nexos, entre os ON da China estão: a estabilidade nacional; a segurança da política nacional e do povo; a salvaguarda da soberania nacional, a unidade e a integridade territorial, os direitos e interesses marítimos da RPC, tendo como propósito mais amplo a salvaguarda dos interesses de soberania, segurança e desenvolvimento (CHINA, 2019), com liberdade econômica e autocracia política.

De acordo com Kissinger (2012, p. 482) “conforme emergia como Grande Potência, a China contaria com a atração exercida por seu modelo de desenvolvimento e as relações com outros países seriam abertas, não exclusivas e harmoniosas”, reforçando que o cultivo da harmonia não estorva a procura por uma vantagem estratégica. Na última década, os pensadores chineses aprofundaram o estudo das relações sino-americanas, empregando seu repertório histórico-cultural e apresentando alternativas para responder a antigos problemas das RI. Diferentemente das análises precedentes sobre estratégias para a China, hoje os estudos são instados em razão do poder chinês e não, como em debates pretéritos, de suas vulnerabilidades (KISSINGER, 2015). Em dito debate é recorrente o ditado milenar “Não tenha medo de ser lento, tema apenas ser detido”²¹, que dá o tom da postura estratégica chinesa.

É forçoso reconhecer que, mesmo antes da Pandemia de coronavírus e do conflito na Ucrânia, alguns pensadores já dissonavam da tese de ascensão sem confrontação com o *hegemon*, defendendo que, embora a análise estratégica chinesa

²⁰ Grupo de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O acrônimo se estabeleceu como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. (N.A.)

²¹ Kong Fuzi ou Confúcio (551-479 a.C), na versão latinizada. viveu no fim do chamado “Período da Primavera e Outono” (N.A.)

estivesse correta, o Ocidente permanecia uma força belicista, perigosa e fundamentalmente antagônica, que nunca permitira à China erguer-se harmoniosa e pacificamente. Destarte, seria imperativo que a RPC se projetasse sobre a Ásia e a África, cimentasse suas conquistas e arrostasse suas reivindicações de poder mundial e de status de Superpotência. Ademais, para se liderar a nova Ordem Mundial e restaurar sua glória milenar, em uma versão moderna, a China não pode se apoiar unicamente em suas virtudes tradicionais de harmonia, mas desenvolver sua Expressão Militar para, ao menos, dissuadir eventuais Estados antagônicos, *i.e.*, a RPC deve desenvolver seu poder militar concomitantemente ao econômico (MINGFU, 2015), como, aliás, tem feito nos últimos anos. Os EUA seguem a linha de competição pelo poder, classificando a China como “Potência revisionista e concorrente estratégico dos EUA”.

Por sua vez, o governo chinês afirma que este “nacionalismo triunfalista” não é a postura oficial da RPC, que prossegue em seu “caminho de desenvolvimento pacífico”, nas palavras de Dai Bingguo²² (2013). Conforme as ideias de Xuetong, compete à RPC exercer uma liderança capaz de atrair seguidores no SI, aproveitando-se da oportunidade surgida do vácuo ideológico fruto da queda de prestígio norte-americano e evitando conduzir uma política externa agressiva, que poderia gerar uma conjuntura internacional bipolar desinteressante à estratégia chinesa de ascensão à Superpotência. Corroborando as palavras de Bingguo, a Política de Defesa Nacional (CHINA, 2019) repisa que a RPC prosseguirá com uma Política de Defesa de natureza defensiva, coloca o desenvolvimento pacífico como iniciativa estratégica e reforça a busca da estabilidade do SI, por meio das tradições culturais chinesas, *in verbis*:

A concorrência estratégica internacional está em ascensão. Os EUA ajustaram suas estratégias nacionais de segurança e defesa e adotaram políticas unilaterais. Intensificaram a competição entre os principais países, aumentaram significativamente seus gastos com defesa, [...] e minaram a estabilidade estratégica global. (CHINA, 2019, p.3)

Atualmente, a Grande Estratégia da RPC, tem como fulcro suplantar os EUA na liderança global, evitando a Armadilha de Tucídides, por meio do investimento em inovação e do crescimento de seu mercado interno (China, 2015). Nas palavras de Xi Jinping (2019), a nação Chinesa deve “dobrar seus esforços e continuar com a firme vontade para progredir a causa do socialismo com as características chinesas e

²² Conselheiro de Estado da China entre 2008 e 2013, ainda atua como conselheiro político do PCCh. (N.A.)

continuar o grande renascimento nacional e o sonho chinês”. A projeção sobre a África é um passo nessa direção, em consonância com a tese de Góes e Visentini (2019), segundo a qual a “mundialidade pós-moderna” tem como conceito de *lebensraum* a conquista de mercados e mentes, em nítido distanciamento da proposta Haushoferiana. Substitui-se a expansão territorial pela conquista de mercados em escala mundial. Os estrategistas chineses defendem que uma eventual IIGF só se concretizaria na ocorrência de um cenário global similar ao observado na segunda metade do século passado, algo completamente diferente do existente até 2020. Dito cenário parece estar se concretizando, senão vejamos, a postura da RPC tem se modificado, deixando o posicionamento anti-hegemônico tradicional e passando a exercer uma hegemonia regional, avançando sobre a África e América Latina em prol da consecução de seus Objetivos Nacionais, incrementando seu *hard power*, notadamente pelo aumento de seu Poder Marítimo e pela “Diplomacia da Dívida”²³, como veremos a frente.

Há que se considera que a geração que ora está no poder do PCCh, é a primeira geração, nos últimos dois séculos a ter crescido numa China politicamente unificada, em paz e que não vivenciou a Guerra ou Revolução. Desta forma, é de se esperar que os assuntos internos tenham menos relevância que em outros tempos e que se sintam mais confiantes no poder chinês. Nesse sentido, o acirramento da Rivalidade sino-americana, tende a desenvolver uma dinâmica de competição político-estratégica estrutural, a qual implicará em substanciais modificações nas relações de poder vigentes, podendo criar nexos de competição e desafios diferentes, novos espectros de alianças ou alinhamentos, com epílogo no deslocamento de poder para Ásia e no desencadeamento de fragmentação política dos Estados nacionais. O grande desafio de Jinping é a resposta ao dilema de Jintao:

Por mais que objetivos mais ambiciosos sejam negados, os países da região [...] acham essas garantias difíceis de conciliar com o crescente poder e o histórico da China. Será que um país que durante a maior parte do período moderno — que na China começa há 2 mil anos — via a si mesmo como o pináculo da civilização, e que por quase dois séculos considerou sua posição exclusivamente moral de liderança mundial como tendo sido usurpada pela capacidade das Potências ocidentais e do Japão, vai se dar por satisfeito e limitar suas metas estratégicas a “construir uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos”? (JINTAO, 2009).

²³ A tática é simples, por meio do relacionamento comercial internacional, a China busca obter ativos estratégicos, como petróleo, instalações logísticas e recursos naturais. Ato contínuo, são concedidos empréstimos destinados a melhoria da infraestrutura local, obras do agrado do povo nativo. Com o tempo os empréstimos se transformam em dívidas virtualmente insolúveis, porém, por meio de negociações políticas, a China consegue a soberania sobre o ativo em disputa em troca do perdão da dívida. (N.A.)

3.5 Iniciativas chinesas

A RPC vem aproveitando as brechas geopolíticas deixadas na última década pelos EUA, para aumentar a sua influência. Em setembro de 2013 lançou a “*Belt and Road Initiative*” (BRI), (Fig. 11 e 12, p.132) composta por dois projetos: a “*Silk and Road Economic Belt*” e a “*21st Maritime Silk Road*”, aqui traduzidas como “Nova Rota da Seda” e “Rota da Seda Marítima”, respectivamente. Os nomes fazem referência à principal plataforma comercial do mundo antigo, período de grandeza da civilização chinesa, o qual a RPC aspira reviver, sob o comando de Jinping. A BRI é a espinha dorsal da ambiciosa agenda chinesa de renovação identitária, para moldar o século XXI, similarmente ao que os EUA fizeram no século XX. O objetivo é projetar o poder chinês no SI, valendo-se de seu *soft power*, tendo como estado final desejado político alçar a China ao *status* de Superpotência. A iniciativa está sendo implementada via estabelecimento de rotas terrestres e marítimas conectando a China a mais de cem países nos continentes asiático, africano, europeu e sul-americano, despertando o interesse nos países africanos, atraídos pela expectativa de desenvolvimento de suas economias e modernização de suas infraestruturas. A BRI acirrará a disputa pelos mercados na África, com UE, Rússia, Índia e EUA, no bojo dos interesses geopolíticos extracontinentais, entre os quais figuram os do Brasil, que sofrerá uma redução na sua influência sobre os países da África Ocidental.

É mister aclarar que outra iniciativa chinesa tem como objetivo substituir os EUA como financiador mundial de infraestrutura. Os investimentos oferecidos por Beijing (Fig. 13 e 14, p. 133), orientados pela Expressão Política, proporcionaram aos governos africanos o acesso a projetos de infraestrutura sem as contrapartidas fiscais e políticas exigidas pelo Ocidente. Apesar do ritmo de crescimento econômico da China ter diminuído, sua influência econômica no mundo segue crescendo, por meio da BRI, via projetos de infraestrutura e pala manutenção da “Política dos Cinco Nãos”, pela qual a RPC defende a não interferência no modelo de desenvolvimento; a não interferência nos assuntos internos; a não imposição da vontade da China; a não vinculação entre assistência e orientação política; e não buscar ganhos políticos egoístas. Na visão de Pairault (2021), o mote da BRI é a inserção no mercado europeu. O continente africano teria pouca relevância, como objetivo, para a iniciativa, sendo uma forma de diversificação de parceiros e uma forma de produzir ganhos econômicos, que converter-se-ão em ganhos políticos e de segurança ao

desenvolvimento interno chinês. Da alimentação ao apoio logístico, passando pela base industrial, todos os setores essenciais, na visão do PCCh, são contemplados em seu Projeto de concretizar o *Chinese dream*.

Analistas ocidentais criticaram a RPC por se concentrar em financiamentos e impor emprego de mão de obra chinesa e acusam as iniciativas de serem uma armadilha para Estados que, ao contraírem dívidas sem solvência financeira, aumentariam sua dependência e teriam que atender aos interesses chineses, em razão das cláusulas contratuais, algumas das quais preveem que navios da Marinha Chinesa (PLAN) possam atracar livremente em seus portos e receber apoios logístico, observando princípios oceanopolíticos. As críticas se avolumaram à medida que Jinping ampliou a iniciativa para América do Sul e a conectou ao *Chienese dream* de ascender à Superpotência.

A RPC contra-argumenta alegando que se trata de iniciativas para cooperação e desenvolvimento, para gerar bem-estar e prosperidade, no contexto das “8 Grandes Iniciativas para uma Nova Era”, estabelecidas em 2018 na reunião do *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC) (Fig. 7, p. 130), que, entre outras, cita a conectividade de infraestrutura, a promoção industrial, o favorecimento do comércio e o desenvolvimento de capacidades (JINPING, 2018), que traçou o curso para a cooperação sino-africana, voltado para o soerguimento de uma comunidade marcada pela responsabilidade conjunta, cooperação “ganha-ganha”²⁴, segurança comum, prosperidade cultural e harmonia entre a humanidade e a natureza.

Em contraposição às iniciativas chinesas, o G7 lançou a *Build Back Better World* (B3W), em junho de 2021. A iniciativa econômica norte-americana visa rivalizar com a BRI, no desenvolvimento de infraestrutura de países em desenvolvimento “de forma transparente e liderada por grandes democracias”, com intuito de atender “as significativas necessidades de infraestrutura dos Estados de média e baixa renda, acentuadas pela pandemia de coronavírus” (UNITED STATES, 2021b). A B3W terá alcance global, por intermédio dela o G7 e parceiros coordenarão a mobilização de capital privado com a promessa de ofertar centenas de bilhões de dólares em investimentos em infraestrutura nos próximos anos.

²⁴ Situação em que ambos os *players* ganham, pela cooperação. Pela Teoria dos Jogos, nas relações ganha-ganha não é necessário que um player perca, para outro ganhar como ocorre nos jogos de soma zero. (N.A.)

3.6 As Relações sino-africanas

O relacionamento sino-africano não é recente. Desde 1949, a RPC adotou uma política de acercamento aos países africanos, tendo como zênite a Conferência de Bandung (1955), na qual foi fundado o “Movimento dos Não Alinhados”, com a finalidade de manter um distanciamento do Ocidente e da URSS. A Política Externa chinesa para o continente possui duas fases nítidas, a primeira, sob a liderança de Mao Zedong (1949-1976), foi caracterizada pelo relacionamento por motivações ideológicas, na segunda sobressaiu o interesse nacional com pragmatismo político, sob a liderança de Xiaoping, que iniciou as reformas na RPC e firmou cooperação econômica e alianças políticas que conduziram a China à ascensão no SI. O relacionamento sino-africano seguiu com altos e baixos tendo um interregno na década de 1980, após o início das “Quatro Modernizações”, enquanto a RPC se voltava para a dimensão doméstica para reorganizar sua sociedade.

Nos anos 1990 houve uma reaproximação sino-africana, impulsionada pelo fim da GF e o conseqüente decréscimo do interesse estadunidense pelos Estados africanos, em benefício do Oriente Médio (ETZIONI, 2020), em menor escala a suspensão das visitas oficiais e a imposição de sanções comerciais pelos EUA e aliados contra a RPC em razão do “Massacre da Praça Tiananmen”²⁵, derivando na aproximação com os países africanos, para evitar o isolamento promovido pelo Ocidente. Outros dois fatores levaram à inflexão da diplomacia chinesa rumo à universalização, o rápido desenvolvimento econômico, que gerou uma crescente dependência energética, impondo a ampliação e diversificação de fontes e fornecedores e um inédito acúmulo de capitais, permitindo à China realizar investimentos diretos e empréstimos internacionais. Este contexto permanece válido e nele a difusão do fenômeno da globalização permitiu à RPC se estabelecer como aliada econômica de diversos Estados na África, mormente os detentores de consideráveis reservas energéticas e minerais (PISANI, 2014). No início do século, a RPC vivia franca expansão econômica, adotando uma postura pragmática na busca de fontes de recursos e mercados para seus produtos, nesta conjuntura, a África converteu-se em objetivo geopolítico, com inúmeras empresas chinesas fazendo negócios na África – vendendo produtos e comprando *commodities* e o governo

²⁵ Em junho de 1989, o governo chinês reprimiu violentamente uma manifestação na Praça Tiananmen, causando centenas de mortes, segundo o governo chinês, ou milhares, segundo ONG de direitos humanos. (N.A.)

central apoiando diversos países com treinamento de funcionários públicos, bolsas de estudos, investimento em infraestruturas e renegociação de dívidas (PISANI, 2014).

A África é pedra angular da diplomacia chinesa, [...] sua posição e papel únicos não devem ser subestimados [...] 53 aliados não só ampliam o raio das atividades da China no cenário internacional, mas também a profundidade estratégica do jogo com os EUA, fortalecendo assim a iniciativa da China e influenciando assuntos internacionais. A quintessência das relações sino-africanas não é econômica, mas geopolítica. (Hongming, 2021)

Dois instrumentos alavancaram as relações sino-africanas: a criação do FOCAC em 2000 e a afirmação dos cinco princípios de coexistência pacífica²⁶. Este repisa a intenção da China em não interferir nos assuntos internos dos Estados africanos, independente da ideologia, o que é considerado “o grande passo” no relacionamento afro-sínico, sendo considerado o maior empreendimento multilateral da RPC. O FOCAC tem atuado como centro de elaboração de importantes projetos e de negociação de medidas para fomento ao desenvolvimento regional, por meio de vultosos empréstimos; subsídio financeiro para indústrias chinesas investirem na África e distribuição de bolsas de estudo na China. Para Menezes (2013), a FOCAC é a principal ferramenta nas relações institucionais sino-africana, seus resultados são indiscutíveis e demonstram ao Ocidente a capacidade de projeção chinesa, de tal monta que o G7 lançou a B3W, para se contrapor à expansão da China. De acordo com QINGMIN (2016), sob a perspectiva africana, a China oferta novos mercados para suas matérias-primas e alimentos, promovendo o crescimento econômico – uma alternativa à dependência e influência das potências tradicionais; e aumento de IDE (Graf. 1, p. 139), sem as condicionantes impostas pelo Ocidente. Embora os dados mostrem um contínuo aumento no IDE, a magnitude dos empréstimos concedidos a países africanos é o quádruplo da do IDE (Tab. 1, p. 141). Angola é um caso especial, destino de mais de 1/3 dos empréstimos chineses para África no século, com créditos reembolsados por transferências de petróleo, via Sonangol²⁷. Segundo Menezes (2013), as ofertas de Beijing são bem mais atrativas por não imporem condicionantes como direitos humanos, liberdade civil ou combate a corrupção, diferentemente dos organismos internacionais Ocidentais.

A influência geopolítica chinesa na África foi aumentando *pari passu* com seu desenvolvimento econômico, com dois Estados da COAA figurando entre os mais

²⁶ Os 5 Princípios de Coexistência Pacífica foram criados por Mao Zedong e Zhou Enlai (1955). São eles: respeito mútuo à soberania e à integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos um do outro, igualdade e benefício recíproco e coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. (N.A.)

²⁷ Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, a Empresa petrolífera estatal angolana.

importantes no processo, África do Sul e Angola. Naturalmente, o aumento do peso geopolítico chinês foi acompanhado com maior atenção, e gerado mais atrição, pelos principais atores do SI, particularmente EUA, UE e Rússia, iniciando uma disputa de narrativas sobre os malefícios ou benefícios da atuação da RPC na África, com o intuito de trazer a opinião pública mundial para o lado de determinado contendor. Em termos gerais, a relação afro-sínica é bem-vista sob a ótica africana e criticada sob viés ocidental. De acordo com os dados do *The China Global Investment Tracker* (2020) as importações chinesas concentram-se em matérias-primas e minerais, tendo o Brasil e países da COAA entre seus maiores fornecedores. No quesito mineral, Brasil, África do Sul e Índia se destacam, enquanto Brasil, Arábia Saudita e Angola são os maiores fornecedores de matéria-prima, sublinhando que os dois últimos e o Irã são grandes exportadoras de petróleo para a China, que, tem exatamente estes países como principais destinos de seus IDE, isto é, os países com infraestrutura deficiente e com fartura de recursos atraem os IDE chineses, por lhe conferirem maior poder de barganha comercial do que países desenvolvidos, como Coreia do Sul e EUA, que exportam produtos de alto valor agregado para a RPC e demonstram baixa receptividade aos seu IED. Com o desaquecimento econômico, a RPC tem diminuído seu apetite ao risco, preferindo o financiamento com garantia de petróleo e minérios ao IDE em países politicamente instáveis, sem abandonar seus objetivos de garantir mercados fornecedores de recursos para as suas atividades industriais e tornar-se o maior credor da África, o que, combinado com o estabelecimento de bases navais no continente tem o propósito de suplantar os EUA e a França como protagonista da região.

Os críticos alegam que a política da RPC é centrada na exploração de matérias-primas com relação desigual e de crescente dependência da África para consigo, numa prática pejorativamente chamada “Diplomacia da Dívida”, na qual a China concede créditos a Estados pobres, com ciência de que eles não terão como pagar, assim se veem forçados a fazer concessões de áreas e alinhar-se aos interesses geopolíticos chineses, *e.g.*, nas votações da AGNU (Fig. 15 e 16, p. 134) (JONES, NDOFOR e LI, 2022). Outras críticas estão relacionadas ao respeito aos direitos humanos e trabalhistas, à proteção ambiental, ao combate à corrupção e incentivo à boa governança e a práticas comerciais ditas desiguais. Etzioni (2020) já aclarava que a política chinesa para a África possui condicionantes, como o alinhamento tácito nos debates na AGNU, em questões de interesse da RPC e contratação de empresas

chinesas – com trabalhadores chineses – para executar as obras financiadas.

A China rebate as críticas, assegurando que não busca ser uma nova metrópole para os países Africanos e não repetirá o comportamento exploratório europeu. Albert (2017) crê que há um sensacionalismo proposital nos debates na mídia tradicional. Ele concorda com Pisani (2014) que a China se apresenta como alternativa ao Ocidente e beneficia os países africanos, mas reconhece que a China não compele suas empresas a agirem dentro das leis locais e os governos africanos não as fiscalizam. A RPC expediu um comunicado (CHINA, 2018) sobre a relação comercial sino-africana, no qual aborda os temas em que foi criticada, reafirmando ser uma relação de “ganha-ganha” entre a China e a África, referendado pelo presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, que, recentemente, declarou que a ajuda chinesa à África não é “neocolonialismo”.

Existem pontos de consenso na projeção chinesa sobre a África, a qual deve ser entendida como resultante de seu reposicionamento político-estratégico, considerando suas demandas crescentes por recursos energéticos de forma a manter o socialismo com características chinesas e produtos naturais para segurança alimentar de seu imenso contingente populacional, combinadas com a estratégia de internacionalização da sua economia. Os dados apontam um crescimento dos fluxos de investimentos chineses em países africanos (Graf. 2, p. 139), neste milênio e a concentração da pauta importadora em *commodities* e minerais (Fig. 17, p. 135). Também resta claro que os EUA acompanham a projeção chinesa na África, a administração Trump lançou “Uma nova estratégia para a África” (UNITED STATES, 2018), ainda em vigor, muito mais para conter a RPC, do que desenvolver a África, sob o mote de “promover a segurança e a estabilidade, expandir o comércio e o investimento, aproveitar o incrível potencial do povo dinâmico da África e combater a influência maligna da China e da Rússia.”. A África, na verdade, é somente o campo de Batalha.

3.7 Reflexões sobre a China e o Tabuleiro Africano

Fruto da análise da presença chinesa no tabuleiro geopolítico, infere-se que a RPC é uma Potência Global em ascensão, que prioriza sua dimensão interna – e a preservação do PCCh no poder – tanto quanto a internacional. Sua taxa de crescimento econômico neste século indica que seu PIB deverá superar o dos EUA

antes do seu centenário, entretanto é improvável, que alcance o poderio militar estadunidense até lá, o que caracterizaria uma Ordem Mundial multipolar economicamente e ainda hegemônica militarmente. A RPC segue os preceitos oceanopolíticos, em sua busca por portos no Atlântico e no Índico (Fig. 14, p. 133), associados à vigilância sobre os pontos críticos das LCM e regiões do globo com reservas de insumos para seu desenvolvimento.

A geopolítica chinesa refuta o rótulo de potência emergente desafiadora e se define em um processo de desenvolvimento pacífico que busca a harmonia nas RI. Seu interesse no continente deriva de seu reposicionamento político-estratégico, buscando um papel de protagonista nos organismos internacionais e liderança no BRICS e na FOCAC, na mesma medida que almeja manter a segurança energética e alimentar, obter insumos para a indústria, manter seu acelerado desenvolvimento e intensificar o uso do Yuan mundialmente. Seguindo essa ideia, o aumento da presença chinesa na África, através dos IED, está inserido na estratégia mais abrangente de internacionalização da economia chinesa, isto é, no cenário de expansão dos investimentos chineses em todas as regiões do globo, segundo o conceito “Go Global”²⁸. Cabe sublinhar o relacionamento comercial sino-africano aumentou vinte vezes entre 2002 e 2015 e vem se mantendo estável desde 2018 (Graf. 3, p. 139), um dado importante é que a África do Sul é o maior receptor de investimentos chineses e Angola é o terceiro maior (Fig. 18, p. 135). Quanto às exportações, Angola é o principal parceiro, concentradas no petróleo. A RPC não aparenta ter interesses militares significativos na África. As ações chinesas nesse campo estão geralmente associadas aos interesses econômicos, em respaldo à Expressão Política do PN Chinês.

Na geopolítica sínica para África, os indicadores mostram que a parceria econômica resulta em um maior alinhamento político dos países com Beijing (Graf. 4, p. 140), nas duas primeiras décadas do século, ou seja, os investimentos chineses na África têm se traduzido em ganhos políticos internacionais, instrumentalizado pela Diplomacia da Dívida, na perseguição de seus interesses nacionais. Não seria demasiado afirmar que a RPC está economicamente poderosa o suficiente para

²⁸ Surgida em 1999, a estratégia “Go Global” procurou despedir-se da mentalidade sinocentrista da era Mao, estimulando as empresas chinesas a tirar proveito do comércio mundial em expansão para investir em mercados globais, com mudança de viés econômico e ideológico, em suporte às ambições de China para a liderança global e cooperação. (N.A.)

“comprar o apoio dos países”, em lugar de conquistá-los militarmente²⁹, em coerência com o pensamento de Góes e Visentini (2019), que o espaço vital de nosso tempo é a conquista de mercados e mentes, numa releitura do conceito ratzeliano de *Lebensraum*, segundo o qual um Estado busca recursos para além de suas fronteiras para crescer. Ao apoiar Estados africanos política e economicamente, a China pavimenta uma base de nações, que lhe permitirá conduzir a ascensão de uma China poderosa, respaldada por uma narrativa sul-sul multilateral e antiocidental, mesmo que, como diz Pairault (2021), tenha que realizar uma “peculiar reescrita da história”. Desta forma, quando Jinping (2017) afirma que “a Nova Rota da Seda é projetada para estabelecer harmonia entre tudo o que está sob o céu”, não podemos nos esquecer dos ensinamentos de Kissinger (2012) que desde antes de Cristo, a China se considera o centro do mundo e refere-se a si mesma como *Tianxia* (tudo o que está sob o céu). Há aparente reedição da “hegemonia benevolente” da China imperial, em curso no Séc. XXI (KISSINGER, 2012), nas palavras oficiais “A China acredita firmemente que a hegemonia e a expansão estão condenadas ao fracasso e que a segurança e a prosperidade devem ser compartilhadas” (CHINA, 2019, p. 38), corrobora a tese que a China não quer uma expansão territorial – nos moldes europeus dos Séc. XVIII à XX, mas sim assumir o controle da exploração e escoamento dos recursos de nações em desenvolvimento, com a política *Go Global*.

Em um patamar superior, a BRI é uma iniciativa econômica instrumentalizada pela política, com o propósito de projetar o Poder Nacional chinês no SI, valendo-se de seu *soft power*. É a espinha dorsal do ideal chinês de moldar o século XXI à sua feição, cujo efeito desejado geopolítico é alçar a China ao *status* de Superpotência. A iniciativa acirrará a disputa pelos mercados africanos, impactando negativamente a influência brasileira sobre os países da África Ocidental em seu Entorno Estratégico. Da mesma forma o financiamento de infraestruturas na África pela RPC intenciona suplantando a primazia dos EUA no tema e obter apoio político nos fóruns internacionais por intermédio da “Diplomacia da Dívida”, dentro da estratégia de ascender à Superpotência antes de seu centenário.

Tendo como pilares o FOCAC e a BRI, os interesses chineses na África foram viabilizados pelo seu ciclo econômico expansivo e impulsionados pelo vácuo deixado

²⁹ Cabe lembrar que, diferente do Ocidente que aboliu a guerra das RI, na Ásia, onde muitos Estados adquiriam soberania em tempos relativamente recentes, as RI não abdicaram da ação militar como instrumento da estratégia política. (N.A.)

com o fim da GF, que a permitiu afirmar-se como Potência Global, no início do milênio. Os interesses chineses prioritários são a segurança energética, a consolidação de mercados consumidores, o fornecimento de recursos para sua indústria e a segurança alimentar de seu contingente populacional. Hodiernamente, a RPC propõe à África um modelo concorrente aos valores ocidentais de organização estatal, sem condicionantes, fato que, combinado com os investimentos e importações da China e com o Consenso de Beijing³⁰, representa a ruptura com o modelo vigente no continente desde o período neocolonial. Sob a ótica chinesa, a parceria sino-africana, está lastreada em princípios de benefício mútuo, harmonia, reciprocidade, prosperidade e na busca de desenvolvimento comum. A visão africana não é muito diferente.

A projeção chinesa na África foi originada em grande medida pelo ostracismo a que foi relegado o continente desde o fim da GF – com a breve inflexão entre 2007 e 2018³¹. A inação ocidental permitiu que China obtivesse relevância econômica para Estados africanos, simplesmente porque empresas e governos ocidentais deixaram de investir ou reduziram os investimentos na região. A resposta dos EUA e da UE à atuação chinesa foi pautada na crítica à ocupação do vácuo geopolítico, em detrimento dos interesses das potências que usufruíam de influência histórica arraigada – a atitude reativa do Ocidente foi o lançamento da iniciativa B3W. Os EUA elaboraram uma “nova estratégia” para a África, que buscará “expandir os laços econômicos e de segurança com base no respeito mútuo”, mas que, em verdade, é uma estratégia de contenção da China.

As repercussões da pandemia e do conflito na Ucrânia, cuja resultante das efemérides vem impactando a economia mundial, desarticulando as cadeias globais de produção e acarretando choques estruturais, se convertendo em um risco para o Desenvolvimento Pacífico chinês ao gerar instabilidade no SI, podendo ser o lócus de uma segunda Guerra Fria, em contrapartida é uma oportunidade geopolítica de demonstrar sua capacidade de liderança e propor alternativas à Ordem Mundial, via BRICS, por exemplo. Esse novo cenário resultante, acelera o *decoupling* (descolamento) entre as economias chinesa e americana e o torna irreversível e

³⁰ A expressão "Consenso de Beijing" foi cunhada por Joshua Ramo para definir o modelo de desenvolvimento econômico da China como uma alternativa ao Consenso de Washington, especialmente para os países em desenvolvimento. Consiste em um conjunto de políticas econômicas, onde o Estado é o grande fomentador da economia. Idem a Modelo Econômico chinês. (N.A.)

³¹ Em 2007, no contexto da Guerra ao Terror, George W. Bush criou o *U.S. Africa Command*. Em 2018, Barack Obama alterou a prioridade dos EUA do Oriente Médio para o Pacífico. (N.A.)

diversifica a clientela russa.

A pedra angular da Política chinesa é a disposição de cooperação e alinhamento com outros Estados para construir um SI multipolar, que proteja seus interesses na arena global. Esta postura pode ser vista em posições políticas coordenadas e na diplomacia conjunta em organismos multilaterais como o BRICS, o BASIC³² e no FOCAC. Contudo, a alternativa chinesa às Potências Ocidentais, muito embora oficialmente não apresente condicionantes formais, tem obtido um alinhamento dos Estados auxiliados pela RPC nos assuntos de seu interesse e imposto a execução dos projetos de infraestrutura por empresas sínicas, com empréstimos garantidos por *commodities*. Ainda assim, a parceria estratégica ofertada pela RPC tem sido cada vez mais enxergada pelos países em desenvolvimento como um caminho a ser seguido rumo ao desenvolvimento. A questão subjacente é política, não econômica.

³² Grupo formado por Brasil, África do Sul, Índia e China, para atuação coordenada nos temas ambientais (N.A.)

4. O BRASIL E A ÁFRICA AUSTRAL: O IMPOSITIVO DA LIDERANÇA

Neste capítulo veremos que o Brasil não abandonou seu propósito de interação com os Estados da Costa Ocidental da África Austral. A partir da cooperação Sul-Sul, a RFB projetou seu PN, concretizando pela via política interesses econômicos e de segurança na atuação em fóruns multilaterais. Tendo a ZOPACAS como ferramenta, as ações estratégicas identificadas para viabilizar seu funcionamento como instrumento oceanopolítico são o incremento das relações com os Estados da COAA, com decidida atuação do MRE em prol dos interesses nacionais; o estabelecimento de controle e monitoramento da massa aquática do Atlântico Sul e posterior ocupação de sua ZEE associado a políticas de Estado para cooperação com os Estados da ZOPACAS, incluindo o estabelecimento de uma estrutura permanente e de políticas públicas para incrementar a consciência marítima do povo.

Nas palavras do Chanceler Aloysio Ferreira (2017), as relações com a África constituem prioridade permanente da Política Externa brasileira. Com Estados jovens, economias em expansão, populações culturalmente próximas e interesses políticos que progridem pelos fóruns multilaterais, sem abandonar do bilateralismo e mantendo intensa cooperação, vislumbra-se um grande potencial na relação afro-brasílica, reafirmando a importância da África Ocidental na Geopolítica nacional. Atualmente o Brasil mantém um relacionamento diversificado e Ativo com a África, seu principal parceiro da cooperação internacional, particularmente com a África Austral.³³

4.1. Identidade brasileira no concerto das nações

Ao longo da consolidação do Estado nacional, nos últimos duzentos anos, o desenvolvimento nacional foi tema fulcral para a sociedade brasileira. Este consenso doméstico teve *spillover* para as RI, marcando de forma indelével a identidade internacional. Outros fatores foram importantes, embora sem a mesma intensidade, na tradição diplomática de profissionalismo e aparente sempiternidade do Itamaraty, sendo, portanto, tributários de nossa identidade. Para Lafer (2001), estes fatores importantes foram a dimensão continental, a unidade linguística, a fronteira compartilhada com uma dezena de Estados e a distância dos focos de tensão do SI.

³³ De acordo com o MRE, são 32 acordos de cooperação com países do continente e cerca de 80 projetos em andamento. Dados disponíveis em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/abc/centrais-de-conteudo/noticias/25-de-maio-dia-da-africa>, acesso em 15 fev. 2022)

Mesquita (2016), aprofunda o estudo agrupando os fatores em três grandes campos preceptores da identidade brasileira no concerto das nações: a luta pelo desenvolvimento econômico; a busca pela autonomia no SI; e a herança histórico-geográfica. Corrêa (2000) argumenta que a imensidão e riqueza do território, associada à unidade nacional conservada desde a independência e combinados com a expectativa de grandeza gerada por estas características, são a razão da crença que “o Brasil é o país do futuro”, muito difundida no seio popular.

No campo das RI, a vastidão do território e a unidade nacional foram assegurados pela combinação de ações diplomáticas e militares, inicialmente com ênfase nestas, após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) há evidente predomínio das ações diplomáticas, apesar da marcante superioridade de Poder no continente. No final do século XIX, o Brasil voltou sua atenção para a integração sul-americana, sob a égide da diplomacia, neutralizou as ameaças advindas dos conflitos nas fronteiras de forma pacífica. Tal posicionamento foi absorvido pela Expressão Política como “solução pacífica de controvérsias”, como um comedimento autoimposto na luta pela consecução dos interesses nacionais, seja no ambiente regional ou no global. Esta postura, que dialoga com o Idealismo liberal, não significa ingenuidade da chancelaria brasileira em confutar a importância da percepção de Poder no SI, mas a firme convicção no respeito ao regramento internacional, à soberania estatal e a não intromissão em assuntos internos de outrem, independente da (in)expressividade do Poder Nacional do Estado.

No concernente à tentativa de conduzir RI de forma autônoma, a República Federativa do Brasil (RFB) historicamente tem optado pela cooperação em detrimento ao conflito, mesmo em um ambiente onde a correlação de poder lhe era favorável. Ao buscar a autonomia no SI, houve que se adequar a uma nova conjuntura, na qual confrontar-se-ia com entes com maior nível de poder. Sob este cenário, a chancelaria brasileira operou no “Triângulo Atlântico”, um equilíbrio entre os EUA, a América do Sul e a Europa, a tríade diplomática primaz para o Brasil, à época (GARCIA, 2018). Já Lazarou e Luciano (2015) acusam-no de valer-se da América do Sul e da África para concretizar objetivos globais de poder, potencializado pela capacidade de articulação e diálogo, com países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Seguindo essa orientação, o país tem se destacado em fóruns multilaterais, reafirmando seu compromisso com a estrita observância do ordenamento normativo internacional, o

respeito à cultura das demais nações e à sua autodeterminação. A combinação entre a preservação de sua autonomia, a postura conciliatória na solução de conflitos e a defesa judiciousa de seus interesses, amalgamaram a moderna identidade internacional brasileira e favoreceram a construção, no SI, da reputação cooperativa da RFB. Sob uma ótica realista e pragmática, o Brasil se posicionou no SI de forma a desenvolver-se economicamente.

4.2. Poder Nacional, Objetivo e Interesses Nacionais

Importante frisar que o Poder não existe de forma absoluta, ele é relativo e precisa ser percebido pelos outros atores do sistema para ser efetivo. Ray Cline (1977) teorizou a mensuração do PN perceptível de um Estado, em suas análises, sempre destacou o Brasil, posicionando-a entre as cinco grandes potências mundiais do século XXI, em seus estudos. Sean Burges (2017) chegou a mesma conclusão sobre o Brasil, três décadas depois.

Vive-se uma tendência de valorização dos espaços marítimos, notadamente a disputa por recursos no Atlântico Sul, impondo ao Brasil ampliar seu Poder Nacional, sob pena de, ao renunciar sua liderança na região e ser tragado para a órbita de influência de uma potência exógena. Como potência do Atlântico Sul, o Brasil identifica ameaças que não podem ser desprezadas, assim como oportunidades que devem ser concretizadas, tendo em mente que quaisquer ações devem ter como fulcro ampliar a projeção do PN e contribuir para a consecução dos ON. O LBDN entende que manter a estabilidade e a prosperidade do nosso entorno reforça a segurança do País e estipula que

As políticas externa e de defesa são complementares e indissociáveis. A manutenção da estabilidade regional [...] de grande interesse para o Brasil, será favorecida pela ação conjunta dos Ministérios da Defesa (MD) e das Relações Exteriores (MRE). (BRASIL, 2020b, p. 37)

Entre os Objetivos Nacionais estabelecidos na Carta Magna, sublinhe-se “construir uma sociedade livre” e “garantir o desenvolvimento nacional” (BRASIL, 1988), conceitos intimamente ligados à soberania. Correlacionando as decisões ditas “de Estado” com o Poder Nacional, resta pacífico que no que concerne às decisões de Estado, os fins definidos são os ON e o PN são os recursos que a Nação emprega, capitaneados pelo Estado, para alcançar e manter aqueles fins.

Para a concretização dos interesses nacionais, é preciso alcançar os ON, empregando o PN internamente e projetando-o em nosso entorno. Nunca é demais destacar que a RFB não se vê como Grande Potência, mas como uma Potência Média, com capacidade de afetar a Ordem Mundial, por meio de organizações supranacionais e/ou alianças e de defender seus interesses em nível global, de forma independente, além de ser um líder regional, pois consegue exercer o poder em sua região geográfica. Para Lafer (2001), ainda atual, em que pese não possuir ativos de poder para influenciar a Ordem Mundial, o Brasil logrou, com atitudes coerentes, que lhe conferem credibilidade, um certo *soft power*, o qual lhe propicia obter algum sucesso no multilateralismo. Cômico de seu limitado *hard power*, a RFB entende que não consegue impor seus interesses no SI, voltando-se para a busca de uma posição conciliatória, quando confrontando outros entes estatais, particularmente Grandes Potências, como é o caso da RPC. A assertividade nas mediações ao longo do século passado, gerou uma oportunidade de o Brasil adubar seu poder, articulando consensos e liderando grupos de Estados periféricos, avançando de forma autônoma na busca constante do desenvolvimento nacional.

Esta autonomia e liderança regional vêm sendo ameaçada no espaço vital para projeção do PN brasileiro, o EEB, em razão da crescente projeção chinesa na África, o que reacendeu o interesse estadunidense no continente. É possível que a disputa geopolítica entre EUA e RPC impacte a liderança brasileira na região, podendo resultar em uma ameaça ao *status* do Brasil, fruto de desgaste com seus dois principais parceiros comerciais ou em uma oportunidade, ao ter seu poder reforçado por um dos contendores, como forma de frustrar iniciativas do outro polo. O campo desta disputa não será somente a África e a América do Sul, mas também o Oceano que as une.

4.3. Oceanopolítica do Atlântico Sul: Uma Geopolítica para o Brasil

Há mais de um século, o Brasil definiu suas fronteiras terrestres, eliminando quaisquer desentendimentos com nossos vizinhos sul-americanos. A Oeste, temos os países andinos, a Sul os países platinos e a Norte os caribenhos, interpostos contra qualquer ameaça exógena, exceto a França (na Guiana), o território nacional é banhado a Leste pelo Atlântico, a última fronteira a definir. O litoral brasileiro pode ser dividido em dois arcos. O arco sul vai do arroio Chuí (RS) ao Cabo de São Roque (RN) e o arco norte se espalha deste Cabo ao Rio Oiapoque (AP). A primeira faixa

vincula fisicamente o território ao Atlântico Sul, sendo a porção de maior concentração popular, onde estão situados os principais portos, através dos quais se realiza mais de 2/3 do comércio exterior, sendo vital para o relacionamento político, estratégico e econômico com os vizinhos da África Austral.

Também há que se rememorar o Séc. XX, durante o qual as principais agressões contra o Brasil vieram do mar, senão vejamos, O Brasil entrou na IIWW em razão dos ataques dos U-Boat alemães aos seus navios, em sua costa, e prosseguiu com sua participação na Batalha do Atlântico (1939-1945), travou a Guerra da Lagosta (1963). Ademais, a Guerra das Malvinas (1982), nos alerta quanto à presença de potências exógenas, em bases sul-atlânticas. No Séc. XXI, a descoberta de recursos naturais, a viabilidade de exploração do subsolo submarino e a disputa entre EUA e RPC, recolocam o Atlântico Sul sob os holofotes.

4.3.1. A Geopolítica exógena e o Brasil

Como anteriormente visto, as principais teorias geopolíticas têm origem euramericana, a Teoria do Poder Terrestre, de Mackinder e mesmo a Teoria do Poder Marítimo, de Mahan – aperfeiçoada por Keenan e Spykman, ao acrescentarem à Teoria o domínio dos estreitos e áreas costeiras em todos os continentes. Tais teorias nasceram antagônicas, sendo a Inglaterra, depois EUA discípulos do Poder Marítimo e Alemanha e Rússia, depois a China, herdeiras do Poder Terrestre. Hoje, os europeus defendem a Teoria da Tríade, que prega a divisão do poder mundial em três blocos, à saber: os EUA liderando as Américas; a UE à frente da Europa, Oriente Médio e África; e a Ásia liderada pela Rússia como defendia Brzezinski (2001), atualmente a RPC assume o lugar da Rússia na liderança asiática. O Brasil é visto com subalterno em todas estas teorias, formuladas no decorrer do século XX, para atender aos interesses das nações desenvolvidas, em período anterior ao “*take off*” brasileiro – entre 1995 e 2015.

Na Geopolítica do tempo presente, Pecequillo e Do Carmo (2015) identificaram que a cooperação Sul-Sul tem sido a que mais cresce no nível global, impelida pela China, por Estados emergentes, como Brasil e Índia, e pela crescente autonomia de Microestados, que substituem suas relações assimétricas com nações do Norte, por intercâmbios com países em situação de progresso menos díspar. No concernente ao continente africano, a RFB tem orientado sua PEB de forma propositiva, tendo o

Itamaraty estabelecido prioridade para a cooperação Sul-Sul, com destaque para a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), como elo integrador regional. Fato é que o Brasil não abdicou da interação com os Estados da COAA, como demonstra o estreitamento das relações econômicas (Tab. 2, p. 141). No que tange aos Postos diplomáticos, o Brasil possui representatividade significativa, possuindo embaixadas e Adidâncias de Defesa em Angola, África do Sul e Namíbia, (Fig.19, p. 136). Tratando de exercer uma influência cooperativa na COAA, dentro do que seus recursos de Poder permitem, a RFB tem logrado uma aproximação com os irmãos da África Austral, buscando concretizar seus interesses nacionais, contribuindo com o desenvolvimento regional e solidificando uma identidade sul-atlântica, vindimando uma percepção de liderança.

4.3.2. A Oceanopolítica e o Brasil

No sentido cratológico a Oceanopolítica tem um viés cooperativo, ao visar a interação, aduz um “Regionalismo Pluralista”, o qual promove a resolução de questões comuns por intermédio de Fóruns, sem a integração dos Estados em blocos supranacionais, diferentemente do “Regionalismo Amalgamado”, como o da UE, onde a integração é a questão basilar, gestada por organismos supranacionais, que indiretamente limitam a soberania estatal, em nome de uma identidade regional única. Foi a resposta encontrada pela Europa, e patrocinada pelos Estados Unidos, para estancar os constantes conflitos no velho continente (MONTEIRO, 2022). No caso brasileiro, a reemersão político-estratégica do Atlântico Sul, induz o desenvolvimento de um regionalismo pluralista sul-atlântico.

Em um momento no qual o Atlântico Sul passa por novo impulso de relevância geopolítica face as novas possibilidades de exploração do subsolo marinho e da proximidade de vencimento do Tratado da Antártica (1959), pelo qual os Estados que reclamavam a posse de partes continentais da Antártida, em que se comprometem a suspender suas pretensões territoriais, não se pode crer que por esta porção do Oceano ter, historicamente, pouco peso geopolítico, uma área periférica na Oceanopolítica, esse quadro é peremptório e que a região está livre de conflitos. Para Monteiro (2022), a cooperação é a essência da Oceanopolítica, contudo, é imperativo rememorar que nas RI, a cooperação é uma forma de obter e projetar poder – como alternativa ao conflito. A obra de Golbery do Couto e Silva destaca a cooperação com

os países subdesenvolvidos do Atlântico Sul como elemento central da geopolítica brasileira, *in verbis*:

[...] os povos que saibam reconhecer suas indeclináveis responsabilidades com o futuro, devemos impor-nos vigilante observação do que se processa em toda a fachada da África, cuja preservação contra o domínio de forças imperialistas agressivas nos incumbe, por interesse próprio e até por tradição, colaborar eficazmente, [...] E, no quadro dessa Geopolítica da paz, criadora e afirmativa, o Brasil não poderá, nos dias de hoje e em face de um planeta tumultuado ainda mais pela miséria e pela fome do que por ambições expansionistas e de domínio [...], negar-se ao papel que lhe cabe no concerto das nações em prol da redenção de toda essa periferia econômico-social de que ainda participa, e que se estende, tragicamente, [...] através da África, [...] (SILVA, 2003, p. 169).

Sob o enfoque da Oceanopolítica, a posição geográfica brasileira é privilegiada para o controle do Atlântico Sul, porém a existências de bases militares de potências extrarregionais próximas ao seu litoral dificultam sua atuação. A conformação concava do litoral brasileiro é uma vantagem, pois não há superposição de áreas marítimas com vizinhos, sua extensão também acarreta vantagens em termos econômicos. O caráter nacional do Brasil é um fator positivo dadas as inúmeras relações comerciais e de cooperativas existentes, de forma pacífica e gerando benefícios mútuos. No que concerne ao caráter do governo, o ponto fulcral é a defesa dos interesses nacionais e a estruturação de um poder marítimo, capaz de defender o país, neste item o Brasil está aquém do necessário para defender seus interesses. Castro (1981) já advogava que a RFB deveria ter um papel proeminente na África, alavancado pelas similitudes étnico-cultural e histórico-geográfica. Considerando nossa capacidade limitada de projetar poder, mesmo no EEB, a costa ocidental africana é o limite natural para as aspirações nacionais. É justo neste espaço que vem ocorrendo uma das maiores militarizações do hemisfério sul, no Golfo da Guiné (GoG), com a participação de várias potências extrarregionais, destacadamente EUA, RPC e França, que procuram manter ou conquistar seus objetivos geopolíticos, sob a justificativa de combate à pirataria, gerando uma indesejada militarização no Atlântico Sul.

Atualmente, o espaço marítimo é o que nos desvela maior probabilidade de problemas, ainda mais ao se observar as disputas marítimas recentes pela exploração de recursos marítimos como minerais, pesca e hidrocarbonetos, a preocupação se acirra ao se atentar para o fato de que nossos vizinhos orientais não são apenas os Estados africanos, mas qualquer Estado que tenha acesso ao mar e uma Marinha que dele possa se utilizar. No mundo, a maioria das tensões está relacionada ao ambiente marinho, como as do Mar do Sul da China, Ilhas Senkaku ou Diaoyu, Mar da China

Oriental, Ilha de Taiwan, Golfo Pérsico, Mediterrâneo Oriental, Indo-Pacífico, Ilhas Falklands ou Malvinas e Ártico. Não se pode assegurar que o Atlântico Sul estará imune a tensões deste tipo, ainda mais em um momento histórico em que o Oceano surge com atratividade econômica, sendo provável que o aumento da presença chinesa na área crie tensões com os EUA e outras Potências, como Brasil e França. Deve-se ter em mente que o Atlântico Sul responde por quase 95% do comércio exterior, abriga as maiores reservas de petróleo e gás do país, além de recursos minerais em seu leito e subsolo e possui enorme potencial pesqueiro em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) (Quadro 2, p. 91). Preocupação ampliada pelo fato de países, como os EUA, não serem signatários da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do uso do Mar (CNUDM) ou não a respeitarem, como a RPC³⁴. Dadas tais circunstâncias, é imperativo soerguer uma arquitetura de segurança mais abrangente para a região. A grande questão é: isso será consensual e regional ou imposto e externo?

4.4. Diplomacia e Liderança Regional

A diplomacia é o instrumento do qual se vale a Expressão Política do Poder Nacional para estabelecer, manter e desenvolver contatos com os governos de diferentes Estados, por meio de sua Política Externa, como um instrumento político amplo, pode se utilizar de outras expressões do PN como a econômica ou a militar para alcançar seus objetivos – *e.g.*, conduzindo a Diplomacia Econômica ou a Diplomacia Naval. Na visão de França (2021a), o Brasil vem “conferindo ímpeto adicional a uma diplomacia econômica que está voltada para o desenvolvimento do País, a qual envolve negociações comerciais, multilaterais e bilaterais”.

Parag Khanna (2008), realça a interação entre a Geopolítica e a globalização, sendo esta a ampliação das ligações entre os povos, por meio de fluxos através das fronteiras e aquela a relação entre poder e espaço, entretanto imiscuindo-se em tal nível, que resultam em um todo epistemológico. Há que se ter em mente que a globalização não se vincula somente ao comércio, interdependência e cooperação entre nações, tendo sido convertida em uma ferramenta de disputa do poder global. Destarte, o fenômeno da “desglobalização” – iniciada em 2008, patrocinada pela “Doutrina Trump” e ampliada pela pandemia do coronavírus e pelo conflito entre

³⁴A China em sua disputa no Mar do Sul da China com as Filipinas não reconheceu a decisão do Tribunal Permanente de Arbitragem, em Haia, que se baseou na CNUDM. (N.A.)

Rússia e Ucrânia – trará efeitos tão ou mais significativos quanto os advindos da crise dos *subprimes*³⁵, que iniciou a desglobalização, a qual alterará a ordem internacional, possivelmente com a retração do Estado liberal; a reorganização das cadeias produtivas; e a consolidação de uma Ordem Mundial multipolar, com maior equilíbrio de Poder entre EUA e RPC, com o Brasil se estabelecendo como uma Potência Média. Todavia outros cenários são possíveis, como uma IIGF; uma nova hegemonia americana; um SI extremamente caótico e volátil ou até uma *Pax Chinesa*. Este trabalho não se debruçará sobre os possíveis cenários.

Entre os autores revisitados ao longo deste trabalho, como Silva e Théry (2017), há um consenso quanto aos requisitos brasileiros que garantiriam ao país um papel de destaque no SI, como a dimensão do litoral e das águas interiores, a extensão geográfica, a grande população, PIB³⁶ e FA³⁷ entre os dez maiores do mundo nos últimos quinze anos, potencializados por uma diplomacia profissional, o que lhe confere capacidade de influência na esfera regional. Ao longo do último século, eminentes geopolíticos nacionais vem se debruçando sobre propostas para a ascensão brasileira como Potência e a manutenção de uma liderança regional consentida. Entre estes cumpre destacar Therezinha de Castro, predecessora da Oceanopolítica e que predisse os posicionamentos nacionais para com a região sul-atlântica, África e América do Sul; a do General Golbery, que propôs ações político-estratégicas para o desenvolvimento nacional e o alcance da primazia regional; e de Meira Mattos, que escreveu sobre o prestígio brasileiro e sua projeção como Potência.

No campo das Relações Internacionais, Pecequillo e Do Carmo (2015), destacam a PEB direcionada para a estruturação político-estratégica-econômica sul-americana e sul-atlântica, lastreado em um discurso de cooperação e parceria entre iguais, como na cooperação sul-sul, iniciada ainda no governo Sarney (1985-1990). Para Pecequillo, tal posicionamento buscava preencher o vácuo deixado pelas duas Superpotências, com o fim da Guerra Fria e rendeu frutos, ainda que moderados, a partir da virada do milênio, permitindo ao Brasil persistir no processo de consolidação de sua liderança regional, através da interação e da penetração na COAA. Todavia, o

³⁵ A crise de 2008 foi catastrófica para o mercado financeiro mundial. Os impactos causados são sentidos até hoje por instituições bancárias, regulatórias e governamentais. A derrocada do mercado imobiliário dos EUA foi um dos pontos centrais da crise, que gerou perdas financeiras gigantescas, iniciando o período de contestação da hegemonia americana que vivemos hoje. (N.A.)

³⁶ Fonte: <https://databank.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/1ff4a498/Popular-Indicators#>. Acesso em: 15 jun. 2022

³⁷ Fonte: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.php>. Acesso em: 15 jun. 2022

avanço chinês em toda a África é um antagonismo relevante à projeção do PN brasileiro nessa porção do EEB. Considerando o pesquisado, há que se concordar que as proposições de Pecequillo e Do Carmo (2015, p. 248) continuam válidas, ao vaticinar que “existe uma oportunidade histórica que não pode ser perdida pelo Brasil”, neste momento de transição da Ordem Mundial, demandando-nos uma Política Externa pragmática e autônoma, integrando as expressões do PN, capitaneadas pela Expressão Política e voltada para o desenvolvimento nacional. Alinhado com esse pensamento, Abdenur e Souza Neto (2014) se posicionavam que no campo militar o Brasil é um protagonista na securitização dos assuntos regionais, utilizando a cooperação bilateral e multilateral na área de Defesa, em prol dos ON. Neste ponto, cabe uma breve comparação entre as políticas de Brasil e China para a África.

A política da RPC para o continente africano é coordenada e movimenta diversos setores governamentais, bancos estatais e empresas, facilitando a adoção de postura pragmática e eficaz na busca dos seus interesses, diferentemente da política brasileira para a África, que tem sido bastante inconstante. Por outro lado, políticas da RPC e da RFB são coincidentes, quanto à adoção da cooperação Sul-Sul com a África, sob o princípio de estreitamento dos laços com o continente, procurando construir uma identidade afro-brasílica, tendo em vista que o Atlântico Sul é uma área de importância ímpar para a Oceanopolítica. Dita importância decorre das oportunidades oceânicas apresentadas, em áreas como exploração de petróleo, mineração, pesca, energia e biodiversidade, entre outros recursos que poderão ser explorados (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014, *passim*).

A diplomacia brasileira buscou potencializar a atuação internacional africana e estimulou a criação, nos marcos da Cooperação Sul-Sul, do Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e das trienais Cúpulas América do Sul- África (ASA) [...], além de dar novo impulso à CPLP e à ZOPACAS.” (VISENTINI, 2014, p.44)

A presença da RPC na África – e América do Sul – não traz apenas ameaças em seu bojo. De forma inédita os EUA podem ser confrontados em seu *Lebensraum*. A disputa sino-americana oferece a oportunidade de o Brasil sedimentar-se como líder regional, com a aquiescência dos dois *global players*, como alternativa ao possível estabelecimento da primazia pela outra parte, dado o bom relacionamento brasileiro com ambos os Estados e a percepção de que o Brasil não tem poder ou intenção de ascender a Potência global. Para aproveitar dita oportunidade, é importante que o Brasil se mostre como líder sul-atlântico e sul-americano capaz de conciliar

colaborativamente os interesses extrarregionais com as necessidades e aspirações intrarregionais. O Brasil precisa consolidar sua presença no continente africano com visão estratégica, apostando no dinamismo crescente da região como parceiro prioritário na busca da prosperidade e do desenvolvimento. Com taxas de crescimento econômico acima da média global, a África constitui um mercado que não pode ser ignorado, não apenas por sua relevância presente, mas por seu potencial futuro.

Diante da conjuntura apresentada, vemos que a RFB tem preservado sua autonomia e procurado oportunidades no EEB para projetar-se e, conjugado com o ambiente doméstico, promover seu desenvolvimento nacional. Fóruns multilaterais, como a ZOPACAS e BRICS, *e.g.*, são a arena natural na luta por seus ON, dada a capacidade do Brasil em dialogar equanimemente com Estados com Poder extremamente díspares, manter uma imagem de ator cooperativo e confiável no SI e articular entendimentos pragmáticos. O passo seguinte é a adoção da Oceanopolítica como instrumento geopolítico, para consolidar a liderança regional, valendo-se da ZOPACAS como ferramenta da Oceanopolítica, na busca dos interesses nacionais.

4.5. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: Instrumento da Oceanopolítica

O Atlântico Sul é estratégico para o Brasil, seja pelas riquezas que abriga, pela extensão de nosso litoral – é sua maior fronteira, ou ainda pelas LCM (Fig. 5, p. 129), que tem ressignificado sua importância, face ao aumento da tonelagem dos navios mercantes, para além da capacidade dos Canais de Suez e do Panamá, impondo o uso das antigas rotas sul-atlânticas para ligar Europa e EUA aos Oceanos Índico e Pacífico, respectivamente. É consenso que a África ocidental como um todo, e a COAA em particular, possui importância geopolítica para o Estado brasileiro, na busca pelos interesses nacionais, como a prosperidade econômica e a manutenção de um ambiente de paz e cooperação, em prol do desenvolvimento nacional (BARBOSA JUNIOR, 2022).

A ZOPACAS, composta por 21 Estados africanos e 3 sul-americanos (Fig. 6, p. 130), foi idealizada, na Guerra Fria, para afastar o Atlântico Sul do avanço de potências extrarregionais (Fig. 20, p. 136), procurando mantê-la desmilitarizada. Com o fim da GF o fórum teve sua importância reduzida no âmbito da política externa brasileira. Somente em 2008 sua agenda foi revisitada, em razão da evolução do cenário geopolítico mundial e acrescentou como temas do Fórum, proposições de cunho social além da preocupação com a segurança marítima. Aliás, a segurança no Atlântico Sul

é, hoje, o assunto mais significativo do campo militar entre Brasil e África Austral, que veem com preocupação a atual tendência de crescimento da presença militar estrangeira na região, com desfecho incerto sobre sua segurança e estabilidade. Infelizmente, a ZOPACAS é pouco conhecida da sociedade brasileira, mas é imprescindível para o Brasil exercer sua influência regionalmente e manter as Potências exógenas afastadas e a sua fronteira oriental desmilitarizada³⁸. Nesta conjuntura, o conceito de Amazônia Azul[®], elaborado pela MB tem grande importância para instruir a população quanto à importância do seu patrimônio no mar.

Estrategicamente é impositivo que o Brasil exerça efetivamente sua soberania no Atlântico Sul, controlando³⁹ – e ocupando – a parte que lhe cabe nesta área, conservando a área segura e prospera, beneficiando três quintos da população brasileira, residentes na faixa litorânea (Fig. 8, p. 130), um motivo a mais para manter entes extrarregionais afastados, mantendo o *status quo* da região. Nunca é demais frisar que o aumento da presença chinesa na África, se dá no contexto da disputa geopolítica global, acarretando uma militarização daquele continente, sob a justificativa do combate à pirataria ou da assistência militar ou, ainda, das Operações de Paz. Para mitigar o risco, os instrumentos essenciais são o incremento das relações com os Estados da COAA, com decidida atuação do MRE na luta pelos interesses nacionais, o estabelecimento de controle e monitoramento da massa aquática do Atlântico Sul e posterior ocupação de sua ZEE e a elaboração de políticas de Estado para cooperação com os Estados-Membros da ZOPACAS, incluindo o estabelecimento de uma estrutura permanente, que atuasse como um Secretariado, e uma agenda de reuniões ordinárias anuais - tema que merece pesquisa a parte, dada a sua relevância e complexidade.

Cumprir destacar que o Brasil arquiteta a sua política de influência através da ZOPACAS, no que tange à cooperação Sul-Sul, buscando consolidar os interesses de seus membros no Atlântico Sul. O Poder Naval brasileiro nas relações de cooperação com os países da costa ocidental africana se mostra como uma ferramenta eficaz da Política Externa brasileira e da Diplomacia de Defesa. O *modus faciendi* brasileiro de cooperação interliga suas políticas externa e de defesa, a fim de

³⁸ Exceto pela presença inglesa em Ascensão e nas Falklands, onde o Reino Unido possui bases que proveem apoio logístico para seus meios navais e aéreos, possibilitando à Organização do Tratado do Atlântico Norte operar em quaisquer dos dois continentes. (N.A.)

³⁹ A MB está implantando o Projeto estratégico do Sistema de Vigilância da Amazônia Azul (SISGAAZ), que proverá o monitoramento e controle proativo sobre as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). (PEM2040)

ampliar sua influência no EEB. Para alavancar a cooperação o Brasil se vale também da ZOPACAS, da CPLP e da ABC. O padrão de cooperação do Brasil com os países da COAA é fundamentado no intercâmbio de conhecimento e respeito à autonomia estatal. *Ipsa facto*, o relacionamento afro-brasílico fortalece a imagem brasileira no cenário internacional, o que não significa que o Brasil não tenha interesse político-estratégico na cooperação, em verdade, o padrão de cooperação que o Brasil vem exercendo é de cunho político, na busca da consecução de seus objetivos nacionais. De acordo com Gomes Junior (2020, p. 49), especial atenção deve ser dada a África do Sul pois “é o país que poderá representar maiores danos aos interesses brasileiros no âmbito da ZOPACAS, caso seja alvo de ações de potências extrarregionais com propostas antagônicas em relação ao Brasil e à manutenção da paz e cooperação no Atlântico Sul” (Anexo A, p. 129).

O Brasil tem trabalhado para, em coordenação com seus parceiros sul-atlânticos, revitalizar a ZOPACAS. O Brasil tem os princípios da paz e da cooperação talhados em sua Constituição e paz não pode estar dissociada de segurança, assim como a cooperação entre os povos não pode estar dissociada da liberdade. (BOLSONARO, 2020). Manter o Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação é uma tarefa complexa, a qual demanda aos países limieiros capacidade de interagir, mantendo-a a salvo de ameaças extrarregionais e com as LCM operando. Assim, a estabilidade sul-atlântica depende, em grande medida, de eventos ocorridos na costa africana, razão pela qual é impositivo que o Brasil, como Potência sul-atlântica, projete seu PN na “outra margem” do Atlântico.

4.6. Cooperação Afro-Brasílica

O relacionamento entre o Brasil e os países africanos inicia-se nos anos 60 do século passado, em pleno processo de descolonização africana, no contexto da Política Externa Independente (PEI). O Brasil apoiou a autodeterminação dos povos na África, muito em razão do interesse comum no desenvolvimento econômico, na industrialização e no protecionismo, já nesta década o Brasil celebra acordos com a AFS. Na década de 1970, houve aproximação com os Estados africanos, embalada pelo milagre econômico⁴⁰ e pela 1ª Crise do Petróleo⁴¹, particularmente com os países

⁴⁰ Período de crescimento econômico ocorrido no Brasil, caracterizado pela aceleração do crescimento do PIB, industrialização e inflação baixa, ocorrido entre 1968 e 1973. (N.A.)

⁴¹ Desencadeada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo que restringiu a oferta no mercado internacional e forçou o aumento de preços do petróleo O Brasil (como EUA e Europa) era altamente dependente de importações do produto. (N.A.)

que dispunham dessa *Commodity*, e por intermédio de acordos comerciais e de cooperação técnica, além da abertura de embaixadas e realização de visitas oficiais de alto nível. Em 1975, o Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer o grupo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) como governo legítimo governo angolano. Dois anos depois, o Brasil altera o conceito de “amigo” para o de “parceiro” em sua Política Externa, no contexto internacional da *Détente*⁴², na busca de autonomia no SI. Nesta conjuntura, a RFB encontrou na África importantes parceiros para importação de petróleo e exportação de produtos industrializados. Estratégia similar seria adotada pela RPC de Xiaoping, entretanto com uma diferença marcante na década que se iniciava, enquanto a RPC desenvolvia robustamente sua economia, o Brasil enfrentava um vertiginoso aumento da dívida externa, uma acentuada queda no PIB, com conseqüente inflação e desemprego generalizados. Neste cenário, o país perdeu espaço no comércio e diminuiu sua projeção política na África. Quatro temas da agenda política brasileira merecem destaque na década. Primeiramente o *apartheid*, que afastou o Brasil da África do Sul, que foi sancionada economicamente pela RFB, a qual, aliás, reconheceu prontamente a Independência da Namíbia, até então administrada pela África do Sul; o terceiro tema foi a criação da ZOPACAS e por fim a Diplomacia Naval, com as visitas de navios da MB a portos da costa ocidental e a participação de militares brasileiros em missões de paz (CERVO; BUENO, 2014).

No final do século XX, após ter sua economia estabilizada e estancado as crises internas, o Brasil procurava maior projeção no SI. O eixo central de nossa diplomacia era o desenvolvimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), porém a África começava a resgatar sua importância, com o Brasil privilegiando as relações com a CPLP e a África do Sul. Em meados dos anos 1990, houve a decisão política de enviar contingentes militares para as Missões de Paz em Moçambique (1994) e Angola (1995), como forma de reforçar os laços entre os povos e reafirmar a imagem de líder pacífico junto aos Estados africanos. Já neste período, o Brasil atribuía certa relevância política à África, em contraste com o engajamento comercial que, embora crescendo, era bastante tímido.

Para CerVO e Bueno (2014), o Brasil iniciou o milênio com o firme propósito de incrementar suas relações comerciais e diplomáticas com os Estados da COAA, com

⁴² Período da Guerra Fria em que houve um relaxamento das tensões entre EUA e URSS, iniciado no final dos anos 60 e que durou até o início dos anos 1980. (N.A.)

o fito de aumentar sua influência global, por intermédio do perdão de dívidas e incremento de investimentos, na mesma linha da geopolítica chinesa atual. A PEB teve como foco o incremento da cooperação afro-brasílica, alicerçado nos laços histórico-culturais, na solidariedade e na segurança transatlântica. Abrigada na retórica da cooperação Sul-Sul, a RFB projetou seu PN concretizando, pela via política, interesses econômicos e de segurança e defesa. O Objetivo era reforçar a imagem de um país irmão, preocupado com as questões sociais e o desenvolvimento, em contraposição às antigas metrópoles europeias. No entender de Araújo (2019a), a relação econômica entre África e Brasil deve estar à altura da relação histórico-cultural, ainda que estejam longe de realizar seu potencial comercial, pois a África constitui mercado consumidor em clara expansão, com o qual o Brasil compartilha a vasta área sul-atlântica.

Na visão de Mawakdiye (2018), o interesse do Brasil pelo continente africano tem como motivo principal o desejo de reverter uma histórica dificuldade brasileira em vender no mercado internacional produtos de valor agregado e não produtos agrícolas, minérios e artigos industriais semiacabados ou de baixo valor tecnológico, que respondem por 80% das exportações do Brasil. Na vertente desta observação, podemos entender a mudança de postura decisores de alto nível, que planejaram, por meio da inserção da PEB, uma participação mais ativa na geopolítica africana, frente às potências globais e uma maior contribuição para o equilíbrio de poder na ordem internacional. De forma geral, a África vem fortalecendo suas relações com o Brasil no século XXI, sob o mote do diálogo Sul-Sul. Tal empreendimento tem componentes políticos, econômicos, culturais e militares, destacando-se as relações com África do Sul, Angola, Namíbia, Nigéria e Moçambique – o que por si só demonstra a importância geopolítica da COAA.

Neste contexto, as políticas bilaterais entabuladas foram direcionadas para o Atlântico Sul, a CPLP e a Nigéria, alavancadas pela Diplomacia Presidencial⁴³, além do fortalecimento dos fóruns multilaterais, como BRICS, CPLP, ZOPACAS, IBAS, ASA e BASIC. Quanto ao componente econômico, foram priorizados projetos de desenvolvimento, mormente nas áreas de infraestrutura, dos biocombustíveis, da

⁴³ Prática diplomática exercida diretamente pelo Chefe do Poder Executivo em contato com Chefes de Estado estrangeiros, sem o intermédio de ministros, do chanceler ou de diplomatas, em um claro ordenamento da Expressão Política sobre as demais expressões do Poder Nacional, nas Relações Internacionais. (N.A.)

transferência de tecnologia e de medicamentos genéricos. No campo da defesa, o Brasil e a África Austral compartilham visões similares, na medida em que defendem que a maior estabilidade regional possibilita o desenvolvimento nacional de cada Estado, por isso, cooperam de maneira intensa na área de defesa e segurança. (ARAÚJO, 2019b). No comércio de defesa, houve um pequeno incremento na venda de produtos de defesa, a construção de navios para a Namíbia, a abertura de embaixadas e a realização de intercâmbios de pessoal e constituição de Grupos de Assessoramento Técnico (GAT), conduzido, majoritariamente, pela MB. Cumpre destacar a celebração de parcerias com IDE nos setores petrolífero, de extração de recursos minerais, agrícola, de defesa e de educação (GOMES JÚNIOR, 2020).

No âmbito político, houve iniciativas importantes como a Cúpula América do Sul-África (2006), com o propósito de estabelecer canais de diálogo político, celebrar novas parcerias comerciais e ampliar projetos de cooperação; a dedicação brasileira para incluir a África do Sul no Bloco dos países emergentes (a época BRICs) (2011); a criação do fórum de diálogo IBAS (2003), reunindo Índia, Brasil e AFS, para reunir as maiores democracias emergentes multiétnicas para construção de uma nova arquitetura global (BRASIL, 2021); e a celebração de acordos comerciais de empresas brasileiras como ENGEPRON e EMBRAER. A diplomacia econômica ajudou a quintuplicar o comércio entre Brasil e África nos primeiros quinze anos do milênio (Graf. 5, p. 140) e manter a balança comercial superavitária ainda hoje (Fig. 21, p.137), além dos Bancos oficiais emitirem créditos para exportação de bens e serviços, na ordem de quatro bilhões de dólares, voltados para investimentos em infraestrutura, extrativismo mineral, a cargo de empresas nacionais, muito similar à política atual da RPC. Em que pese a perda de Força da economia, foi mantida a trajetória de subida do comércio entre o Brasil e os países da COAA (Tab. 3 e 4, p. 141). Relacionado à Diplomacia de Defesa, merece destaque a ampliação do ACBN (2001), para desenvolver a Marinha da Namíbia, criar um Corpo de Fuzileiros Navais, fornecendo material e meios e realizar levantamento hidrográfico; e acordos de cooperação técnica com AFS, Angola, Moçambique, Nigéria, Senegal e Cabo Verde. A RFB quer uma nova parceria com a África Austral, um novo engajamento comercial, econômico, cooperativo, participando decisivamente do processo de crescimento da África, de acordo com as prioridades africanas e com as nossas possibilidades e da reinserção dos países africanos e do Brasil nas cadeias produtivas mundiais (ARAÚJO, 2019a).

4.7. Reflexões sobre o relacionamento entre o Brasil e a África Austral

Ao longo do capítulo vimos que o relacionamento afro-brasílico teve altos e baixos, mas foi ininterrupto, sendo politicamente orientado por ações diplomáticas, que envolveram os setores econômico e de defesa. Tal relacionamento teve sempre um viés cooperativo, auxiliado pela percepção africana de uma liderança contra-hegemônica por parte do Brasil, dada a identidade internacional brasileira, forjada pela combinação entre a preservação de sua autonomia, a postura conciliatória na resolução de conflitos e a defesa judiciosa de seus interesses, tendo como resultante a construção de uma reputação de ator cooperativo no SI. A reputação foi construída sem prejuízo do desenvolvimento nacional e, como visto, ancorada em três grandes campos: a busca pela autonomia no SI; a luta pelo desenvolvimento econômico; e a preservação da herança histórico-geográfica. Além da reputação, o Brasil possui alguns requisitos que lhe garantem papel de destaque no SI, como a dimensão do litoral e águas interiores, a extensão geográfica, a grande população, seu PIB e suas Forças Armadas.

Dentre os preceitos constitucionais e da PEB figuram o multilateralismo, a segurança internacional e a projeção do País no SI, a fim de ampliar a participação em processos decisórios internacionais. A área de interesse prioritário é o EEB, com especial preocupação com a intensificação de disputas por áreas marítimas e por fontes de alimentos e de energia, com a possibilidade de militarização do Atlântico Sul. A COAA tem relevância político-estratégica para o Brasil, afinal a manutenção de um ambiente de paz e cooperação atende aos interesses nacionais e contribui para a preservação de suas atividades econômicas. Daí a inquietação com o crescimento da presença militar estrangeira na África ocidental, com potencial de gerar efeitos incertos sobre a estabilidade e segurança regionais. Nossos mais renomados geopolíticos trataram do Atlântico Sul, classificando-o como essencial para a RFB, notadamente sob a ótica política, econômica e militar.

A desenvoltura do Brasil na arena internacional respeita seu limitado *hard power*, ciente que não consegue impor seus interesses, procura obter uma posição conciliatória. Assim, a crescente projeção chinesa na África e o eventual “reinteresse” dos EUA no continente, tem potencial para impactar a projeção do PN brasileiro na COAA, ameaçando a autonomia e liderança do Brasil e seu status de Potência sul-atlântica. Da análise inicial dos dados minerados, conclui-se que o Brasil não tem PN

para impedir a ascensão chinesa na COAA. Para mitigar essas ameaças, é importante que o Brasil se apresente como líder sul-atlântico capaz de conciliar colaborativamente interesses extrarregionais com necessidades e aspirações intrarregionais, interferindo no SI para fazer valer seus interesses nacionais, todavia sem uma confrontação direta com os dois *global players*.

O espaço marítimo sul-atlântico é a porção do território brasileiro com maior probabilidade de questionamentos, tendência ratificada ao se observar que as grandes tensões atuais estão nos oceanos, como nos advertem as disputas recentes pela exploração de recursos marinhos como minerais, pesca e hidrocarbonetos. Fruto dessa constatação e da disputa acima analisada, emerge a Oceanopolítica como campo de estudo adequado para guiar a PEB a qual, segundo Monteiro (2022), é essencialmente cooperativa como instrumento da Política, entendida a cooperação nas RI como uma forma de obter e projetar poder, em contraposição a opção conflituosa. Sendo a Oceanopolítica o instrumento, a ZOPACAS é a ferramenta para pô-la em prática, por já ter nascido do imperativo geopolítico de afastar potências extrarregionais o Atlântico Sul. A postura dissuasória brasileira deve pautar-se em uma abordagem persuasiva, obtida pela existência de um ambiente cooperativo, mediante o fomento da confiança mútua sul-atlântica, obtida por meio da celebração de acordos de cooperação, do fortalecimento do comércio e da adoção de medidas para ampliar a interação regional.

É um imperativo categórico refletir sobre as duas efemérides recentes com capacidade de remodelar o SI. Os efeitos do choque adverso de oferta a partir da crise pandêmica, combinados com as sanções à Rússia – e as respostas às sanções, desorganizaram as cadeias produtivas. Tais ações estão impondo uma reorganização das cadeias globais, o *reshore*, mediante a tentativa de repatriação ou regionalização das indústrias pelas potências ocidentais – *nearshore* – e a busca por garantir o suprimento energético e alimentar com aliados – *friendshore*, em uma clara indicação que a Segurança Nacional sobrepujará o fator econômico, em cadeias de produção consideradas estratégicas (críticas). Ademais, o conflito europeu acelerou um conjunto de tendências, como os Estados priorizando seus interesses político-estratégicos, a negação que interdependência econômica gera paz e a transição energética. Neste cenário cambiante, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) se estabelece como principal financiador de soluções para enfrentar a crise gestada

pelas efemérides. A transição da Ordem Mundial, na visão de Guedes (2022), é o momento oportuno para o Brasil aproveitar as oportunidades, como a aceleração da transição da matriz energética e a necessidade de segurança alimentar.

A disputa sino-americana apresenta ameaças e oportunidades, para as quais o Estado brasileiro deve estar preparado, utilizando a disputa pragmaticamente, como ator responsável e Potência com capacidade de frustrar iniciativas de qualquer dos contendores. Considerando a evolução geopolítica da potência hegemônica (EUA) e da desafiante (RPC), induz-se que é possível que os EUA estimulem a projeção brasileira na África Ocidental, como forma de frustrar o avanço chinês no continente e dificultar seu acesso ao Atlântico Sul. Por sua vez, a RPC tenderia a reforçar geopoliticamente o Brasil na América do Sul, estimulando a consolidação de sua liderança na região, como forma de confrontar os Estados Unidos em seu *lebensraum*, desgastando-os. É indispensável que as instituições políticas tenham duas premissas básicas: a convicção que a disputa dar-se-á não apenas na África e América do Sul, mas também – e talvez principalmente – no Oceano que as une; e que quaisquer das Potências, tem como efeito desejado concretizar seus interesses, não se aliar ao Brasil para apoiar seu desenvolvimento nacional ou a segurança regional. Assim, é fundamental que a RFB não opte por quaisquer dos contendores, nessa reorganização de Forças no SI, mormente se a ordem resultante for bipolar, com dois ecossistemas excludentes. Dada a complexidade e relevância do tema o aprofundamento requererá a elaboração de um estudo próprio.

A RPC nos mostra que a Geopolítica e a Oceanopolítica não são excludentes. Mantida a tendência de ascensão chinesa, o Brasil terá sua influência na África limitada, provavelmente restrita a influência sobre os países da CPLP – na COAA, Angola. A Namíbia poderá seguir militarmente ligada ao Brasil, mas economicamente dependente da China; enquanto a África do Sul manterá suas atenções para o oceano Índico dando prioridade no relacionamento com a RPC, porém cooperando com o Brasil na ZOPACAS – Fórum que permitirá ao Brasil exercer alguma influência na África Austral, de forma limitada, no cenário mais plausível em cooperação com a China, uma vez que é pouco provável que os EUA reforcem geopoliticamente o Brasil, em razão do risco percebido no reforço a uma Potência Média em seu espaço vital, com capacidade de se mover autonomamente e liderar estados em posições contrárias aos interesses estadunidenses.

Além da redução de sua ascendência sobre os países da África Austral, o Brasil será impactado pela competição entre os EUA e a RPC, em sua fronteira marítima. Este é um cenário provável, mas que carece de estudo e pesquisa mais profundos, a ser realizado em um próximo trabalho, de maneira a robustecer as ideias. Nas palavras de Pecequillo e Do Carmo (2015), o momento de transição que vivemos nos brinda com uma oportunidade histórica, que não pode ser perdida pelo Brasil, demandando uma PEB pragmática e autônoma voltada para o desenvolvimento nacional e a segurança regional.

5. A AFRICA E A ORDEM MUNDIAL: DA COLONIZAÇÃO À COOPERAÇÃO

As informações expostas neste capítulo a respeito do relacionamento afro-sino-brasílico na Costa Ocidental da África Austral, devidamente alicerçada nas diretrizes geopolíticas africanas, chinesas e brasileiras, formando o arcabouço para a comparação entre os interesses destes dois atores na região, que abordará também as características e os interesses dos Estados integrantes da COAA. Cumpre esclarecer que uma resultante das interações entre os atores é a hierarquização de poder na COAA, onde a China é a Grande Potência, o Brasil a Potência Média, a África do Sul a Potência Regional e Angola e Namíbia seriam Microestados.

A África é marcada pela heterogeneidade cultural, política e social de seus jovens Estados. As guerras de independência e a disputa pelo poder ocasionaram conflitos civis, associados a Estados Falidos, resultando em estruturas pós-coloniais semelhantes as dos colonizadores. A expansão da China aportou recursos, que, inicialmente, estabilizaram a política continental, mas poderá desestabilizar a política regional, mormente no que concerne à segurança.

5.1 A Costa Ocidental da África Austral

Na ótica de Meredith (2017), no lustro de 1880 a 1885, a rivalidade estatal europeia atingiu seu apogeu, na África. Ao término da competição pela África, cerca de 10 mil organizações políticas africanas tinham sido amalgamadas em quarenta colônias e protetorados europeus. Os limites dos novos países, elaborados pelos negociadores na Europa, tiveram pouca consideração pelo mosaico de monarquias, chefaturas e sociedades sem líderes, de fato existentes nos territórios.

Os Estados estudados na presente tese são África do Sul, Angola e Namíbia, com os quais a RFB estabeleceu parceria estratégicas. As relações são eminentemente bilaterais, com extensa pauta comercial (Fig. 22 e 23, p. 137), (Graf. 6, p. 140) com Angola e África do Sul, a qual integra os grupos BRICS, IBAS, BASIC e os G20 financeiro (G20^{Fin}) e comercial (G20^{Com}), sendo o Estado de maior peso Geopolítico na África Austral. Os três são membros da ZOPACAS e Angola integra, ainda, a CPLP. São Estados de grande relevância para o Brasil, Angola é o segundo maior produtor de petróleo do continente e tem grande importância para a PEB por ser um país lusófono participante da CPLP. África do Sul, que possui o terceiro maior

PIB, sendo a economia mais desenvolvida do continente; e Namíbia, que possui uma das relações mais próximas do Brasil na área de defesa. As informações sobre AFS, Angola e Namíbia são apresentadas no Apêndice A.

A cooperação do Brasil com a África ocorreu de forma gradual, com a RFB procurando ampliar a sua inserção internacional e colocar o continente africano no centro da afirmação brasileira de Potência Média, consolidando a concepção de um novo conceito de vizinhança: a fronteira oriental, cuja contiguidade é favorecida pelo Atlântico Sul. O crescimento do protecionismo dos países industrializados contra os produtos manufaturados brasileiros, especialmente dos EUA, e as rivalidades regionais com a Argentina contribuíram para reforçar a Política Externa do Brasil para a África, que foi facilitada pela boa receptividade à presença brasileira pelos países africanos. Dessa maneira, o continente africano tornou-se um atraente mercado consumidor para os produtos brasileiros, com a projeção chinesa, é natural que haja uma competição por este mercado, na visão de Menezes (2013), especialmente no agronegócio e na infraestrutura.

5.2 Geopolítica Africana

A partir da década de 1990, houve uma perda de importância geopolítica da África, em razão da ausência de estratégias dos EUA e UE, em razão do fim da GF ter reduzido a importância do continente nas agendas políticas do Ocidente. No campo econômico, a hegemonia das políticas neoliberais foi outro fator tributário para decréscimo de relevância. A Expressão Política é caracterizada pela existência de Estados subdesenvolvidos, em sua grande maioria Microestados, que enfrentam crises de soberania e de legitimidade de poder. A Expressão Econômica dos Estados, de um modo geral, é marcada pela presença de economias fragmentadas e pouco competitivas, cadeias de produção e redes comerciais em desenvolvimento, agricultura de subsistência e infraestrutura muito deficiente, cujos governos não conseguem impulsionar sozinhos.

Segundo o Professor William Gonçalves (2010), o continente africano se apresenta como uma região de intensa disputa de interesses, onde a RPC vem investindo uma extraordinária soma de recursos financeiros, e que tem assombrado as potências ocidentais, como EUA, França e Reino Unido, que estão perdendo influência sobre a África rapidamente. Na geopolítica africana, assim como na

Oceanopolítica, a influência e a liberdade de movimento para o Brasil projetar-se no EEB, na busca de seus interesses nacionais, são subalternos à disputa global em curso, entre EUA e China.

A África agora desempenha um papel fundamental na disputa global entre RPC e EUA, no reordenamento mundial em curso. Para Larmer (2017), a atração gravitacional da RPC é notada em todo mundo, mas a COAA abriga os Estados que mais sentem, em razão dos significativos investimentos chineses nessa região estratégica. Como exemplo, cita-se: a construção de uma península artificial de 40 hectares como parte de vasta expansão do porto de Walvis Bay, por onde flui todo o comércio com a RPC. Segundo Assumpção (2022), a obra deverá dobrar a capacidade de carga do porto e persistem rumores sobre a construção de uma base chinesa na cidade – não amparados em documentos oficiais chineses⁴⁴, entretanto não se pode desconsiderar essa possibilidade em uma análise geopolítica. Para Larmer (2017), a África Austral recebeu a China como uma alternativa às agendas do ocidente e da consciente que os chineses também têm condicionantes, como o controle total dos investimentos observado no caso das minas de urânio, onde 90% pertencem a empresas chinesas. Entretanto, reconhece que muitos projetos, como estradas, ferrovias, telecomunicações e portos, nunca existiriam sem os chineses. Nas palavras de Sanusi⁴⁵ (2018), “A África deve entender que a China – assim como EUA, Rússia, RU e Brasil, não chegou [ao continente] porque interessava à África, mas por interesse próprio” e traçou uma linha desde o colonialismo europeu, passando pela bipolaridade da GF e chegando à contemporaneidade, na qual as novas Potências presentes no continente buscam ampliar seu poder político e econômico.

É fundamental compreender, em qualquer análise geopolítica, que a presença da China no continente africano envolve atores oficiais e não oficiais, que sua presença não busca contrapor-se ao Brasil ou África do Sul, como Potências Média e Regional, respectivamente, mas é parte de uma Grande Estratégia de ascensão ao patamar de Superpotência. Como já visto, a China emprega a Diplomacia Econômica para obter ganhos geopolíticos, mediante sua vigorosa economia, se

⁴⁴ Conforme Relatório de 21 ago. 2020, do Departamento de Defesa ao Congresso dos EUA. Disponível em: https://de9abb8c-83aa-4859-a249-87cfa41264df.usrfiles.com/ugd/de9abb_8e1bbd48f86649dd8858881d5f31fc5a.pdf. Acesso em: 7 ago. 2022

⁴⁵ Sanusi Lambido, é ex-diretor do Banco Central da Nigéria. Afirmação publicada em artigo do *The Financial Times*.

apresentando como alternativa de cooperação e comércio e expandindo sua presença, seja com o crescente contingente populacional chinês vivendo na África ou com empresas fazendo obras de infraestrutura ou prospecções no fundo marinho africano (LARMER, 2017). A forte presença da RPC no continente africano tem se caracterizado por um fluxo comercial em expansão (Graf. 2 e 3, p. 139), vultosos investimentos, participação de grandes empresas chinesas, na maioria estatais, em projetos de grande porte, sobretudo nos setores de infraestrutura, extração de recursos naturais e energia (MENEZES, 2013). É lógico que uma das consequências desse fato é o aumento da competição no campo econômico e, conseqüentemente, dos conflitos de interesses.

Mister se faz advertir que a “ascensão pacífica” chinesa no contexto da geopolítica africana não apresenta apenas ameaças, mas também oportunidades para o Brasil. A Geopolítica africana para o Brasil tem como elemento basilar a atuação conjunta nos fóruns multilaterais e na ONU, ladeada por interesses comerciais onde, por exemplo, cerca de 70% do petróleo importado pelo Brasil, atualmente, vem da África. Na perspectiva africana, a intensificação comercial não é um movimento geopolítico, apenas a busca por uma relação vantajosa. Nas últimas três décadas a Geopolítica africana em relação ao Brasil foi ambígua, geralmente oscilando no mesmo diapasão da PEB para o continente, o que equivale dizer que houve uma descontinuidade na movimentação político-estratégica africana, reduzindo a chance de ganho de musculatura geopolítica pelos atores.

No campo da Oceanopolítica, quatro tópicos sobressaem, a importância da “Rota do Cabo”, na AFS, que abarca cerca de $\frac{3}{4}$ do transporte marítimo do Brasil; a exploração de petróleo em Angola, que responde por cerca de 70% do volume importado pelo Brasil; a crescente insegurança marítima, em razão de pirataria no GoG, que engloba parte do litoral angolano; e a possível utilização pelo Brasil de portos ou bases navais no litoral africano, como solução para mitigar eventual limitação do uso do mar pelo Brasil, imposta pelo cordão de ilhas do RU no Atlântico. Em face do exposto, a aproximação com os países africanos limieiros do Atlântico Sul deve se tornar uma prioridade para a Oceanopolítica brasileira.

A aproximação africana com o Brasil, ocorreu por iniciativa deste, no campo do multilateralismo e da globalização, tendo se caracterizado por uma postura

política afirmativa orientada politicamente por dois fatores: Diplomacia e Defesa. A primeira buscou intensificar a cooperação afro-brasílica por meio de intercâmbio comercial e cultural, com destaque para a CPLP. A segunda, no âmbito da Defesa, com a retomada de discussões em torno da ZOPACAS e a proposta de uma ampla cooperação e integração com os países do EEB. Segundo Celso Amorim:

O entorno geopolítico do Brasil é constituído pela América do Sul e pelo Atlântico Sul, chegando à costa ocidental da África. Devemos construir com essas regiões um verdadeiro “cinturão de boa vontade”, que garanta a nossa segurança e nos permita prosseguir sem embaraços no caminho do desenvolvimento (AMORIM, 2012a, p. 8).

O Brasil também atua em frentes multilaterais, valorizando o diálogo com organismos regionais como a União Africana (UA), a SADC, a SACU e a CPLP. Aliás, entrou em vigor em abril de 2016 o Acordo de Preferências Comerciais (APC) entre o MERCOSUL e a SACU, o qual contribuirá para a promoção do intercâmbio comercial na COAA. Os países do MERCOSUL passarão a ter livre acesso a um mercado de potencial econômico significativo – cerca de 85 milhões de pessoas. Os investimentos do Brasil concentram-se nos ramos da mineração, construção, agronegócio e petróleo, tendo entre os principais parceiros em investimentos Angola e África do Sul (ARAÚJO, 2019b).

Na geopolítica africana do Séc. XXI, o Consenso de Washington⁴⁶, perde força, abrindo espaço para novas lógicas de cooperação, não-alinhadas aos seus pressupostos. Nessa geopolítica o poder – político e econômico – não reside apenas nas Potências Ocidentais, na verdade, é uma Ordem em rearrumação, na qual Potências emergentes e países africanos estão buscando acomodar-se de forma mais horizontalizada, enquanto os EUA seguem como defensores da Democracia Liberal, dos Direitos Humanos, do Livre-Mercado e da boa Governança, como medida concreta, lançou a iniciativa B3W, com ênfase em infraestrutura, como forma de se contrapor à BRI chinesa.

5.3 Organismos Multilaterais: os Fóruns ZOPACAS, FOCAC, UA e SADC

O Atlântico Sul tem se valorizado do ponto de vista geoestratégico, pois além de ser a rota por onde trafega cerca de 95% de todo o comércio internacional brasileiro, agora se apresenta como nova província de recursos do planeta, graças,

46 Conjunto de regras econômicas visando o desenvolvimento socioeconômico dos países em desenvolvimento e a expansão do liberalismo econômico, sistematizadas pelo economista inglês John Williamson. Os objetivos do Consenso de Washington são impulsionar o livre mercado, a abertura comercial e econômica e o controle fiscal. (N.A.)

principalmente, às atividades petrolíferas *off-shore* que ocorrem em ambos os lados do Atlântico Sul, contribuindo para aumentar o interesse em cooperação entre os países limítrofes. Araújo (2019b) é taxativo, quanto às relações entre África e Brasil, assegurando que “o Brasil quer ser parceiro da África no desenvolvimento vertiginoso que atravessa o continente africano”, abrindo espaço para cooperação na produção de alimentos, infraestrutura e disponibilizando o “*know-how*” brasileiro, maquinário, capacitação de pessoal e transferência de tecnologia, “que proporcionem ganhos para a África, em termos de desenvolvimento, bem como para o lado brasileiro, em termos de conquista de mercados.

O Brasil deve buscar o estreitamento das relações com os países da costa ocidental da África, a fim de desenvolver a construção de uma identidade comum com países dessa região, tendo em vista que o Atlântico Sul representa uma área de importância oceanopolítica. O fórum por excelência para construção desta identidade é a ZOPACAS, que desde sua criação alternou períodos de pouca atividade com outros de intensa interação, fruto de sua estrutura informal e institucionalização mínima, sem uma sede ou estrutura institucional. O estabelecimento de uma Secretaria Permanente, que possa manter uma agenda constante permitirá que se consolide como organismo multilateral e se firme como fórum de crescente interação, coordenação e cooperação entre seus Estados-Membros – que possuem níveis de desenvolvimento econômico e de capacidades militares distintos, reiterando os princípios estabelecidos no Plano de Ação de Montevideu (2013), decorrente da VII reunião interministerial, reinserindo o tema na agenda de discussão internacional. O LBDN repisa o especial interesse do Brasil na paz e segurança do Atlântico Sul. Acrescenta, ainda, que o país possui áreas estratégicas de vital importância para o comércio mundial e nacional, ao qual deve dedicar especial atenção, visando construir um ambiente cooperativo, sob a égide da ZOPACAS (BRASIL, 2020b).

Os interesses geopolíticos da China e dos EUA nos países da costa ocidental da África e as dificuldades de ambos para combater, isoladamente, as ameaças à segurança marítima na região representam oportunidades que podem ser aproveitadas pelo Brasil por meio do fortalecimento da ZOPACAS e pela ampliação de uma mentalidade Sul-Atlântica de cooperação e desenvolvimento comum, que, no médio prazo, contribua para a percepção do PN brasileiro pelos países africanos. No cenário que se descortina, a Oceanopolítica do Atlântico Sul, particularmente a COAA,

ganha papel de destaque na agenda geopolítica da RPC, como veículo do *chinese dream*. Esse imenso espaço marítimo que outrora fora uma zona secundária ladeada por Estados voltados para a dimensão interna e com atores externos pouco interessados, vem atraindo atenções nas últimas décadas, fruto da confirmação de grandes reservas de recursos energéticos nas plataformas continentais e de alimentos no mar e em terra, uma vez que tanto África com América Latina revelam-se como grandes produtores de alimentos e facilitam o acesso à Antártica.

O FOCAC é um mecanismo de cooperação com duas características essenciais: reforçar a consulta e ampliar a cooperação dentro de um quadro pragmático; e promover o diálogo político e a cooperação econômica com vista a procurar o reforço e a cooperação mútuos, em prol do desenvolvimento. É um instrumento do *soft power* chinês, difundindo os benefícios da cooperação, atuando como elemento de institucionalização das relações sino-africanas, complementando, no âmbito regional, as relações bilaterais, reforçando a inserção chinesa no continente. Durante a Cúpula do FOCAC em 2018, o presidente chinês Xi Jinping anunciou que a China estabelecerá o Instituto China-África para aprofundar intercâmbios, estreitar a cooperação e a comunicação sobre experiências em governança e desenvolvimento, bem como fornecer apoio intelectual à BRI. A China incentivou Angola, AFS e Namíbia a aderirem à iniciativa, apoiando-os na aceleração da integração regional e trabalhando para uma forte sinergia entre BRI e as Agendas 2030 (da ONU) e 2063 (da UA), em prol das estratégias de desenvolvimento dos Estados africanos, com o fito de promover a cooperação de alto nível entre a China e África. (CHINA, 2021). O Fórum é uma parceria geopoliticamente importante, que vem se desenvolvendo e tem o potencial de agregar vantagens para os dois lados. Em muitas áreas, a parceria proporcionou alguns resultados concretos que são benéficos para a África, embora a África ainda precise melhor utilizar a parceria em termos do potencial do mercado disponível e das oportunidades de negócios. É igualmente necessário alinhar a parceria com os objetivos estratégicos da UA. Os membros africanos reafirmam o seu compromisso com o princípio da China única, o seu apoio à reunificação da China e os esforços da China na resolução pacífica de disputas territoriais e marítimas, enquanto a RPC ratificou a defesa da integridade territorial, da soberania, da segurança e dos interesses de desenvolvimento dos países da COAA (CHINA, 2021).

A União Africana (2022) fomenta a cooperação continental multitemática, atualmente aparenta uma preponderância dos assuntos correlatos às temáticas de defesa e segurança. Dado o histórico africano de conflitos e violência, é uma preocupação de todos os membros. A África possui cinco blocos econômicos: a União do *Maghreb* Árabe (UMA), a CEDEAO, a SADC, a Autoridade intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). Cumpre mencionar que a Zona de Livre Comércio do Continente Africano (ZLCCA) entrou em vigor em 2019, reunindo 54 Estados. Segundo Danese e Arruda (2021), “tem grande potencial de alterar o perfil do comércio africano, com oportunidades também para parceiros de outras regiões”. Motivo pelo qual o acordo de comércio preferencial entre o Mercosul e a SACU, liderado pela África do Sul, deve ser ampliado. Entre os objetivos da UA estão a defesa da soberania, da integridade territorial e da independência dos seus Estados-Membros; a integração política e socioeconômica do continente; a promoção e a defesa das posições comuns africanas sobre questões de interesse para o continente; o incentivo à cooperação internacional; a promoção da paz, da segurança, da estabilidade no continente, e a integração das economias africanas e da cooperação em todos os domínios da atividade humana para melhorar o nível de vida das populações africanas. É nítida a semelhança entre os objetivos da UA e o propósito da ZOPACAS, o que nos permite inferir que o incremento à Zona, contribuirá com os objetivos da UA.

A formação da SADC foi o ápice de um longo processo de consulta entre os 16 líderes da África Austral (Fig. 24, p. 138), para alcançar o desenvolvimento e o crescimento econômico, mitigar a pobreza, melhorar a qualidade de vida dos povos da África Austral, por intermédio da integração regional, ancorada em três vertentes: o desenvolvimento industrial e a integração de Mercados; o desenvolvimento do capital humano e social; e o desenvolvimento de infraestruturas de apoio à Integração Regional. Os objetivos da SADC, estipulados em seu Tratado de criação são a promoção de valores, sistemas e instituições políticas comuns; da paz e da segurança; do desenvolvimento autossustentável, com base na autos-suficiência coletiva e na interdependência dos Estados-Membros; e o fortalecimento e consolidação das afinidades e laços históricos, sociais e culturais entre os povos da região. Para atingir esses objetivos, a SADC elaborou mais de 50 Planos Estratégicos, por exemplo, o Plano Estratégico de Política, Defesa e Segurança, cujo objetivo

central é criar um ambiente político e de segurança pacífico e estável. Em um contexto mais amplo, estes planos têm como efeito desejado a criação de instituições e mecanismos adequados para a mobilização dos recursos necessários à execução dos programas e operações e a implantação de políticas que eliminem os obstáculos à livre circulação de capitais, pessoas, bens e serviços da região e melhorem a gestão econômica e do desempenho mediante a cooperação regional e a garantia da cooperação e do apoio internacional⁴⁷. O Brasil e a SADC possuem comércio anual da ordem de US\$ 3 bilhões. Nesse sentido, os países da SADC têm potencial de ser importante plataforma de acesso de produtos brasileiros ao continente africano⁴⁸.

Os objetivos e metas da UA e da SADC são alinhados via Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NePAD). Enquanto a SADC é uma comunidade econômica regional africana, o NePAD é um programa estratégico da União Africana destinado a desenvolver a África, concebido com o propósito específico de combater a pobreza e o subdesenvolvimento, centrado no estabelecimento de parcerias globais e uma abordagem atualizada de mobilização de recursos para o continente. Como resultado, as três estruturas coordenam seu trabalho para permitir esforços combinados e complementares (Fig. 25, p. 138). Os propósitos da NEPAD são: erradicar a pobreza, pavimentar o caminho dos países africanos rumo ao desenvolvimento sustentável, recalcar a marginalização da África na Ordem Mundial e reforçar a sua plena e benéfica integração na economia global, tal como salientado pelo Plano de Desenvolvimento Estratégico Regional da SADC, os objetivos e mandatos da SADC estão estreitamente ligados ao mandato do NePAD. Destarte, o fortalecimento e o sucesso da implementação de projetos dentro da SADC aumentam o sucesso da estrutura mais ampla da NePAD.

Através da FOCAC, a China tem atuado diretamente junto ao Secretariado da SADC, em conformidade com o Plano de Ação e as Resoluções daquele fórum. Na última Cimeira realizada (2018), as partes concordaram em explorar formas de estabelecer uma plataforma de cooperação mais estreita para benefício mútuo, ressaltando a importância da industrialização dos Estados da SADC, a possibilidade de melhora na cooperação comercial e financeira e o investimento em ciência e tecnologia para benefício mútuo. Neste mesmo encontro, o MD da RPC discutiu a

⁴⁷ Fonte: Southern African Development Community. Disponível em: <https://www.sadc.int/pages/sadc-objectives>. Acesso em: 7 fev. 2022.

⁴⁸ Fonte: Secretaria de Oriente Médio, Europa e África do Ministério das Relações Exteriores.

cooperação na área da paz e segurança com a SADC, que propôs a construção de seu Entrepósito Logístico Regional, com boa receptividade chinesa, como parte da Força de Apoio da SADC para apoiar Operações de Paz regionais para suprir *just in time* as necessidades da Força-Pronta da SADC.

Os principais interesses africanos relacionados ao Brasil são o combate à fome e o desenvolvimento sustentável, além da possibilidade de cooperação técnica em setores econômicos de baixo e médio valor agregado, mormente o agronegócio. Em termos específico de cooperação entre o Brasil e a SADC, as iniciativas são muito pequenas, não comparáveis à robustez chinesa. Os acordos bilaterais entre Brasil e Angola, África do Sul, Moçambique, Namíbia e Nigéria são interações dignas de nota, o que não ocorre com a Organização SADC propriamente dita.

5.4 Interesse convergentes sino-brasileiros

Um ponto central da análise é a compreensão que os interesses sino-brasileiros são cooperativos ou competitivos, simultaneamente, dependendo da área considerada, porém a política adotada pela RPC resulta numa percepção de competição na relação, interestatal, ainda que de forma velada, *exempli gratia*, o interesse chinês no ambiente multilateral da CPLP e criou uma estrutura similar, o Fórum de Macau, por intermédio do qual conduz as tratativas de cooperação econômica entre a China e os membros da CPLP (CHINA, 2020b).

As relações entre a RPC e a RFB são amplas e diversificadas, ultrapassando o plano bilateral e assumindo certo protagonismo para o multilateralismo e até mesmo grande relevância neste rearranjo da Ordem Mundial. Os dois gigantes são parceiros no BRICS, que está se convertendo em um fórum geopolítico; nos G-20, onde alinham interesses quanto à reforma das instituições financeiras internacionais; e no BASIC, onde coordenam posicionamentos sobre a agenda ambiental, particularmente no concernente ao desenvolvimento sustentável e às mudanças climáticas. Ao se abordar o relacionamento da RPC e da RFB com os atores realistas do SI, deve-se ponderar que o Estado brasileiro observa em sua Política Externa os princípios da autodeterminação, da não intervenção e não ingerência nos processos políticos internos de cada Estado. Historicamente, o Brasil não pratica uma política de imposição de valores ou condicionantes políticas em seu relacionamento internacional. Destarte, pode-se afirmar que o Brasil pratica uma política convergente com os cinco princípios da coexistência pacífica que norteiam a Política Externa da

China. Embora, esse posicionamento seja convergente, tem-se observado, cada vez mais, que a RPC, diferentemente do Brasil, não avalia os Estados por conta de suas políticas internas, aclarando que a “não interferência em assuntos internos”, para o Brasil significa não se intrometer, ainda que avaliando a aderência do comportamento do ente estatal com os valores nacionais, enquanto para a China, significa um completo descolamento do relacionamento político-estratégico chinês com as práticas adotadas pelo parceiro, na seara doméstica.

Para Gomes Junior (2020), há um grande potencial de cooperação entre Brasil e China nos processos de desenvolvimento dos países africanos, tendo como palco de atuação, na maioria das vezes, o apoio à agricultura. O Brasil tem se utilizado da expertise da EMBRAPA, enquanto a China tem usado o potencial de financiamento da FOCAC para a cooperação e a transferência da tecnologia agrícola. No que tange à África Austral, a cooperação sino-brasileira se dá, principalmente nesta área, envolvendo o *agrobusiness*, sendo notório que não existe um modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro ou chinês. Fruto da análise desta cooperação – com a África como um todo – observa-se que as intervenções são contextualizadas com a economia e a política interna chinesas e brasileiras, estas mais voláteis que aquelas. A cooperação na área do agronegócio pode, por *spillover*, incentivar interações multidimensionais na cooperação para o desenvolvimento. O simples fato de se estudar a possibilidade de uma cooperação na África, em que não estão presentes os atores europeus ou os EUA representa uma mudança paradigmática, um incremento na relevância das “potências emergentes”, isto é, dos BRICS. A retórica da cooperação Sul-Sul e emergência de novas Potências permite aos Estados da COAA maior espaço para negociação, uma vez que podem prover investimentos, empréstimos e projetos de apoio. Nas palavras do Embaixador David Silveira da Mota, “avançar lentamente, como a marcha de um elefante, o qual segue adiante com passos firmes e pode sentar-se por vezes, sem jamais retroceder”.

A cooperação trilateral entre África, Brasil e China é uma oportunidade para os participantes, sendo caracterizada pela mescla de interesses diplomáticos, investimentos, comércio e empréstimos, no momento atual, concentrada na agricultura. Na visão brasileira, é interessante implementar estruturas de cooperação trilateral, que incluem parceiros fora do continente. Essa modalidade reduz custos, amplia meios e pode oferecer soluções mais próximas da realidade dos nossos

parceiros africanos. (FRANÇA, 2021b). Exceto pelos acordos de cooperação trilateral, as iniciativas brasileiras e chinesas de cooperação permanecem fragmentadas. No longo prazo, estas iniciativas podem ser expandidas para outros setores como o de mineração e o energético, a partir da experiência sino-brasileira, afinal, o continente africano é solo fértil para investimentos em setores produtivos, como nos mostra a experiência agrícola. Novas parcerias, asseguradas pelo NBD, em lugar das instituições “bretton woodianas”, proporcionam maior liberdade de manobra aos Estados da África, e aos investidores brasileiros e chineses. Até meados da década passada, era notória a semelhança entre as posturas de Brasil e China – as quais eram observadas com interesse pelos antigos financiadores da África – tendo o Estado papel relevante no processo de desenvolvimento econômico, estruturando, facilitando, fomentando e orientando o processo. Alianças estratégicas entre Estado e empresas privadas são parte central da política de desenvolvimento. Para os países da COAA, as experiências de Brasil e China são fulcrais.

Os interesses convergentes na COAA devem ser entendidos como parte da busca da realização de seus interesses nacionais, particularmente da ascensão no SI, cooperando quando for de interesse mútuo e procurando acumular poder. Diversos fatores são relevantes, com a economia brasileira dependente das exportações da agroindústria, enquanto a RPC busca equilibrar as duas vertentes, a garantia da segurança alimentar doméstica e a promoção do agronegócio no exterior.

5.5 Competição entre Brasil e China

O conceito de EEB, compreendido de forma resumida como a região que o Brasil quer irradiar sua influência e liderança diplomática, militar e econômica, é, por si só, conflitante com qualquer outro Estado que tenha aspirações sobre a região, como a China. Os setores de mineração, infraestrutura e energia são os de maior competição entre Brasil e China, neles existem grandes empresas chinesas e brasileiras operando no continente africano, naturalmente se estabeleceu um cenário de concorrência, o qual acabou pendendo para o lado chinês, não por sua capacidade ou qualidade superiores, mas pela diferença nas ações governamentais. A atuação política da RPC tem sido o fator crucial para o avanço sínico, enquanto pelo lado brasileiro os esforços do MRE e do MD não encontram eco na área econômica. Como exemplos da atuação governamental em disputas nesses setores, podemos citar que a Odebrecht perdeu obras nos aeroportos de Luanda e de Maputo para a China, em

virtude da realização de empréstimos chineses bilionários, com a condição de que só poderia ser aplicado em obras realizadas por empresas chinesas. A Vale perdeu, para os chineses, o direito de explorar a mina de Belinga, no Gabão, considerada a maior jazida inexplorada de minério de ferro do mundo. Todavia, em alguns casos, os interesses brasileiros têm prevalecido, quando da demonstração de superioridade tecnológica, como na prospecção de petróleo em águas ultraprofundas, um exemplo foi na concorrência, em Angola, vencida pela Sinopec, mas repassada para PETROBRAS em razão da tecnologia de exploração em águas profundas.

A China desenvolveu um modelo próprio de relacionamento com os países africanos diferente do ocidental, além do princípio da não interferência, por oferecer um pacote completo de auxílio. A China tem sido para a África um mercado consumidor, um doador, um financiador, um investidor, um empreiteiro e um construtor. A RPC foi à África não apenas com a necessidade de recursos naturais, mas também com os recursos financeiros e a decisão política para perseguir seus objetivos de forma vigorosa. Dita postura lhe confere uma vantagem político-estratégica decisiva, na competição com o Brasil. De uma maneira geral, os interesses da China no continente africano, em especial nos países da costa ocidental, podem assim ser descritos: o fluxo comercial, caracterizados pela importação de *commodities*, essenciais ao seu crescimento econômico e segurança energética, e a exportação de produtos manufaturados; bem como um mercado em expansão para suas empresas, dentre elas as de construção civil, pois o continente possui uma gigantesca demanda por obras de infraestrutura. Além desses interesses, já é visível o estreitamento do relacionamento militar entre a RPC e os países africanos, com a venda de ProDe. A China também vem competindo com as exportações brasileiras de manufaturados de pequeno valor agregado, sendo responsável pela diminuição do mercado consumidor para os produtos manufaturados brasileiros, ao mesmo tempo em que exerce uma forte pressão com sua grande demanda por matérias-primas e produtos agrícolas, compelindo o país para o setor do agronegócio, e contribuindo para a desindustrialização do Brasil e “reprimarização” de suas exportações. Mesmo no caso de manufaturados de maior valor agregado, a concorrência chinesa está aumentando. Podemos citar os casos das empresas brasileiras Marcopolo, que fabrica carrocerias de ônibus, e a WEG, fabricante de motores elétricos, que construíram fábricas na África do Sul para atenderem o continente africano. Ambas

as empresas enfrentam uma concorrência agressiva das empresas chinesas, porém ainda possuem boa competitividade, em virtude da qualidade de seus produtos

Embora a principal influência chinesa na África seja no campo econômico, a cooperação militar sino-africana tem progredido muito com os países da COAA, com o fornecimento de meios, armamentos e equipamentos. As Forças Armadas de diversos países têm recebido ofertas de equipamentos da China, com condições vantajosas de financiamento. Na medida em que as vantagens oferecidas pela RPC dificilmente poderão ser igualadas, reduz-se a possibilidade de compra ProDe brasileiros, bem como dificulta a expansão de parcerias, semelhantes ao ACBN. Tal postura pode refletir uma tendência para os demais países do continente, sendo preocupante para o Brasil. Torna-se fundamental buscar alternativas que aumentem a atratividade desse tipo de acordo, frente à nova concorrência chinesa.

Conforme relatório do DoD (UNITED STATES, 2021a), a China intencionaria implementar uma base militar em Angola ou na Namíbia, a qual – alinhada com a base espacial, já estabelecida na Patagônia argentina, segundo o mesmo relatório – corrobora a percepção da projeção chinesa no EEB, utilizando não só a economia, mas também a defesa como vetores de seus interesses políticos. A RPC pretende ter presença militar global, que permita uma contraposição à hegemonia militar estadunidense e propicie à China assegurar sua LCM, sua segurança energética e a segurança alimentar, num desafio manifesto à geopolítica norte-americana para a região. Adicionalmente, a instalação de bases chinesas nos países da costa oeste africana poderá desencadear uma militarização do Atlântico Sul, o que não é do interesse brasileiro, e demandará maior atenção da RFB para seu setor de Defesa, mais especificamente com a elaboração de uma teoria Oceanopolítica condizente com os objetivos geopolíticos brasileiros e seu Poder Nacional.

Infere-se que há espaço para uma competição no campo econômico sem que haja crises relevantes entre os atores, na moldura temporal analisada, entretanto tal conclusão não é válida para o campo diplomático. Desta forma, a resultante dessas inter-relações político-econômicas é a perda de espaço pelo Brasil, no continente africano para potências exógenas como a China que passam a competir em setores em que o Brasil se destacava, como infraestrutura e serviços, mesmo com o fator de força das empresas brasileiras – que contratam mão de obra local, provendo treinamento e a qualificação para esses trabalhadores – nessa disputa por mercados

na África. No diapasão da concorrência, os óbices ao Brasil se avolumam em tal ordem que dificultam sobremaneira o exercício da sua liderança no Atlântico Sul e até mesmo influenciar os países da COAA. Para não ver seus planos frustrados, o Estado brasileiro precisa se preparar adequadamente e se posicionar a altura do desafio de ver o EEB envolvido em uma disputa geopolítica global, que pode demandar pressões exógenas por um alinhamento político, como nos idos da GF, com a enorme diferença de relacionamento comercial, que era pífio com a URSS enquanto a China é o nosso principal parceiro.

5.6 Reflexões sobre uma triangulação sino-afro-brasílica

O Brasil vem perdendo influência geopolítica no continente africano, seja por indefinição na Política Externa, seja pela dificuldade de incrementar suas Diplomacias de Defesa e Econômica. A PEB para a África tem expressado o interesse de maior autonomia no SI, sendo fundamental a diversificação de relacionamentos para promoção do desenvolvimento nacional. O Itamaraty tem trabalhado para o desenvolvimento de uma cooperação trilateral afro-sino-brasílica, utilizando o BRICS como canal de cooperação na atuação da RPC e da RFB no continente africano.

É fato que a presença chinesa na África tem gerado concorrência para o Brasil e impactado seus interesses na COAA. Em que pese haver certa complementaridade econômico-comercial nas relações bilaterais, nos setores de recursos naturais e de produção de alimentos, nas quais o Brasil atende à demanda chinesa, está havendo concorrência por mercados, nos setores de manufaturados, de construção de infraestrutura, de extração de recursos minerais, de energia e de ProDe. Apesar dessas disputas econômicas não estarem em um nível conflituoso, a tendência é que se acirrem com o incremento da presença chinesa e o aumento do fluxo comercial entre a RPC e a África. Embora, no imaginário coletivo, a diplomacia brasileira possua maior capacidade de influenciar os governantes e a opinião pública dos países da COAA, em razão das relações históricas e culturais, na prática, observa-se que o poder econômico chinês tem sido o determinante no convencimento das elites africanas. Um exemplo foi o cancelamento do contrato de aquisição de três navios-patrolha brasileiros, preteridos por um NApLog chinês, na Namíbia, pela priorização do Oceano Índico, em detrimento do Atlântico, pela AFS e pela perda de contratos pela Odebrecht em Angola.

A COAA e o Atlântico Sul constituem uma região de importância estratégica

para o Brasil. A manutenção de um ambiente de paz e cooperação nessa área atende aos interesses brasileiros, na medida em que contribui para a segurança e preservação de suas atividades econômicas (BRASIL, 2020a), como visto, os membros da SADC tem a mesma visão. Contudo, a tendência tem sido de aumento da presença de potências exógenas à região, o que poderá gerar efeitos negativos sobre a estabilidade e segurança regionais. Com interesses cada vez maiores nos países da COAA, existe a possibilidade de a China utilizar bases militares em Angola ou na Namíbia ou, ao menos, utilizar seus portos para apoio logístico, a fim de proteger as LCM de seu interesse, considerando que existe um fluxo comercial crescente de produtos dessa região para a China, assegurar sua necessidade energética – com a exploração de petróleo e gás – e alimentar. Caso esse fato se confirme, seria uma enorme perda de influência para o Brasil, que veria a ZOPACAS ruir com a presença chinesa no Atlântico Sul – colimada com o objetivo chinês de ter presença global, associada à natural resposta estadunidense em contraposição à RPC, levando à militarização da região. Além do aspecto oceanopolítico, a presença chinesa reduziria sobremaneira a presença brasileira em um importante mercado consumidor de ProDe, dificultando a consolidação da indústria de defesa brasileira.

Há áreas outras, além da agrícola, nas quais Brasil e China cooperam entre si e que podem servir de centelha para uma atuação convergente na África Austral ocidental, considerando o nível de desenvolvimento dos três países que a integram. Citem-se os Acordos de Tecnologia industrial, farmacêutica, energia e Protocolo de pesquisa e produção conjunta de Satélites (CBERS), celebrados no âmbito da Comissão Sino-Brasileira de Concertação e Cooperação (COSBAN)⁴⁹, que permitiu o estabelecimento de uma Parceria Estratégica (2012), baseada em dois Eixos, um Plurilateral, com vocação política, nos quais atuam juntos nos grupos BRICS, BASIC, G20^{com}, OMC, G20^{fin} e outro bilateral, nas áreas de comércio, investimento, indústria, finanças e na de ciência, tecnologia e inovação. Em 2015, os Presidentes de Brasil e China aprofundaram as relações, ao nível de Parceria Estratégica Global e estabeleceram o Diálogo Estratégico Global, refletindo o aumento na importância da agenda sino-brasileira. Ambos Estados identificaram um “grande potencial de cooperação nas áreas de energia e mineração”, repisando que a cooperação no setor

⁴⁹ A COSBAN é o mecanismo formal de mais alto nível nas relações bilaterais sino-brasileiras e fornece os canais institucionais necessários ao trato dos temas da parceria estratégica, do diálogo político à comércio e investimentos, envolvendo vários setores governamentais, representando os interesses do empresariado, da Academia e de diferentes segmentos da sociedade brasileira. (N.A)

do agronegócio é um dos pilares da relação bilateral, com benefícios para ambos os países (MRE, 2018), o papel relevante da COSBAN como mecanismo orientador das metas e relações bilaterais para seu desenvolvimento.

Em uma análise prospectiva, devemos refletir sobre a Ordem Mundial em transição. É fato que os efeitos da pandemia COVID-19 e do conflito na Ucrânia impactam diretamente as cadeias produtivas e a economia mundial, gerando a primeira recessão africana no milênio. A crise mundial alavancou o tema da dívida africana – assim como seu perdão– para o topo da agenda internacional, porém os Estados da África Austral se encontravam em dificuldades econômicas antes da pandemia, em boa medida devido aos encargos insustentáveis dos empréstimos chineses. Esse cenário de pandêmico e conflituoso, difícil de se prognosticar desvela uma oportunidade geopolítica para o BRICS demonstrar sua capacidade de propor alternativas à ordem mundial, com reanálise da globalização, do multilateralismo, do regime internacional de comércio, com uma guinada em direção à multipolaridade. Neste caso, uma aliança sino-brasileira seria um caminho natural para consolidação do Brasil como Potência Média. O Bloco enfatiza a preocupação com os desafios internacionais apresentados pela pandemia e seus graves impactos sanitários, sociais e econômicos ao redor do mundo, destacando “a urgência de restaurar o crescimento econômico e o comércio internacional, fortalecendo a estabilidade e a resiliência dos mercados.” (CHINA, 2020a). No escopo do BRICS, foi estabelecido o NBD e criado o “arranjo contingente de reservas”, que ajuda a evitar choques externos e contribui para a maior estabilidade das economias emergentes (BRASIL, 2018), com vistas a fomentar o desenvolvimento na próxima década.

Segundo Bond (2021) antes das crises pandêmica Xi Jinping vaticinava que o SI se encontrava em um período de desconfiança, com a incerteza e a instabilidade aumentando significativamente, exortando o BRICS a incrementar a parceria estratégica, o multilateralismo e a governança global. O líder chinês também pediu que o BRICS continue se apoiando e incremente a cooperação em política, economia e defesa, demonstrando firmemente o valor estratégico de sua solidariedade e cooperação, lutando pelo direito ao desenvolvimento dos países do Sul global, e elevando o status das economias emergentes e dos países em desenvolvimento nos assuntos globais, reforçando seu compromisso de assistência à África. Outra efeméride de nosso tempo, o conflito na Ucrânia – apesar de seus impactos globais

negativos – apresenta uma oportunidade de desenvolvimento econômico para países produtores de petróleo, gás e urânio, como Angola e AFS, aumentando a importância geopolítica continental e a disputa entre as Potências pelo controle da região.

Os interesses estratégicos da RPC na África Austral são ecléticos, variando desde reforço do programa de desenvolvimento espacial da China até a obtenção de novos mercados para produtos chineses de baixo valor agregado. Duas características da economia da África Austral, em especial, atraem as empresas sônicas: mão-de-obra barata – proporcionando grandes lucros às empresas sônicas – e a insignificante restrição do mercado à presença chinesa. A abertura do mercado na COAA auxilia a RPC no uso de métodos variados de investimento, como *joint-ventures*, fusões transnacionais e IDE. Serenamente a China entrou nos mercados do sul do continente, passando a dominá-los. No setor industrial, Beijing tem investido maciçamente na COAA, buscando impor seus termos e manipular decisões políticas em diversos setores, o que impactou negativamente a economia austral, fechando fábricas e aumentando o desemprego. A projeção da RPC tem impactado negativamente a economia regional seja em projetos de desenvolvimento, comércio e infraestrutura, ou de subsistência como a pesca ilegal chinesa no Atlântico Sul, um problema real com viés de crescimento (HAKAN, 2021).

No outro corner do espectro, EUA e UE tem unido esforços para fortalecer as cadeias de suprimento. Doravante, haverá dois grandes requisitos para investimento internacional pelos EUA: a exigência logística do *nearshore*, *i.e.*, as cadeias de produção devem estar instaladas em países próximos; e a exigência geopolítica do *friendshore*, ou seja, cadeias localizadas em países aliados. O Brasil satisfaz ambos os requisitos, “é uma plataforma próxima e confiável” (GUEDES, 2022). Nas palavras de França (2022), a RFB trabalha para que a evolução das cadeias transnacionais de produção seja mais inclusiva e abrangente, enquanto se consolida como protagonista na segurança alimentar, no desenvolvimento sustentável e na transição energética, a qual dependerá, em boa medida, da resposta dos EUA e UE à atual crise energética, com investimento em novas fontes energéticas ou na busca pelo controle destas fontes, podendo se converter em fator de instabilidade no médio prazo.

Fruto da análise conduzida até aqui, conclui-se que a desglobalização está em curso, como provável crescimento de políticas protecionistas e de medidas em prol da segurança estatal. O Brasil deve adotar uma postura pragmática – nunca de

alinhamento automático, entendendo o EEB em três áreas integradas, porém com posturas político-estratégicas diferentes. Uma postura para o continente sul-americano, uma para o Atlântico Sul e uma terceira para a costa africana, sendo a COAA a porção politicamente mais importante desta parte do EEB, estando essas duas últimas umbilicalmente ligadas ao cerne deste trabalho. Como demonstrado pela China, Geopolítica e Oceanopolítica não são concorrentes, mas campos complementares, se adequadamente empregados pelo Estado. Destarte, na Oceanopolítica nacional, para que o Brasil tenha capacidade de se contrapor à projeção chinesa no África Austral, quatro ações são prioritárias. Inicialmente, formular uma política pública para a África ocidental, integrando todos os setores envolvidos, similarmente às iniciativas chinesas. Utilizar a ZOPACAS para instrumentalizar sua Oceanopolítica, tendo como estratégias motrizes a institucionalização da Zona, com a formação de um Secretariado permanente e a instalação de uma sede no Brasil e a realização de cimeiras regularmente. A terceira ação diz respeito à consolidação dos sistemas de monitoramento dos diversos países limítrofes ao Atlântico Sul, bem como a expansão de acordos bilaterais na área de cooperação naval para os Estados da COAA, aproveitando a securitização do GoG. Por fim, incrementar a parceria estratégica com a África do Sul, dado seu peso geopolítico e econômico, além de sua posição estratégica, como forma de ambos lograrem maior peso dentro do BRICS. No campo da Geopolítica para a África Ocidental, o Brasil não tem poder para contrapor-se à China. Levando em conta que nessa parte do EEB, os membros do BRICS estão presentes, é possível que o grupo atue forma uníssona contra as EUA, França e RU.

O cenário inédito que se nos descortina, traz oportunidades para o Brasil, particularmente na busca pela multipolaridade. O desengajamento dos EUA da África, propiciou a chance de o Brasil estabelecer sua liderança, com possibilidades de ascender a Potência Global, no médio prazo (BOND, 2021), obstaculizada pela projeção chinesa no continente. Para tanto é importante portar-se como líder sul-atlântico e capaz de conciliar os interesses extrarregionais com as necessidades regionais, explorando sua capacidade diplomática de bem relacionar-se com todos os atores relevantes. Neste cenário, o Estado brasileiro deve realinhar sua Política Externa de forma assertiva, como dito, e formular uma “Grande Estratégia” nacional, voltada para o EEB, caso contrário o Brasil verá seu protagonismo minguar e sua liderança regional esvair-se.

6. REFLEXÕES FINAIS

O propósito precípua deste trabalho foi analisar os impactos da geopolítica chinesa na África para a projeção do Poder Nacional na COAA – incluindo a área sul-atlântica, sob a lente da expressão política. É compulsório ressaltar que o EEB é nossa área de interesse prioritário. Este capítulo traz a conclusão sobre os impactos da presença chinesa no Séc. XXI, identificando oportunidades e ameaças diplomáticas, econômicas e de defesa para o Brasil, tendo como marco teórico os preceitos da Geopolítica, da Oceanopolítica, do Poder Nacional e do Desenvolvimento Nacional, inserido no rearranjo da Ordem Mundial em curso, sob o escrutínio das TRI de matiz realista sino e eurocêntrica. É imperativo se debater academicamente em que medida a presença chinesa impactará a projeção de PN brasileiro, impedindo ou favorecendo sua projeção nos países da COAA.

Não há como pensar em Geopolítica ou Oceanopolítica, sem entender as relações de poder no concerto das nações. A Oceanopolítica reflete uma abordagem epistemológica como a da Geopolítica clássica, *mutatis mutandis*. Neste novo campo do conhecimento, a China precisa ser entendida como nossa vizinha e sua presença na África inserida em um contexto mais amplo de disputa global, na qual ela é uma Potência Global, cuja ascensão desafia a hegemonia norte-americana, com potencial para redefinir a Ordem Mundial. O Brasil situa-se como Potência Média – também é a Potência Sul-atlântica – buscando seu desenvolvimento nacional e aspirando ser protagonista em um SI multilateral, com tem potencial para ser uma Potência Global no médio prazo. A África do Sul é a Potência Regional da África Austral, por seu peso Geopolítico pode reforçar ou desgastar politicamente o Brasil, particularmente quanto aos seus interesses no âmbito da ZOPACAS. As teorias do Poder Marítimo e do Poder Terrestre foram entendidas como antagônicas, no século passado. Neste século, entretanto, a China vem empregando conceitos de ambas as Teorias, de forma combinada e pragmática, desmentindo a excludência entre ambas. Há que se destacar que o postuldo Spykmaniano de “Equilíbrio de Poder” é essencial para incremento da estabilidade entre os Estados, dada a instabilidade que permeia um SI em reordenamento. As ações estratégicas da China, demonstram que a Geopolítica e a Oceanopolítica não são concorrentes, mas campos complementares se adequadamente empregados pelo Estado.

A área de interesse prioritário da RFB é o EEB, tido o Atlântico Sul como essencial pelos mais renomados geopolíticos brasileiros e que passa por novo impulso de relevância geopolítica em função da viabilidade de exploração econômica dos Oceanos – e do subsolo marinho – da proximidade de vencimento do Tratado da Antártica e da integração dos Oceanos aos espaços sociais. Razões pelas quais, a RFB precisa ocupar sua ZEE, estabelecendo políticas de Estado para cooperação e interação com os demais membros da ZOPACAS, incluindo o estabelecimento de uma estrutura permanente e um protocolo de cimeiras regulares. Na Oceanopolítica, a COAA tem relevância político-estratégica para o Brasil, pois a manutenção de um ambiente de paz e cooperação atende aos interesses nacionais, por isso há inquietação com o aumento da presença de Potências extrarregionais, com potencial de gerar instabilidade e afetar a segurança regional, no escopo das disputas por áreas marítimas e por fontes de alimentos e de energia, sendo possível a militarização do Atlântico Sul. Nesta conjuntura cumpre estudar a ZOPACAS, criada com o intuito de promover a cooperação regional, a manutenção da paz e da segurança. O Fórum, embora não possua uma estrutura permanente, é o mais importante organismo sul-atlântico, reunindo todos os Estados da costa ocidental da África. Há que se lembrar que, por não contar com a presença da China, o Fórum dá mais liberdade de ação política para o Brasil projetar poder. Na visão de Monteiro (2022) os espaços marítimos estão sendo integrados aos espaços sociais da humanidade, face à possibilidade de ganhos econômicos, acarretando uma mudança de postura em relação ao Oceano, onde antes imperava a política de controle, passará a vigorar a política de ocupação do espaço marítimo. Dada a definição das fronteiras continentais, o espaço marítimo sul-atlântico é a porção do território brasileiro com maior probabilidade de questionamentos, tanto pelo histórico do Séc. XX, como pela constatação de que as grandes tensões atuais estão nos oceanos, como nos advertem as disputas recentes pela exploração de recursos marinhos como minerais, pesca e hidrocarbonetos. A manutenção de um ambiente de paz e cooperação em seu entorno atende aos interesses brasileiros, na medida em que contribui para a segurança e preservação de suas atividades econômicas. Por outro lado, a eventual utilização de bases na COAA pela PLAN para proteger suas LCM, bem como para assegurar suas necessidades energética e alimentar, seria uma enorme perda de influência para o Brasil, que veria a ZOPACAS ruir com a presença chinesa no Atlântico Sul, uma vez que levaria à militarização da região, face à disputa com os

EUA, o que é contrário aos interesses do Brasil.

Na análise geopolítica, é importante compreender que a presença da RPC no continente africano não busca contrapor-se ao Brasil, mas é parte de uma Grande Estratégia para ascender ao patamar de Superpotência e superar os EUA na liderança global, na visão de Liang e Xiangsui (2021), consolidando sua autocracia Política e liberdade econômica. No Ocidente, há uma dificuldade em lidar com a Política Externa da China, em razão do pouco conhecimento da tradição político-estratégica chinesa, levando os analistas a apoiarem-se em teorias, conceitos e experiências derivadas da Europa para explicar a Ásia, conduzindo a uma aparente incompreensão da Grande Estratégia sínica. O interesse na África deve ser entendido como resultante do seu reposicionamento político-estratégico, buscando um papel de protagonista nos organismos internacionais e liderança no BRICS e na FOCAC, na mesma medida que almeja manter a segurança energética e alimentar, consolidar mercados consumidores e obter insumos para a indústria, com fulcro em intensificar o uso do Yuan mundialmente e manter seu acelerado desenvolvimento. Em conformidade com os ensinamentos da Oceanopolítica, busca obter portos em todos os oceanos e vigiar os pontos críticos de suas LCM e regiões do globo com reservas de insumos para sua indústria. No momento atual, a China é uma Potência Global em ascensão, que prioriza tanto sua dimensão interna quanto a internacional. Sua geopolítica objetiva primariamente uma ordem internacional pacífica, *i.e.*, uma ascensão sem um confronto fatal com o *hegemon* e a concretização do *Chinese dream*. O discurso da China (2019), assegura crer “firmemente que a hegemonia e a expansão estão condenadas ao fracasso e que a segurança e a prosperidade devem ser compartilhadas”, ratifica a tese que a RPC não quer expandir seu território, quer controlar a exploração e o escoamento de recursos estratégicos, com a política *Go Global*, entendendo como irreversível o *decoupling* entre sua economia e a dos EUA, ora em curso.

A principal iniciativa geopolítica Chinesa é a BRI “projetada para estabelecer harmonia entre tudo o que está sob o céu”, segundo Jinping (2017). É uma iniciativa econômica instrumentalizada pela Expressão Política, com o propósito de projetar seu *soft power*, vista como a pedra angular do sonho chinês de moldar o Séc. XXI e alçar a RPC ao *status* de Superpotência, até seu centenário. Através da “*Silk and Road Economic Belt*” e da “*21st Maritime Silk Road*” a RPC poderá assumir o posto de maior

credor da África Austral e obter apoio político nos fóruns internacionais por intermédio da “Diplomacia da Dívida”. A iniciativa acirrará a disputa pelos mercados africanos, impactando negativamente a influência brasileira sobre os países da COAA.

Ao lado da BRI, o FOCAC é outro pilar da projeção chinesa na África, apresentando uma alternativa ao modelo ocidental, que, combinado com os investimentos da China e com o Consenso de Beijing, assegurando a não intervenção em assuntos internos dos Estados africanos. A parceria ofertada pela RPC tem sido enxergada na África como um caminho a ser seguido rumo ao desenvolvimento. A parceria estratégica tem resultado em maior alinhamento político da COAA com Beijing, logrando ganhos políticos internacionais, instrumentalizado pela Diplomacia da Dívida, na perseguição de seus interesses nacionais, em coerência com a afirmação de Góes e Visentini (2019), que o espaço vital de nosso tempo é a conquista de mercados e mentes.

Na visão de Chengqiu (2020) é patente a existência de um antagonismo incontestável entre Estados Unidos e China no campo econômico, a partir desta assertiva, foi erigida a reação dos EUA e da UE à projeção chinesa na África, essencialmente pautada na crítica à ocupação do vácuo geopolítico por eles deixado e no lançamento da iniciativa B3W. Os EUA elaboraram uma “nova estratégia” para a África, que buscará “expandir os laços econômicos e de segurança com base no respeito mútuo”, mas que, em verdade, é uma estratégia de contenção da China. EUA e UE tem unido esforços para fortalecimento das cadeias, havendo doravante dois grandes requisitos para investimento internacional por parte deles: a exigência logística do *nearshore*, ou seja, as cadeias de produção devem estar localizadas em países próximos; e a exigência geopolítica do *friendshore*, isto é, as cadeias devem estar instaladas em países confiáveis. No entender de Guedes (2022), o Brasil deve se beneficiar com o *reshore*, pois satisfaz os requisitos de *nearshore* e *friendshore*, uma vez que “está perto e é confiável”, enquanto, na visão de França (2022), o Brasil trabalha para que as cadeias transnacionais de produção sejam mais inclusivas e abrangentes, se consolidando como protagonista na segurança alimentar, na transição energética e no desenvolvimento sustentável, em busca do desenvolvimento nacional e da autonomia no SI.

É consenso que a África ocidental, em particular a COAA, possui importância geopolítica para o Estado brasileiro, na busca por seus interesses nacionais, como a prosperidade econômica e a manutenção de um ambiente de paz e cooperação, em prol do desenvolvimento nacional (BARBOSA JUNIOR, 2022). A PEB tem a África como prioridade e expressa o interesse de maior autonomia, em que a diversificação de parceiros passa a ser fundamental para promoção do desenvolvimento econômico nacional. O relacionamento com a África tem um viés cooperativo, apoiado na percepção de uma liderança contra-hegemônica e na reputação de cooperação no SI, por parte do Brasil, dada sua identidade internacional, forjada pela combinação entre a preservação de sua autonomia e a postura conciliatória na resolução de conflitos, sem renunciar ao fomento ao desenvolvimento nacional, um tema atual desde sempre. Além disso, o Brasil possui alguns requisitos que lhe garantem papel de destaque, como a extensão do território, do litoral e das águas interiores e a dimensão da população, do PIB e das FA. Para o Brasil que é a Potência Sul-atlântica e aspira – e tem potencial para – ser uma Grande Potência, esse verdadeiro tabuleiro geopolítico no EEB, aduz oportunidades que não devem ser vilipendiadas e ameaças singulares que não podem ser ignoradas. Destarte, na Oceanopolítica nacional, para que o Brasil tenha capacidade de se contrapor à projeção chinesa na COAA, quatro ações são prioritárias. Inicialmente, formular uma política pública para a África ocidental, integrando todos os setores envolvidos, similarmente às iniciativas chinesas. Utilizar a ZOPACAS para instrumentalizar sua Oceanopolítica, tendo como estratégias motrizes sua institucionalização, com o estabelecimento de um Secretariado permanente e a realização de cimeiras regulares. A terceira ação diz respeito à consolidação dos sistemas de monitoramento dos diversos países litorais ao Atlântico Sul, liderada pelo Brasil, bem como a celebração de acordos bilaterais de cooperação naval com os Estados da COAA. Por fim, incrementar a parceria estratégica com a África do Sul, dado seu peso geopolítico e econômico, além de sua posição estratégica, como forma de ambos lograrem maior peso dentro do BRICS.

O desengajamento dos EUA da África, propicia espaço para o Brasil afirmar sua liderança, no entender de Bond (2021), portando-se como líder sul-atlântico, conciliando os interesses extrarregionais com as necessidades regionais e explorando sua capacidade diplomática de bem relacionar-se com todos os *players* relevantes. A reversão da globalização em curso permitirá ao Brasil tanto receber investimentos de

EUA e UE, por atender aos requisitos logísticos e geopolíticos impostos, como poderá valer-se de parceiros do BRICS como China e Índia e desenvolver-se por intermédio de *joint ventures*, no contexto da cooperação sul-sul. Neste cenário, o Estado brasileiro deve realinhar sua Política Externa de forma assertiva e formular uma “Grande Estratégia nacional” que abarque o EEB, caso contrário o Brasil verá seu protagonismo minguar e sua liderança regional esvair-se.

A presença chinesa na COAA tem impactado negativamente os interesses do Brasil, apesar de haver uma certa complementaridade econômica nas relações sino-brasileiras nas áreas de recursos naturais e produção de alimentos, nas quais o Brasil atende à demanda chinesa, embora essas disputas econômicas não estejam em um nível conflituoso, a tendência é que se acirrem com o incremento da projeção chinesa e o do fluxo comercial com a África. Além da projeção chinesa, a iminente competição entre os EUA e a RPC em sua fronteira marítima, também contesta a liderança brasileira— este cenário provável carece de um aprofundamento na pesquisa, a ser realizado em um próximo trabalho. O Itamaraty tem trabalhado para fomentar a cooperação sino-afro-brasílica, utilizando o BRICS como canal de cooperação no continente africano. O Brasil precisa consolidar sua presença na África, com visão estratégica, priorizando a SADC e aproveitando o dinamismo crescente da região, na busca por desenvolvimento, e por um papel mais ativo na ordem internacional.

Por sua vez, os interesses convergentes de Brasil e China, na COAA devem ser entendidas como parte da busca da realização de seus interesses nacionais, notadamente de ascensão no SI, cooperando quando houver interesse mútuo e procurando acumular poder. Nessa direção, Brasil e China, desde 2015, assentam uma Parceria Estratégica Global baseada em dois Eixos: um Plurilateral, com vocação política e outro bilateral, nas áreas de comércio, indústria, finanças e na de ciência, tecnologia e inovação. No entendimento do MRE (2018) há “grande potencial de cooperação nas áreas de energia e mineração”, repisando que a cooperação no setor do agronegócio é um dos pilares da relação bilateral.

Na geopolítica africana do Séc. XXI, o Consenso de Washington, perde força, abrindo espaço para novas lógicas de cooperação, a partir de seus blocos econômicos. Nessa geopolítica o Poder já não reside apenas nas Potências Ocidentais. No cenário que se desvela, a COAA, ganha papel de destaque na agenda

geopolítica da RPC, em sua busca pelo *Chinese dream*. A África agora desempenha um papel importante na disputa global entre RPC e EUA pelo reordenamento internacional, possuindo maior liberdade de manobra em razão de novas parcerias, asseguradas pelo NBD e não mais pelas instituições “bretton woodianas”. A Geopolítica africana para o Brasil tem como elemento basilar a atuação conjunta em fóruns políticos multilaterais, ladeada por interesses comerciais, repisando que a intensificação de comércio não é um movimento geopolítico, somente a busca por uma troca vantajosa, na perspectiva africana. O acercamento com a RFB é uma postura afirmativa, politicamente orientada por dois fatores: Defesa e Diplomacia. Esta buscou intensificar a cooperação afro-brasílica por meio de intercâmbio comercial e cultural, com destaque para a CPLP. Aquela retomou as discussões em torno da ZOPACAS e a proposta de uma ampla cooperação e integração com os países do EEB.

Comparando os relacionamentos sino-africano, afro-brasílico e sino-brasileiro mormente na Expressão Política do Poder Nacional, sob o escrutínio das lentes das principais Correntes das RI, pode-se afirmar que a PEB é convergente com os cinco princípios da coexistência pacífica, norteadores da Política Externa da China. Porém observa-se que a RPC, diferentemente do Brasil, não avalia os Estados por conta de suas políticas internas, aclarando que a “não interferência em assuntos internos”, para o Brasil significa a não intromissão, ainda que avaliando a aderência do comportamento estatal aos valores nacionais, enquanto para a China, significa um completo descolamento do relacionamento político-estratégico chinês com as práticas adotadas pelo parceiro, no campo doméstico. Ademais, aduz-se que a política da RPC para a África é coordenada e engloba diversos setores governamentais, empresas e bancos estatais, facilitando a adoção de uma postura pragmática e eficaz na busca dos seus interesses, diferentemente da política brasileira para o continente, que tem sido bastante inconstante. Um ponto forte da cooperação sino-africana é a capacidade de transformar o discurso em ação. Na verdade, as práticas chinesas deste século são muito similares às atitudes brasileiras de uma década atrás. Por sua vez, as políticas da RPC e da RFB são coincidentes, quanto à adoção da cooperação Sul-Sul com a África, sob o princípio de estreitamento dos laços com o continente.

Na visão politico-estratégica brasileira, é interessante implementar estruturas de cooperação multilateral, que incluam parceiros fora do continente. Essa

modalidade reduz custos, amplia meios e pode oferecer soluções mais próximas da realidade dos nossos parceiros africanos, conforme nos diz França (2021b). Destarte, a cooperação trilateral entre África, Brasil e China é uma oportunidade para os participantes. Todavia, hoje, a China também vem competindo com o Brasil nos setores de mineração, infraestrutura e energia, além das exportações de manufaturados de baixo valor agregado, acarretando a diminuição de mercado consumidor para os produtos brasileiros, ao mesmo tempo em que exerce forte pressão, dada a grande demanda por matérias-primas e produtos agrícolas, compelindo o Brasil para o setor do agronegócio, o que contribui para a desindustrialização e “reprimarização” das exportações. Para Hakan (2021), a RPC tem afetado negativamente a economia dos países da COAA, nos projetos de desenvolvimento, infraestrutura e comércio, assim como na subsistência com o problema crescente da pesca ilegal no Atlântico Sul.

A resultante das inter-relações político-estratégicas é a perda de espaço pelo Brasil no continente africano para potências exógenas como a China, que passam a competir em setores em que o Brasil se destacava, como infraestrutura e serviços, com impactos na projeção do PN brasileiro no EEB, ameaçando a autonomia e liderança do Brasil e seu status de Potência Sul-atlântica. Da análise inicial dos dados minerados, conclui-se que o Brasil não tem PN para impedir a projeção chinesa na COAA. Para mitigar essa ameaça, é importante que o Brasil se apresente como líder sul-atlântico capaz de conciliar interesses extrarregionais com necessidades e aspirações intrarregionais, interferindo no SI para fazer valer seus interesses nacionais, todavia sem uma confrontação direta com quaisquer *global players*.

É um imperativo refletir sobre os desdobramentos da pandemia de coronavírus – que expôs a “sinodependência” do ocidente – e do conflito na Ucrânia, dada sua capacidade de reordenar o SI. Os efeitos do choque adverso de oferta a partir da pandemia, combinados com as sanções à Rússia e as suas respostas às sanções, em razão do conflito com a Ucrânia, geraram choques estruturais que estão impondo a reorganização das cadeias produtivas globais – o *reshore* – por intermédio do *nearshore* e do *friendshore*, o que seria um risco para o Desenvolvimento Pacífico chinês, podendo ser o lócus de uma IIGF, sendo, em contrapartida, uma oportunidade geopolítica de demonstrar sua capacidade de liderança e propor alternativas à Ordem Mundial com a reanálise da globalização, do multilateralismo, do regime internacional de comércio – com uma guinada em direção à multipolaridade, via BRICS, o qual,

segundo a China (2020a), reconhece que os atuais desafios internacionais são interconectados, sendo fundamental o fomento da cooperação entre os Estados e destaca a urgência de restaurar o crescimento econômico e o comércio internacional, fortalecendo a estabilidade e a resiliência dos mercados. No entender de Guedes (2022), a transição da Ordem Mundial é o momento oportuno para o Brasil aproveitar as oportunidades, como a aceleração da transição da matriz energética e a necessidade de segurança alimentar.

Da análise conduzida, conclui-se que o mundo vive um processo de desglobalização. O Brasil deve adotar uma postura pragmática e jamais de alinhamento automático nessa reorganização de Forças, entendendo o EEB conformado por três áreas integradas, com posturas político-estratégicas diferentes. Uma postura para a América do Sul, outra para o Atlântico Sul e uma terceira para a costa africana, estando as duas últimas umbilicalmente ligadas a esta obra. A postura dissuasória brasileira deve pautar-se em uma abordagem persuasiva, obtida pela existência de um ambiente cooperativo, mediante o desenvolvimento de um ambiente de confiança mútua sul-atlântica, por meio da celebração de acordos de cooperação, do fortalecimento do comércio e da adoção de medidas de construção de confiança, sendo a Oceanopolítica o instrumento, a ZOPACAS é a ferramenta para pô-la em prática, uma vez que já nasceu de um imperativo geopolítico – afastar o Atlântico Sul do avanço de potências extrarregionais.

Na atual conjuntura, a Segurança Nacional sobrepõe-se ao fator econômico nas cadeias de produção críticas e nos núcleos estratégicos e apresenta um desafio inédito em escala e intensidade para a Ordem Mundial globalizada, no concernente à solidez da interdependência internacional. Espera-se uma forte disputa entre uni e multipolaridade, com crescimento de medidas protecionistas e priorização da segurança estatal. O conflito na Ucrânia acelerou um conjunto de tendências, como os Estados priorizando seus interesses político-estratégicos, a negação que interdependência econômica gera paz e a transição energética, a qual pode converter-se em fator de instabilidade no médio prazo, em razão da busca pelo controle das novas fontes energéticas pelas Grandes Potências.

O cenário inédito que se descortina, oferecerá oportunidades para o Brasil explorar a competição sino-americana e sedimentar-se como líder regional, com a

aquiescência dos dois *global players*, como alternativa ao possível estabelecimento da primazia pela outra parte. É possível que os EUA estimulem a projeção brasileira na África Ocidental, como forma de frustrar o avanço chinês no continente e dificultar seu acesso ao Atlântico Sul. Por sua vez, a RPC tenderia a reforçar geopoliticamente o Brasil na América do Sul, estimulando a consolidação de sua liderança, como forma de confrontar os EUA em seu *lebensraum*, desgastando-os. Insolitamente, a triangulação Beijing-Brasília-Washington pode trazer vantagens, mediante a percepção pelos EUA que a China poderá se tornar uma alternativa para os países sul-atlânticos à interdependência assimétrica consigo. Infere-se que o cenário mais plausível é a cooperação com a China, uma vez que é pouco provável que os EUA reforcem geopoliticamente o Brasil, em razão do risco identificado no fortalecimento de uma Potência Média com aspirações globais em seu espaço vital, com capacidade de se mover autonomamente e liberar estados em posições contrárias aos interesses estadunidenses.

O momento de transição internacional que vivemos nos brinda com uma oportunidade que não pode ser perdida pelo Brasil, demandando uma PEB pragmática e autônoma voltada para o desenvolvimento nacional e a segurança regional. Estamos, mais uma vez, diante de uma grande oportunidade, porém desperdiçá-la, como em outras oportunidades, traz consigo a ameaça de o Brasil tornar-se irrelevante para a Ordem Mundial, no curto prazo.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana; SOUZA NETO, Danilo. O Atlântico Sul e a cooperação em defesa entre o Brasil e a África. *In*: NASSER, Reginaldo; MORAES, Rodrigo (org.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.
- ACHARYA, A. From Heaven to Earth: ‘Cultural Idealism’ and ‘Moral Realism’ as Chinese Contributions to Global International Relations. **The Chinese Journal of International Politics**, Volume 12, Issue 4, Winter 2019, 467–494pp. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjip/poz014>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- ALBERT, Eleanor (org.). China in Africa. **Council on Foreign Relations**, New York, 2017. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/china-africa>. Acesso em: 10 maio 2022.
- ARAÚJO, Ernesto. **A Nova Política Externa Brasileira** “lecture”. Luanda: Ministério das Relações Exteriores de Angola, 2019a.
- ARAÚJO, Ernesto. **Discurso na celebração do Dia da África**, Brasília: [S.n.], 2019b.
- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- BARACUHY, Braz (org.). **Os Fundamentos da geopolítica clássica**: Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília, DF: FUNAG, 2021. *E-book*. ISBN 9786587083889.
- BARBOSA JUNIOR, Ilques. **Oceanopolítica do Brasil no século XXI**: desafios e perspectivas “lecture”. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2022.
- BARBOSA JUNIOR, Ilques; MORE, Rodrigo Fernandes (org.) **Amazônia Azul**: política, estratégia e direito para o Oceano do Brasil. Rio de Janeiro: FEMAR, 2012.
- BIJIAN, Zheng. China’s ‘Peaceful Rise’ to Great-Power Status. **Foreign Affairs**, v. 84, n. 5, set./out. 2005.
- BINGGUO, Dai. **Persisting with Taking the Path of Peaceful Development**. Beijing: [S. n.], 2012. Disponível em: <http://china.usc.edu/dai-bingguo-“adhere-path-peaceful-development”-dec-6-2012>. Acesso em: 10 maio 2022.
- BOLSONARO, Jair. **Discurso do Presidente da República na abertura do Debate Geral da LXXV Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas**, New York: [S.n.], 2020.
- BORGESE, Elizabeth. **Oceanic circle**: governing the seas as a global resource. Washington: Brookings Institution Press, 1998. 240 p. ISBN 9280810286.
- BOND, Patrick. China’s role in amplifying Southern Africa’s extreme uneven development. **CADTM**, [S. l.], 30 ago. 2021. Disponível em:

<https://www.cadtm.org/China-s-role-in-amplifying-Southern-Africa-s-extreme-uneven-development>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. Comando da Marinha. **Plano Estratégico da Marinha**. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2020. 88 p. ISBN 9786499146800.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 mar. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm. Acesso em: 29 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa. Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 7 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**: MD35-G-01. Brasília, DF: MD, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **IBAS**: Índia, Brasil e África do Sul. Brasília, DF: MD, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/ibas-india-brasil-e-africa-do-sul>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: MD, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 7 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**. Brasília, DF: MD, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Dois destinos, um só objetivo**. Brasília, DF: MRE, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-artigos/artigo-dois-destinos-um-so-objetivo-o-estado-de-s-paulo-23-07-2018>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Second chance**: three presidents and the crisis of American superpower. New York: Basic Books, 2008. 240p. ISBN 9780786721863.

BURGES, Sean. **Brazil in the world**: the international relations of a South American Giant. Manchester: Manchester University Press, 2017. ISBN 9781526108050. *E-book*.

BUZAN, B.; JONES, C.; LITTLE, R. **The logic of anarchy**: neorealism to structural Realism. Nova York: Columbia University Press, 1993. 267 p. ISBN 9780231080415

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security**: a new framework for analysis. 1 ed. London: Lynne Rienner Publishers, 1998. 239 p.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and powers**: the structure of international security. New York: Cambridge University Press, 2003. 560 p.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

CASTRO, Therezinha de. **África**: geohistória, geopolítica e relações Internacionais. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. 204p.

CASTRO, Therezinha de. O Brasil e a Nova Ordem Mundial: enfoque geopolítico (Integração de Grupos Regionais e Sub-regionais na América do Sul – sua Projeção para o século XXI). **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, ano 12, n. 35, p. 26-31, 1997. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/637/945>. Acesso: em 3 jul. 2022.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília, DF: UnB, 2014. *E- book*. ISBN 9788523012878.

CHENGQIU, W. Ideational Differences, Perception Gaps, and the Emerging Sino–US Rivalry. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 13, n. 1, p. 27-68, Spring 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjip/poz020>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CHINA. Ministry of Foreign Affairs. **Dakar Declaration of the Eighth Ministerial Conference of the Forum on China-Africa Cooperation**. Beijing, 2021. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/202112/t20211203_10461779.htm. Acesso em: 23 maio 2022.

CHINA. Ministry of Foreign Affairs. **Meeting of the BRICS Ministers of Foreign Affairs / International Relations**. Beijing, 2020a. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/202009/t20200907_679635.html. Acesso em: 23 maio 2022.

CHINA. Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. **Mensagem da Secretária-Geral**. Macau: Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, 2020b. Disponível em: <https://www.forumchinapl.org.mo/?lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2022.

CHINA. State Council. **The Socialist Legal System with Chinese Characteristics**. Beijing, 2011. Disponível em: http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7137666.htm. Acesso em: 26 fev. 2022.

CHINA. State Council. **Information Office of the People's Republic of China**. Project Made in China 2025. Beijing: State Council of the People's Republic of China, 2015.

CHINA. State Council. **Information Office of the People's Republic of China**. China's National Defense in the New Era. Beijing: State Council of the People's Republic of China, 2019.

CHINA. State Council. **China and Africa in the New Era: A Partnership of Equals**. Beijing, 2021b. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/202111/t20211126_10453904.htm. Acesso em: 23 maio 2022.

CLINE, Ray. **World Power Assessment: a calculus of strategic drift**. Washington: Georgetown University, 1977. ISBN 978-0892060009.

COHEN, Saul B. **Geopolitics: the geography of international relations**. 3. ed. Lanham: Rowman and Littlefield, 2015. 491 p.

DANESE, Sérgio; ARRUDA, Bruno. Algo acontece do outro lado do Atlântico. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 16 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/diplomatas/artigos/algo-acontece-do-outro-lado-do-atlantico-valor-economico-16-03-21>. Acesso em: 31 mar. 2022.

DAWOOD, Layla. **Oceanopolítica do Brasil no século XXI: desafios e perspectivas "lecture"**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2022.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2022. 164 p.

ETZIONI, Amitai. Is China a new colonial power?. **The Diplomat**, 09 Nov. 2020. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/11/is-china-a-new-colonial-power/>. Acesso em: 25 maio 2022.

FERREIRA, Aloysio. Brasil e África, parceria natural. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 out. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/artigos-mre/brasil-e-africa-parceria-natural-folha-de-s-paulo-11-10-2017>. Acesso em: 4 fev. 2022.

FLINT, Colin. **Introduction to geopolitics**. 3 ed. New York: Routledge, 2017. 448 p.

FRANÇA, Carlos. **Discurso no II Ciclo de Conferências sobre Política Externa**, Brasília: [S. n.], 2021a.

FRANÇA, Carlos. **Remarks by at the 2nd working session of the G20 Meeting of Ministers of Foreign Affairs and Development: Sustainable Development of the African Continent**, Matera [S. n.], 2021b.

FRANÇA, Carlos. O Brasil e as cadeias globais de suprimento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 ago. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de->

conteudo/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/artigos/o-brasil-e-as-cadeias-globais-de-suprimento-o-globo-21-8-2022. Acesso em: 23 ago. 2022.

GARCIA, Eugênio V. **Trajatória Internacional do Brasil**: artigos selecionados. Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2018. 659 p. ISBN 9788576317685

GÓES, Guilherme Sandoval; VISENTINI, Paulo Fagundes. Escola Superior de Guerra: 70 anos pensando segurança, desenvolvimento e geopolítica. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 70, p. 13-38, 2019.

GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica mundial e America's national strategy: diálogos epistemológicos indissociáveis. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 24, n.3, set./out. 2018. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/762/pdf>. Acesso em 3 jun. 2022.

GOMES JUNIOR, Jairo Geraldo. **Interferências extrarregionais na ZOPACAS**: uma abordagem para a África do Sul. Orientador: Danilo Marcondes de Souza Neto. 2021. 124 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2020.

GUEDES, Paulo Roberto Nunes. **Discurso no Congresso Mercado Global de Carbono**, Rio de Janeiro: [S. n.], 2022.

HAKAN, Mahmood. X-raying China's debt trap model for South Africa. **Punch Newspaper**, Abuja, 2 jul. 2021. Disponível em: <https://punchng.com/x-raying-chinas-debt-trap-model-for-south-africa/>. Acesso em: 17 set 2021.

HONGMING, Zhang. China's Strategic Need for Africa in a Time of Great Change. **China Global South Project**, Beijing, p. 11-18, 28 jul. 2021. Disponível em: <https://chinaglobalsouth.com/2021/07/28/zhang-hongming-chinas-strategic-need-for-africa-in-a-time-of-great-change/>. Acesso em: 9 mar. 2022.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1999. 456 p.

JINPING, Xi. **Speech at Beijing 7th Summit of the Forum on China-Africa Cooperation**. Beijing: [S. n.], 2018.

JINPING, Xi. **Speech at opening of Belt and Road forum**. Beijing: [S. n.], 2017. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/ce/surabaya/eng/jrzg_2/t1470180.htm. Acesso em: 10 maio 2022.

JINPING, Xi. **Speech at the ceremony in celebration the 70th Anniversary of The Founding of the People's Republic of China**, Beijing: [S. n.], 2019. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201909/t20190930_678781.html. Acesso em: 10 maio 2022.

JINTAO, Hu. **Build Towards a Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity**, New York: [S. n.], 2005. Disponível em: <https://www.un.org/webcast/summit2005/statements15/china050915eng.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

JINTAO, Hu. **Speech at the Meeting Marking the 30th Anniversary of Reform and Opening Up**, Beijing: [S. n.], 2009. Disponível em: http://www.bjreview.com/Key_Document_Translation/2009-04/27/content_194200.htm. Acesso em: 10 maio 2022.

JONES, Carla D., NDOFOR, Herman A. e LI, Mengge. Chinese Economic Engagement in Africa: Implications for U.S. Policy. **Foreign Policy Research Institute**, Philadelphia, 24 Jan. 2022. Disponível em: <https://www.fpri.org/article/2022/01/chinese-economic-engagement-in-africa/>. Acesso em: 1 abr. 2022.

KEOHANE, Robert. Lilliputians'Dilemmas: small states in International Relations. **International Organizations**, [Cambridge], v. 23, n. 2, p. 291-310, 1969.

KHANNA, Parag. **O segundo mundo**: impérios e influência na nova ordem global. São Paulo: Intrínseca, 2008. 559 p. ISBN 9788598078380.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 576 p. ISBN 9788539004249.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LARMER, Brook. **Is China the World's New Colonial Power?** **Sunday Magazine**, 7 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/05/02/magazine/is-china-the-worlds-new-colonial-power.html>. Acesso em: 7 mar 2022.

LARSON, D.W. Can China Change the International System? The role of moral leadership. **The Chinese Journal of International Politics**, Feb. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjip/poaa002>. Acesso em: 20 mar. 2022.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. **Unrestricted Warfare**: China's master plan to destroy America. 2. ed. Brattleboro: Echo Point Books & Media, 2017. 212 p. ISBN 1626543062.

MACKINDER, H.J. O Pivô Geográfico da História. **GEOUSP**: Espaço e Tempo, v. 15, n. 1, p. 88-100, dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74189>. Acesso em: 12 maio 2022.

MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of Sea upon History 1660-1783**. Boston: Red Books limited, ed. 21, 2011, 814 p. ISBN 9781446548783

MAWAKDIYE, Alberto. Parcerias e jeitinho em terras africanas. **Revista Problemas Brasileiros**, São Paulo, n. 387, maio/jun. 2008.

MENEZES, Gustavo Rocha de. **As novas relações sino-africanas**: desenvolvimento e implicações para o Brasil. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

MEREDITH, Martin. **O destino da África**: cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, pp. 393-668. ISBN 9788537816813.

MESQUITA, R. A identidade internacional do Brasil: uma síntese da literatura. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 5 - 31, 30 dez. 2016. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/496/325>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MINGFU, Liu. **The China Dream: great power thinking and strategic posture in the Post-American era**. Beijing: CN Times Books In, 2015. *E-book*.

MITCHELL, Martin D. *Using the principles of Halford J. Mackinder and Nicholas John Spykman to reevaluate a twenty-first-century geopolitical framework for the United States*. **Comparative Strategy**, London, v. 39, p. 407-424, 2020.

MONTEIRO, Alvaro A. Dias. **Oceanopolítica do Atlântico Sul: uma visão brasileira "lecture"**. Rio de Janeiro, Clube Naval, 2022.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: A luta pelo poder e pela paz**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2003. *E-book*. ISBN 9788570601483.

PAIRAULT, Thierry. China's Presence in Africa Is at Heart Political. **The Diplomat**, [S. l.], p. 1-7, 11 ago. 2021. Disponível em: <https://thediplomat.com/2021/08/chinas-presence-in-africa-is-at-heart-political/>. Acesso em: 9 mar. 2022.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; DO CARMO, Corival Alves. **O Brasil e a América do Sul: relações regionais e globais**. 1 ed. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2015. 279 p.

PISANI, André du. **Namibia and China: profile and appraisal of a relationship**. Windhoek: Macmillan Education, 2014.

QINGMIN, Zhang. Complex asymmetry: a comparative perspective on China's relations with Africa and Latin America, Brasília, **Revista Tempo do Mundo**, [Brasília, DF], v. 2, n. 2, p. 95-115, jul. 2016.

SANMARTIN, Vivian Loss; ASSUMPÇÃO, Alexandre Neves. **Entrevista sobre o Impacto da presença chinesa na Namíbia para a projeção do Brasil no Atlântico Sul**. Walvis Bay, 2022. Entrevista concedida a Vannei de Almeida Silva Junior, não publicada.

SANUSI, Lambido. África é o novo campo de disputa entre Rússia e China por influência comercial e política. **BBC News Brasil**, 25 ago. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45257031>. Acesso em: 7 mar. 2022.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica e poder**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; THÉRY, Hervé. Geografia política e geopolítica brasileira no Século XXI. **L'Espace Politique**, [Reims], v. 31, n. 1, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacepolitique/4116>. Acesso em: 19 fev. 2022.

SOARES, João Marcelo; GOMES JÚNIOR, Jairo Geraldo. **Entrevista sobre o Impacto da presença chinesa na África do Sul para a projeção do Brasil no Atlântico Sul**. Cape Town, 2022. Entrevista concedida a Vannei de Almeida Silva Junior, não publicada.

TINGYANG, Z. A Neglected Project for Tianxia System. *In: International Conference on 'Global IR and non-Western IR Theory'*, 2018, Beijing, China: Foreign Affairs University, 2018.

UNIÃO AFRICANA. **African Union in a nutshell**. [S. l.]. Addis Ababa, 2022. Disponível em: <https://au.int/en/au-nutshell>. Acesso em: 10 fev. 2022.

UNITED STATES. Department of Defense. **Military and security developments involving the People's Republic of China**: annual report to Congress, 2021a. Disponível em: <https://media.defense.gov/2021/Nov/03/2002885874/-1/-1/0/2021-cmpr-final.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2022.

UNITED STATES. White House. **A new Africa strategy**: expanding economic and security ties on the basis of mutual respect. Washington, DC: White House, 2018. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-national-security-advisor-ambassador-john-r-bolton-trump-administrations-new-africa-strategy/>. Acesso em: 21 fev. 2021.

UNITED STATES. White House. **President Biden and G7 leaders launch build back better world (B3W) partnership**. Washington, DC: White House, 2021b. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/06/12/fact-sheet-president-biden-and-g7-leaders-launch-build-back-better-world-b3w-partnership/>. Acesso em: 1 jun. 2022.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

XUETONG, Y. **Inertia of history: China and the world by 2023**. [Cambridge]: Cambridge Scholars Publisher, 2018. 240 p.

XUETONG, Y. **Leadership and the rise of great powers**. New Jersey: Princeton University Press, 2019. 280 p. The Princeton-China Series.

YAQING, Q. The Possibilities and Necessity of the Chinese School of International Relations Theory. **Shijie Jingji yu Zhengzhi**, n. 3, 2006.

ZHAO, W. Is a new cold war inevitable? Chinese perspectives on US-China Strategic Competition. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 112, n. 3, p. 371-394, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjip/poz010>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GLOSSÁRIO

ÁGUAS JURISDICIONAIS – Compreendem as águas interiores e os espaços marítimos nos quais os Estados exercem jurisdição sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não vivos, para fins de controle e fiscalização, dentro dos limites da legislação internacional e nacional. Esses espaços marítimos compreendem a massa líquida compreendida na faixa de duzentas milhas marítimas contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do Mar Territorial (MT), bem como as zonas de segurança em torno de ilhas artificiais, instalações ou estruturas nas águas sobrejacentes à PC, que devem ser estabelecidas de forma justificada quando situados além do limite das 200 milhas náuticas desta. Disponível em: <https://www.direitodomar.org/ajb>. Acesso em 17 mar. 2020.

ALTO MAR – Espaço marítimo caracterizado por compreender todas as partes do mar não incluídas nas zonas econômicas exclusivas, nos mares territoriais e nas águas interiores ou nas arquipelágicas dos Estados, onde está garantida a liberdade de navegação, de sobrevoo, de colocação de cabos e dutos submarinos, de construção de ilhas artificiais, de pesca e de investigação científica, sendo inaceitável, por parte de algum Estado, qualquer pretensão à sua soberania (BRASIL, 2015, p. 26).

AMAZÔNIA AZUL[®] – Termo que denomina a área oceânica no Atlântico Sul, situada ao longo da costa brasileira, que compreende o MT, a ZEE e a extensão da PC brasileiros, até a distância de 350 milhas marítimas (Fig. 1, p. 128). Engloba a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira. Deve ser interpretada sob quatro vertentes: econômica, científica, ambiental e de soberania. (BRASIL, 2020a, p.75). Em 2011, foi registrada no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, com certificado de marca pertencente à MB.

ARMADILHA DE TUCÍDIDES – Conceito popularizado pelo cientista político Graham Allison, descreve a aparente inexorabilidade da guerra quando uma potência emergente ameaça substituir uma grande potência, já consolidada como hegemônica, no SI.

ATLÂNTICO SUL – Região delimitada geoestrategicamente ao Norte pelo paralelo 16°N; ao Sul pelo Continente Antártico; a Leste pelo litoral africano e a Oeste pela América do Sul. (BRASIL, 2020a, p.75).

COSTA OCIDENTAL DA ÁFRICA AUSTRAL – Região da África banhada pelo Atlântico Sul, composta pelos seguintes Estados: África do Sul, Angola e Namíbia.

CRATOLOGIA – Ciência que estuda o Poder, em todas as suas manifestações. É um neologismo.

DEFESA NACIONAL – Conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. (BRASIL, 2020a, p.77).

DIPLOMACIA TRIANGULAR – Termo pelo qual ficou conhecida a aproximação dos EUA com a RPC para exercer pressão sobre a URSS para negociar concessões, levando ao período da Guerra Fria conhecido como deterrência ou *détente*.

ECONOMIA AZUL – Uso sustentável dos recursos do oceano para promover crescimento econômico e melhorar os meios de subsistência e de trabalho preservando a saúde do ecossistema marinho. Compreende a variedade de setores econômicos e de políticas relacionadas que determinam se o uso dos recursos oceânicos é sustentável”. “Busca promover o crescimento econômico, a inclusão social e a preservação ou melhoria dos meios de subsistência, garantindo ao mesmo tempo a sustentabilidade ambiental dos oceanos e das áreas costeiras”. “Possui diversos componentes, incluindo indústrias oceânicas tradicionais estabelecidas, como pesca, turismo e transporte marítimo, mas também atividades novas e emergentes, como energia renovável *offshore*, aquicultura, atividades extrativas no fundo do mar e biotecnologia e bioprospecção marinha.”. (Banco Mundial, 2022)

ENTORNO ESTRATÉGICO – Área de interesse prioritário para um Estado, na qual possui capacidade de ação imediata, e de influenciar política, econômica e militarmente os demais países da região.

GLOBALIZAÇÃO – Neste trabalho entender-se-á globalização como: “Integração entre os mercados produtores e consumidores de diversos países graças ao desenvolvimento e barateamento dos custos de transporte, aos importantes avanços tecnológicos dos meios de comunicação, que reduziram significativamente

o tempo e a distância (redes de computadores, satélites etc.), e ao surgimento e à ação de empresas multinacionais, integrando as economias e tornando o mundo um mercado único imenso.” Fonte: Dicionário Michaelis. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br>. Acesso em 11 mar. 2020.

IDEAL POINT – Indicador das preferências de política externa de uma nação, construído a partir dos dados de votação da AGNU. Os *Ideal Points* (Pontos Ideais) têm uma média de zero e um desvio padrão de um, com valores mais baixos indicando desvio da ordem liberal liderada pelos Estados Unidos e valores mais altos indicando conformidade com a ordem liberal. Os pontos ideais são a medida mais consistente do alinhamento de dois países em relação à preferência política. **FONTE**

LAWFARE – Uso da lei por um país contra seus inimigos, especialmente desafiando a legalidade das forças Militares ou da Política Externa (*Collins English Dictionary*, 2022)

LEBENSRAUM – O conceito de *Lebensraum* (Espaço Vital) foi formulado no século XIX, após o processo de unificação territorial alemã, no momento em que a Alemanha passava a exercer ação geopolítica na Europa, sob comando de Otto Von Bismarck. O espaço vital trata da necessidade de o Estado ter o direito de atuar sobre uma área geográfica que garanta condições de sobrevivência de uma determinada sociedade.

LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL – Documento de caráter público, por meio do qual se permitirá o acesso ao amplo contexto da Estratégia de Defesa Nacional, em perspectiva de médio e longo prazos, que viabilize o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor de defesa. (BRASIL, 1999, art. 9º)

MAR TERRITORIAL – Compreende uma faixa de 12 milhas marítimas, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular. Nos locais em que a costa apresente recorte profundos e reentrâncias ou em que exista uma franja de ilhas ao longo da costa na sua proximidade imediata, será adotado o método das linhas de base retas, ligando pontos apropriados, para o traçado da linha de base, a partir da qual será medida a extensão do mar territorial.” (Lei Nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993, Art 1º.)

MENTALIDADE MARÍTIMA – Elemento intangível que deve ser fomentado na

sociedade brasileira e fortalecido nos atores marítimos – consiste no grau de conscientização da sociedade e dos decisores governamentais sobre a importância do Poder Marítimo e de seus elementos constituintes para a vida da Nação, bem como o sentimento de pertencimento dos homens e mulheres à comunidade marítima brasileira, cuja interação sinérgica favorece a ampliação desse Poder em prol dos interesses nacionais. (BRASIL, 2020b, p.13)

OCEANOPOLÍTICA – Influência dos fatores observados nos oceanos na Política dos Estados. Envolve o Estado como elemento central para a adoção de decisões soberanas, considerando os espaços oceânicos, sobre o destino de sua população, assim como nas relações de poder com outros estados e, considerando a conjuntura política-estratégica internacionalmente, com os demais atores das relações internacionais. (BARBOSA JÚNIOR, 2012, p.219)

PLANO ESTRATÉGICO DA MARINHA – Documento de alto nível da MB que em atendimento à Política Naval, “visa o planejamento de médio e longo prazos da Marinha, pela via do alcance de Objetivos Navais previamente definidos, orientados pela Visão de Futuro da MB A partir da análise desses Objetivos, foram elaboradas as Ações Estratégicas Navais que contribuirão para o alcance dos citados objetivos, as quais constam do capítulo seguinte. O PEM é elaborado pelo Estado-Maior da Armada e aprovado pelo Comandante da Marinha, com horizonte temporal de vinte anos, devendo ser sistematicamente revisto e atualizado a cada quatro anos. Para efeito de planejamento e padronização, estabeleceram-se os seguintes períodos: curto prazo, de até quatro anos (um Plano Plurianual do Governo Federal – PPA); médio prazo, de cinco a doze anos (até três PPA); e longo prazo, de treze a vinte anos (até cinco PPA).” (BRASIL, 2019, p.50)

PODER MARÍTIMO – Projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando a conquistar e manter os objetivos nacionais. (BRASIL, 2015, p.211)

PODER NACIONAL – Capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, o qual se manifesta em cinco expressões: a Política, a Militar, a Econômica, a Psicossocial e a Científico-tecnológica. (BRASIL, 2020a, p.79)

PODER NAVAL – Componente da Expressão Militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, em águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando a contribuir para a conquista e a manutenção dos objetivos identificados na PND e na Política Militar de Defesa. Compreende os meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais; as infraestruturas de apoio; e as estruturas de comando e controle, de logística e administrativa. As forças e os meios de apoio não orgânicos da MB, quando vinculados ao cumprimento da missão da Marinha e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade naval, serão considerados integrantes do Poder Naval” (BRASIL, 2020b, p. 179).

PROJEÇÃO DO PODER NACIONAL – Processo pelo qual a Nação aumenta sua influência no cenário internacional, por intermédio da manifestação produzida com o emprego de recursos de todas as Expressões de seu Poder Nacional. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2022, p.41).

REVOLUÇÃO DA INFORMAÇÃO – O termo se refere às intensas alterações econômicas, políticas, científicas e psicossociais decorrentes do aparecimento de novos, melhores e mais velozes meios de transmissão da informação.

SEGURANÇA NACIONAL – Condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, a despeito de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais. (BRASIL, 2020a, p.79).

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA AZUL® - Segundo o LBDN, o SisGAAz “foi concebido para ser um sistema de monitoramento e controle relacionado ao conceito internacional de segurança marítima e para a proteção do litoral brasileiro. Foi projetado para se tornar o principal sistema de comando e controle da MB e prevê a gestão das atividades ligadas ao mar que envolvam vigilância, monitoramento, prevenção da poluição, recursos naturais, entre outras. O Sistema visa ao incremento do conhecimento sobre o ambiente marítimo e o posicionamento, caso necessário, dos meios operativos disponíveis para responder prontamente às crises ou emergências que ocorram no litoral brasileiro.” (BRASIL, 2020a, p. 71)

SOCIALISMO HÍBRIDO – Também conhecido como Socialismo com características chinesas, mantém a propriedade pública como o esteio da economia e permite que outras formas de propriedade se desenvolvam lado a lado. Caracteriza-se pela construção e aplicação do “sistema de economia de mercado socialista”. (ZHAO ZI, 2012)

TEORIA DOS JOGOS – Ramo da matemática aplicada que estuda as tomadas de decisões estratégicas onde jogadores escolhem diferentes ações na tentativa de melhorar seu ganho. Inicialmente desenvolvida como ferramenta para compreender comportamento econômico, a teoria dos jogos hoje usada em diversos campos acadêmicos.

ZONA DE PAZ E DE COOPERAÇÃO NO ATLÂNTICO SUL – Criada em 1986 pela ONU, é o principal foro para o tratamento de temas relativos à segurança do Atlântico Sul. Trata-se de uma iniciativa que busca articular ações em benefício da paz, da estabilidade e do desenvolvimento sustentável do Atlântico Sul, por meio do fortalecimento da coordenação e da cooperação entre seus Estados-membros. Além de seu componente Geopolítico, a ZOPACAS inclui, compromissos com a conservação do meio ambiente marinho e a promoção do desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2021). Conta com 24 signatários: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, RDC, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA – Zona marítima que compreende “uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial”. Nela o Estado costeiro “tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, e no que se refere a outras atividades com vistas à exploração e ao aproveitamento da zona para fins econômicos” (BRASIL, 1993).

APÊNDICE A – ESTADOS DA COSTA OCIDENTAL DA ÁFRICA AUSTRAL

1. ÁFRICA DO SUL

A República da África do Sul é um país de 1.220.813 Km², que abriga uma população de 59,6 milhões de habitantes, com três capitais: Pretoria – executiva; Cape Town – legislativa; e Bloemfontein – judicial, embora a corte constitucional fique em Johannesburgo (Fig. 26, p. 120). Seu litoral é bioceânico, com uma extensão de pouco mais de 3.000 Km. O País é politicamente estável, seu litoral tem 3.000Km, é seguro e não há problemas de fronteira. Possui excelentes estradas e ferrovias e seis portos. A economia sul-africana tem prosperado – a balança comercial foi superavitária em 19 dos últimos 20 anos, tendo a China como principal parceiro comercial. É o país mais austral do continente e tem importância geopolítica incontestável por controlar as águas da junção do Oceano Atlântico com o Oceano Índico, ponto focal de importantes rotas marítimas e acesso ao continente Antártico. A história do país é marcada pelo regime de segregação racial adotado no século XX, o *Apartheid*, cujas origens remontam ao final da Guerra dos Bôeres, vencida pelos ingleses em 1902. O país teve sua independência do Reino Unido declarada em 1931, a partir de então, as políticas de segregação racial foram sendo estabelecidas gradativamente, gerando alguma reação no concerto das nações. (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2020).

Figura 26 - Mapa e Bandeira da África do Sul



Fonte: *Department of International Relations & Cooperation – REPUBLIC OF SOUTH AFRICA*

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (2021) Brasil e África do Sul estabeleceram relações diplomáticas em 1948, sendo que, desde 1918, o Brasil já contava com Consulado na Cidade do Cabo. A África do Sul abriu Legação no Brasil em 1948, transformada em Escritório de Representação em 1952, que foi, posteriormente, convertido em Embaixada em 1971. Ambos os países mantêm abertos os canais de diálogo em foros multilaterais e propiciam constante apoio mútuo a suas candidaturas em organismos internacionais. São membros dos grupos IBAS; BRICS; BASIC; G20^{Fin} e G20^{Com}. Possuem intensa agenda bilateral, marcada pela elevação, há dez anos, ao nível de “Parceria Estratégica” (no continente africano, apenas África do Sul e Angola possuem este nível de parceria com o Brasil). Na pauta do relacionamento estão temas de defesa e segurança, energia nuclear, investimentos, cooperação e acesso a mercados. O intercâmbio comercial, composto, maioritariamente, de bens manufaturados, foi de cerca de US\$ 1,51 bilhão em 2019, com superávit brasileiro de US\$ 380 milhões.

As principais atividades econômicas são mineração, transporte, energia, turismo e agricultura. O país detém recursos naturais em abundância, sendo a maior produtora de platina do mundo, a segunda maior de paládio e a terceira de ouro, além de extrair o maior número de diamantes do mundo, que carregam a pauta de produtos de exportação. Quanto à importação, o petróleo e seus derivados são o carro chefe do portfólio. Atualmente está buscando impulsionar seu setor de tecnologia e comunicações com a expansão dos serviços 5G, fornecidos por empresas chinesa como Huawei e ZTE, A AFS tem um PIB⁵⁰ de US\$ 420 bilhões, cerca de 20% do PIB africano, com atividade industrial nos ramos químico, de siderurgia, metalurgia, alimentício, maquinário agrícola e de transporte, além da indústria têxtil. Com estes predicados, o país credencia-se como o mais importante economicamente da SADC.

No que tange às RI, o país participa de diversos fóruns de desenvolvimento e de comércio. Em especial é membro do ZOPACAS, IBAS e BRICS. No entendimento de Carneiro de Mendonça (2017), a África do Sul tem priorizado as relações Sul-Sul na sua agenda de Relações Exteriores e que as relações com o Brasil mostram vocação para crescimento e adensamento. Com relação à economia, afirma que o país enfrenta problemas comuns aos países emergentes, com setores modernos e

⁵⁰ Fonte utilizada para o PIB, em todos os países: Banco Mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org>. Acesso em 23 jun 2022.

eficientes, tais como o sistema bancário, e indústria relevante, mas com a presença de grande parte da população incluída na economia informal. Em adição, aponta como principais gargalos ao desenvolvimento econômico sul-africano: o déficit de energia elétrica; as conturbadas relações trabalhistas; os baixos índices de crescimento de investimentos privados; a queda nos preços das *commodities*; e o baixíssimo nível de formação profissional.

2. ANGOLA

A República de Angola é um país de 1.246.700 Km², com um litoral de 1.650 Km e uma população estimada em 33 milhões de habitantes. Sua capital é Luanda (Fig. 27, p. 123). O País teve um sangrento processo de independência, cujas origens estão ligadas a uma série de divergências políticas no âmago dos grupos separatistas (Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA; União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA; e a Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA) que atuaram na guerra de independência do país. A eclosão da “Revolta dos Cravos” em Portugal, em 1974, culminando com a derrubada do ditador Salazar, permitindo a ascensão em Angola de um governo de transição – em novembro de 1975, também chamado de conciliação, de curta duração e relativa estabilidade. Tal fato marcou o fim da guerra da independência (1961-1974). Contudo, as divisões internas e disputas entre a MPLA e a UNITA levaram a uma segunda guerra civil (1975-2002), marcada por ser uma guerra com forte viés ideológico e por contar com interferência direta das potências da Guerra Fria.

A paz só chegou à Angola em 2002, quando o parlamento aprovou uma lei em que foram anistiados todos os crimes contra a segurança do Estado, cometidos no contexto do conflito armado angolano (HERNANDEZ, 2018, *passim*). O país, atualmente, ainda sofre as consequências dos constantes ataques de guerrilha à infraestrutura nacional, ocorridas durante as guerras civis, e apresenta-se como uma das nações com maiores desigualdades do mundo, além de ser, também, uma das que apresentam os piores resultados no Índice de Percepção da Corrupção, referente ao ano de 2021, ficando em 136º/180⁵¹.

⁵¹ Fonte: Transparência Internacional. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>. Acesso em: 23 jun 2022

Figura 27 - Mapa e Bandeira de Angola



Fonte: Governo de Angola

Seus dados econômicos estão acima da média do continente (Fig. 29, p. 127), a balança comercial de Angola tem apresentado valores positivos ao longo dos últimos 20 anos (SIMÕES, HIDALGO, 2011), demonstrando alta correlação com os preços do petróleo no mercado internacional. A economia do país é francamente dependente das exportações de petróleo, tendo como principal parceiro comercial a China, que é, por sua vez, responsável por grandes somas para investimento no país, principalmente nos setores de transportes (20%) e produção/distribuição de energia (18%), de acordo com Larson (2020), a China consolidou-se como o principal investidor do mercado Africano, sobrepujando investidores tradicionais como Portugal, EUA, Brasil e França. Os investimentos chineses foram direcionados a setores fundamentais para o desenvolvimento econômico do país, desde as estradas aos caminhos de ferro e pontes e viadutos.

Angola é um dos principais parceiros comerciais do Brasil no continente africano. O PIB angolano em 20121 foi de US\$ 72,55 bilhões, nesse ano as exportações brasileiras para Angola alcançaram US\$ 408 milhões e as importações, US\$ 169 milhões. As exportações incluem carnes (15%), açúcar refinado (10%) e veículos rodoviários (10%). Já as importações são constituídas por petróleo (72%) e gás natural (27%). O estoque de investimentos brasileiros em Angola alcançou US\$ 612 milhões ao final de 2020, de acordo com dados do Banco Central. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística de Angola - INE (2020), os principais parceiros das exportações de Angola durante o ano de 2019 foram os seguintes: China, com

55,51%; Índia, com 7,78%, Taiwan, com 3,98%; África do Sul, com 3,85%; e Estados Unidos da América e Canadá, com 3,10% cada, conforme a Tabela 5 (p. 96).

No concernente às Relações Internacionais, em 2010, as relações bilaterais foram elevadas ao patamar de parceria estratégica. No continente africano, o Brasil mantém mecanismo deste nível somente com Angola e África do Sul. A parceria é coordenada e implementada pela Comissão Bilateral de Alto Nível, presidida pelos respectivos chanceleres.

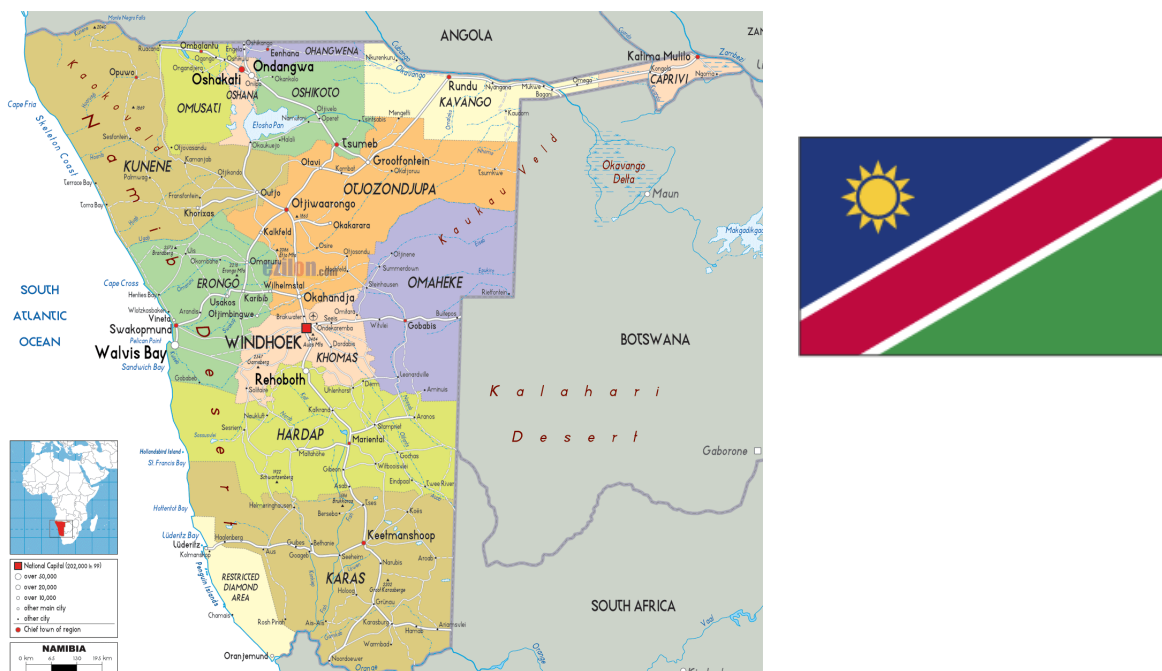
Segundo a ABC (2022), a cooperação técnica entre a RFB e a República de Angola começou a desenhar-se em 1980 com a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica. No âmbito desse acordo, Brasil e Angola desenvolveram cooperação nas áreas de saúde, cultura, administração pública, formação profissional, educação, meio ambiente, esportes, estatística e agricultura (Fig. 30, p. 127). Atualmente sete projetos de cooperação estão em execução e três projetos estão em negociação nas áreas de saúde e educação. Ademais das iniciativas em curso ou em negociação, existem demandas recentes, ainda sendo estudadas pelas contrapartes brasileiras nas áreas de meio ambiente, geoprocessamento, saúde, energia, urbanização e segurança pública.

Em Angola reside a maior comunidade brasileira no continente africano, com cerca de 15 mil pessoas. Muitos destes compatriotas estão radicados naquele país há anos, sendo parte integral da sociedade angolana, à qual estão ligados por vínculos de trabalho e familiares. O grande interesse de angolanos em visitar, estudar e trabalhar no Brasil tornou a Embaixada em Luanda o segundo maior posto da rede consular brasileira no exterior em termos do movimento de concessão de vistos.

3. Namíbia

A Namíbia é um país de 825.000 Km², com uma população de cerca de 2,3 milhões de habitantes, cuja capital é Windhoek (Fig. 28 p. 125). O País é politicamente estável, seu litoral é seguro e não há problemas de fronteira. Possui dois portos, mas somente o de Walvis Bay é economicamente viável. Suas principais atividades econômicas são a mineração, a pecuária, a pesca e a agricultura.

Figura 28 - Mapa e Bandeira da Namíbia



Fonte: Comissão Naval Brasileira na Namíbia

O seu PIB *per capita*, de US\$ 13 bilhões em 2021 (Fig. 29, p. 127), está acima da média dos países africanos, porém está estagnado e a distribuição de renda é muito desigual. Neste milênio, o comércio sino-namibiano tem crescido consideravelmente. A Namíbia exporta, basicamente, carne, peixe e minerais não ferrosos e importa da RPC bens manufaturados, tais como, automóveis, equipamentos eletrônicos e máquinas de construção. A Infraestrutura tem sido desenvolvida, porém está bem aquém da sul-africana e da angolana.

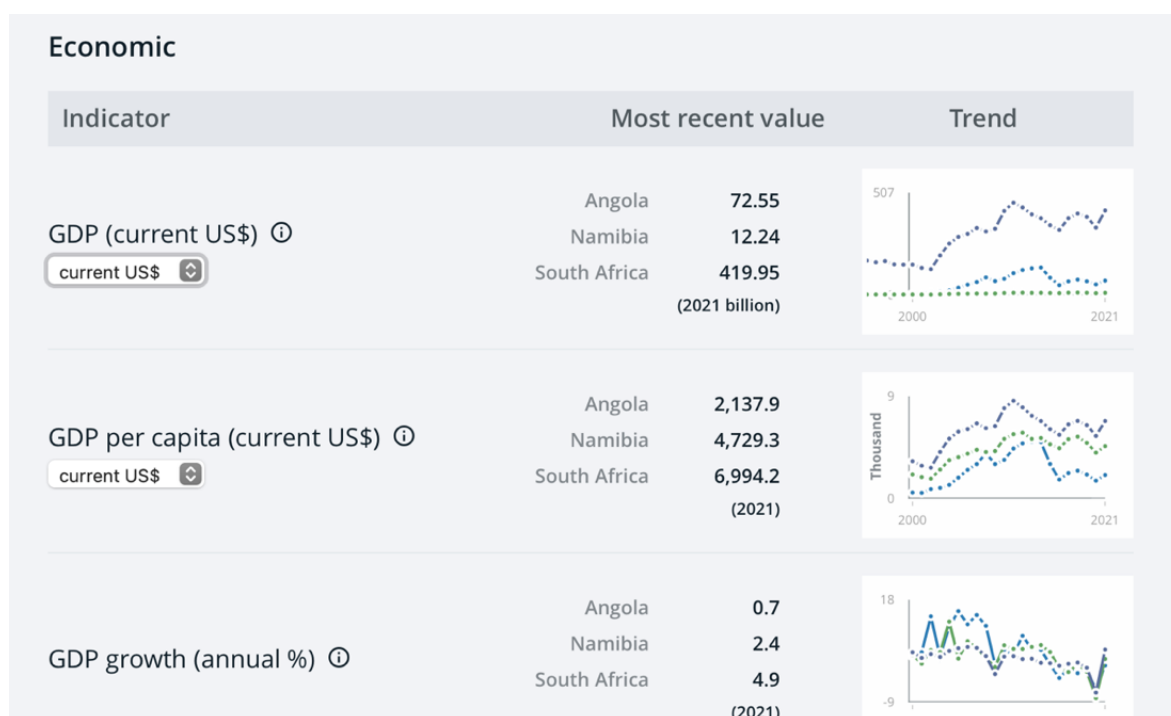
A presença da RPC na Namíbia segue um modelo semelhante ao já aplicado no restante da África, a busca por matéria-prima e mercado para exportação. Trata-se de uma política bem estruturada controlada pelo governo chinês, que envolve bancos, empresas chinesas e representantes diplomáticos atuando em conjunto e onde o FOCAC tem um papel fundamental. Os interesses chineses na Namíbia estão concentrados em três campos: comércio exterior, pela importação de *commodities* e exportação de manufaturados chineses; indústria de construção civil, em que as empresas chinesas são dominantes; e comércio varejista em expansão, onde empresas chinesas empregam imigrantes do seu país. A Namíbia é membro da União Aduaneira da África Austral (SACU), com a qual o MERCOSUL assinou acordo de preferências tarifárias. A Namíbia é beneficiada por empréstimos com

condicionantes mínimos, além de doações em dinheiro. As relações sino-namibianas gerem descontentamento de parte da população e contribuem para a manutenção da elite governante no poder. Em recente visita à Beijing, o presidente namibiano afirmou que o seu povo se opõe as acusações contra os chineses e considera a RPC “o melhor amigo da África”. (CHINA, 2018). Embora haja benefícios, estes não devem ofuscar potenciais relações mais igualitárias com EUA, UE, Brasil e Índia.

No campo das Relações Internacionais, o relacionamento com a Namíbia inicia-se ainda como território administrado pela África do Sul, quando, em 1987, o Presidente José Sarney (1985-1990) recebeu o líder do SWAPO⁵², Sam Nujoma. Em 1990, com a independência da Namíbia, estabeleceram-se relações diplomáticas, e foi criada a Embaixada do Brasil em Windhoek. Ao longo das décadas seguintes, foram assinados diversos acordos – como o Acordo de Cooperação Naval (1994), o Acordo Básico de Cooperação Técnica (1995) e o novo Acordo de Cooperação Técnica (2001) – e realizado elevado número de visitas de alto nível. A Namíbia abriu sua Embaixada em Brasília em 2003. A cooperação naval é um dos eixos de cooperação entre Brasil e Namíbia, envolvendo treinamento de pessoal, construção naval e apoio técnico para o processo de levantamento da plataforma continental. Ao longo dos últimos anos, centenas de oficiais e praças namibianos foram treinados e completaram estágio em diversos estabelecimentos de ensino e navios da MB e muitos ocupam postos de comando nas forças navais da Namíbia.

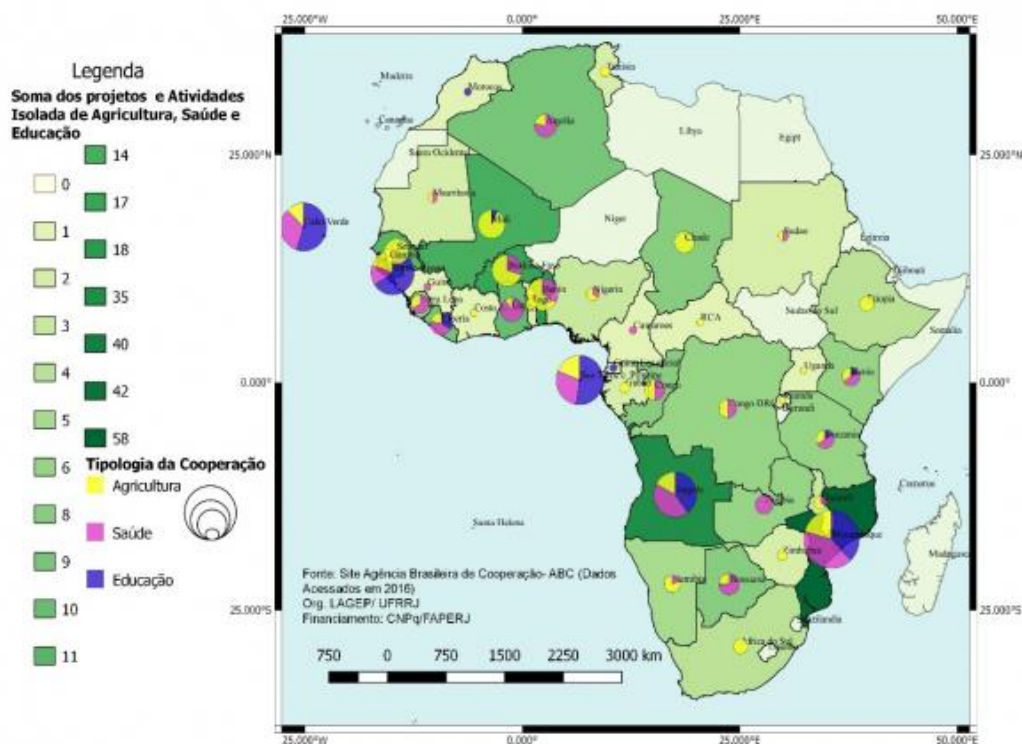
⁵² Organização do Povo do Sudoeste Africano, oficialmente conhecido por SWAPO (*South West Africa People's Organization*) foi o Movimento da Namíbia que travou uma guerra de guerrilha para conseguir a independência da Namíbia. (N.A.)

Quadro 3: Indicadores Econômicos países África Austral



Fonte: Banco Mundial (2022)

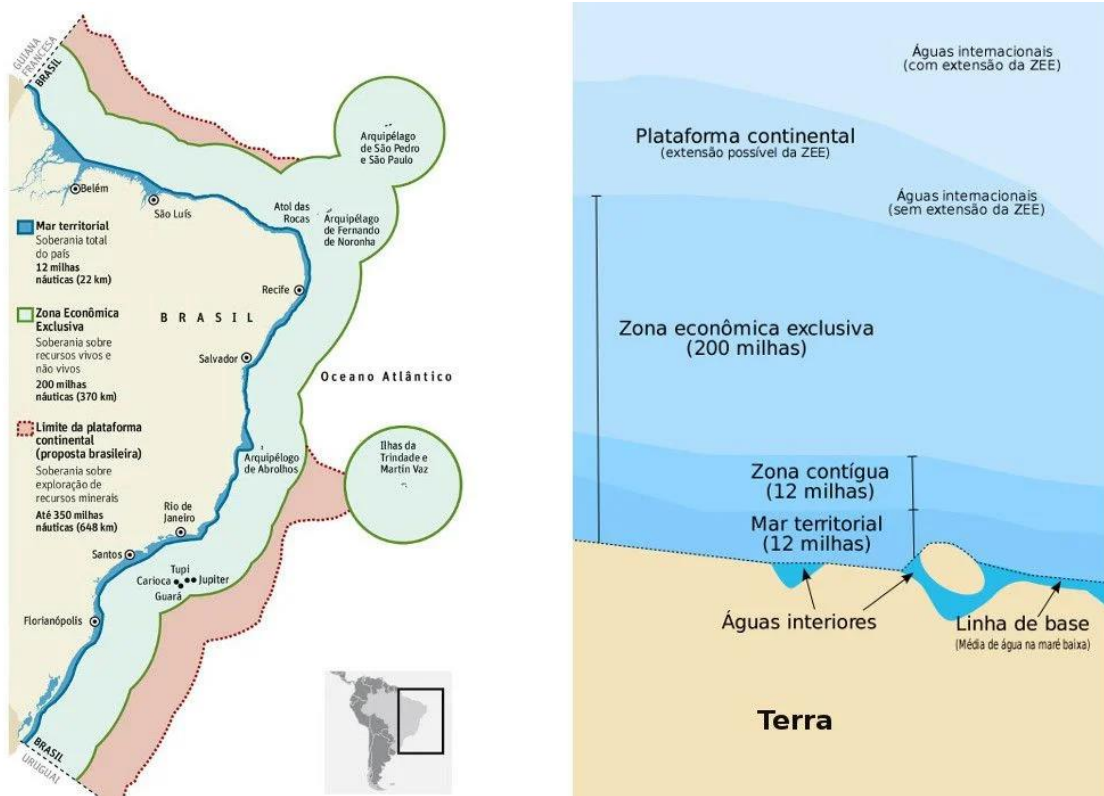
Figura 30: Cooperação brasileira com a África



Fonte: Agência Brasileira de Cooperação (2018)

APÊNDICE B – ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Representação da Amazônia Azul



Fonte: Marinha do Brasil (2019)

Figura 2 - Representação da Teoria do Pivô Geográfico Mackinderiano



Fonte: Mackinder (2011)

Figura 3: Estados da África Austral



Fonte: *African Union* (2019)

Figura 4: Delimitação do Entorno Estratégico Brasileiro



Fonte: *Marinha do Brasil*

Figura 5: Principais Linhas de Comunicação Marítima, em fluxo de comércio



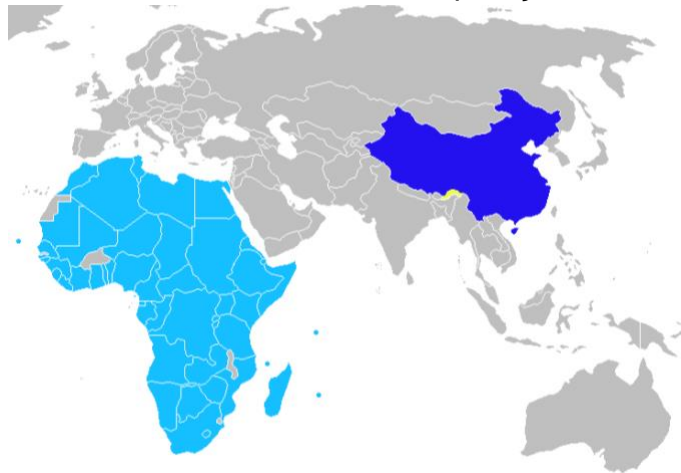
Fonte: *International Maritime Organization* (2020)

Figura 6: Estados membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



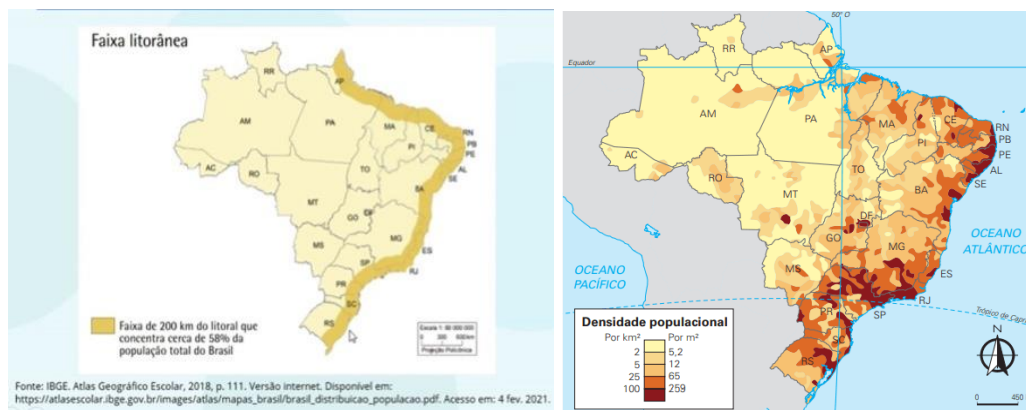
Fonte: Marinha do Brasil (2020)

Figura 7: Estados membros do Fórum de Cooperação África-China (FOCAC)



Fonte: Ministry of Foreign Affairs of China (2022)

Figura 8: Distribuição da população brasileira pelo território



Fonte: IBGE, Atlas Geográfico Escolar, 2018, p. 111. Versão internet. Disponível em: https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_distribuicao_populacao.pdf. Acesso em: 4 fev. 2021.

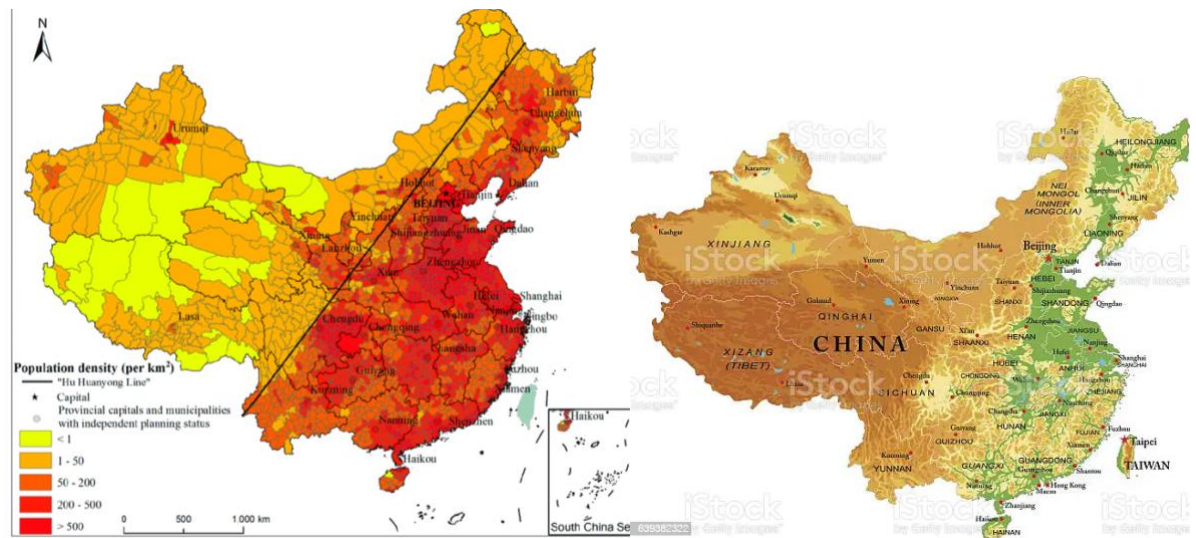
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Figura 9: Organização política-administrativa da República Popular da China



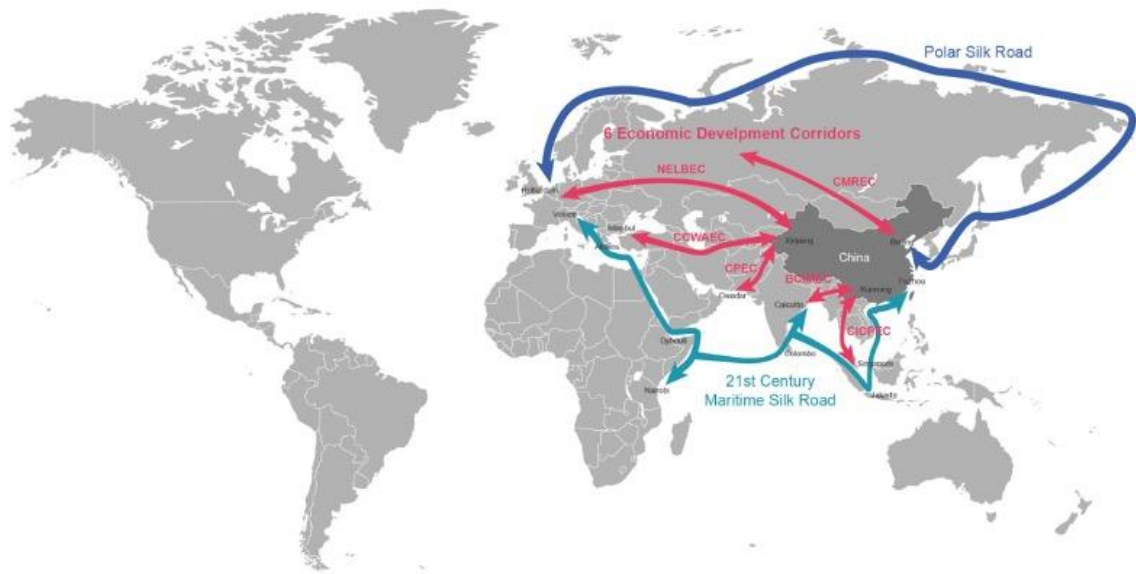
Fonte: Universidade Johns Hopkins (*China-África Research Initiative*) (2017)

Figura 10: Mapas de relevo e população da China



Fonte: Arquivo Peso

Figura 11: Representação esquemática da Nova Rota da Seda (BRI)

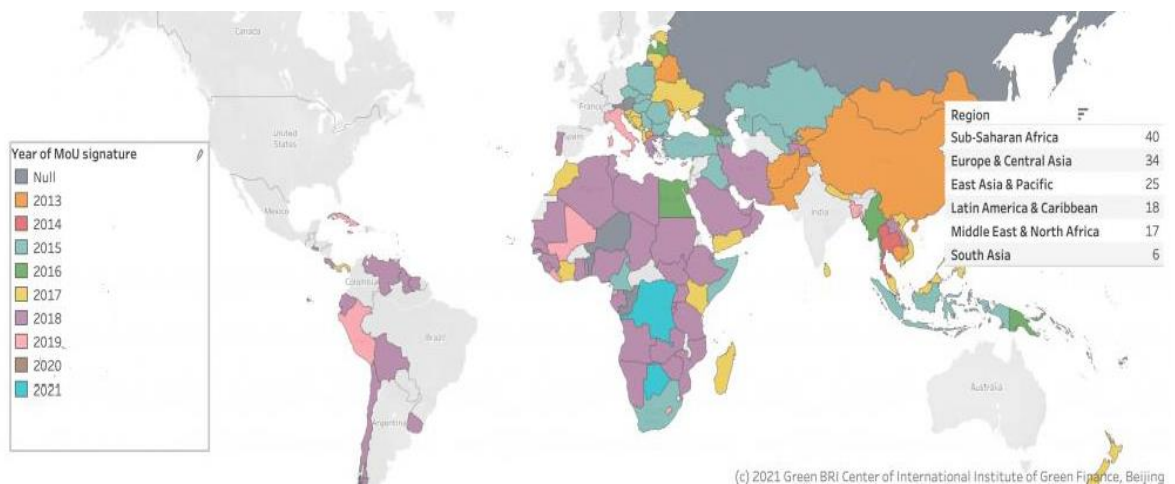


The Belt and Road Initiative

Fonte: Green BRI Center of International Institute of Green Finance (2021)

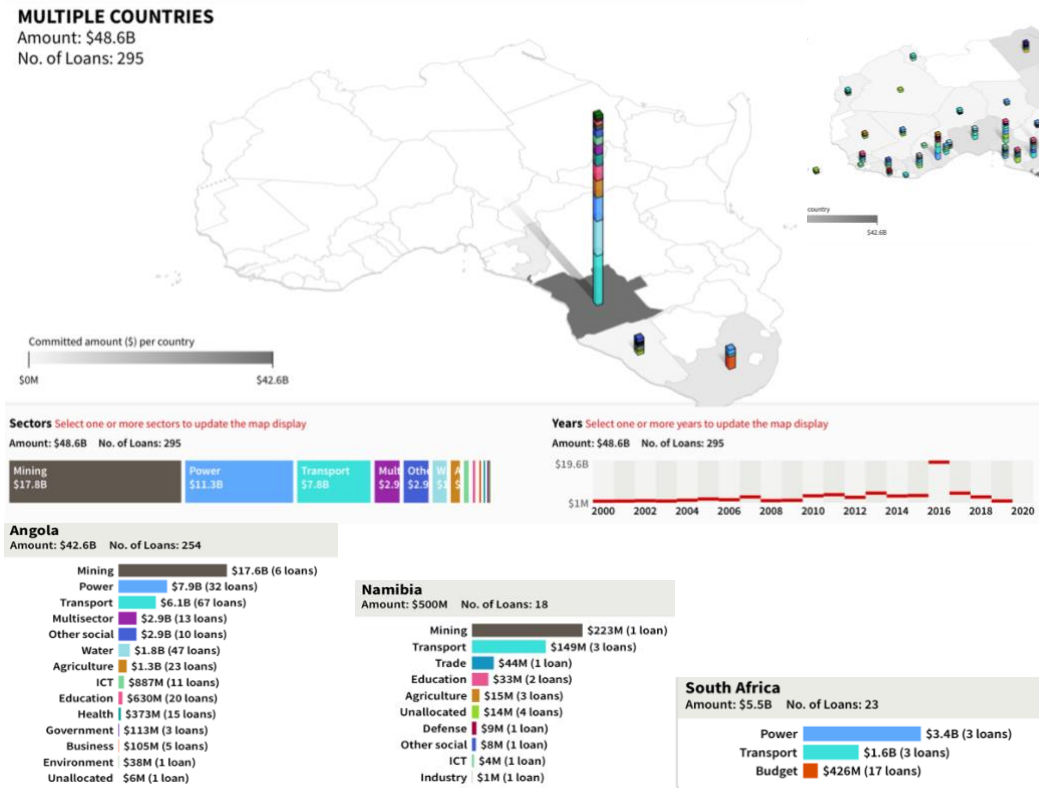
Figura 12: Estados e participantes da BRI

Countries participants in BRI



Fonte: Green BRI Center of International Institute of Green Finance (2021)

Figura 13: Investimentos Chineses nos países da África Austral, por setor



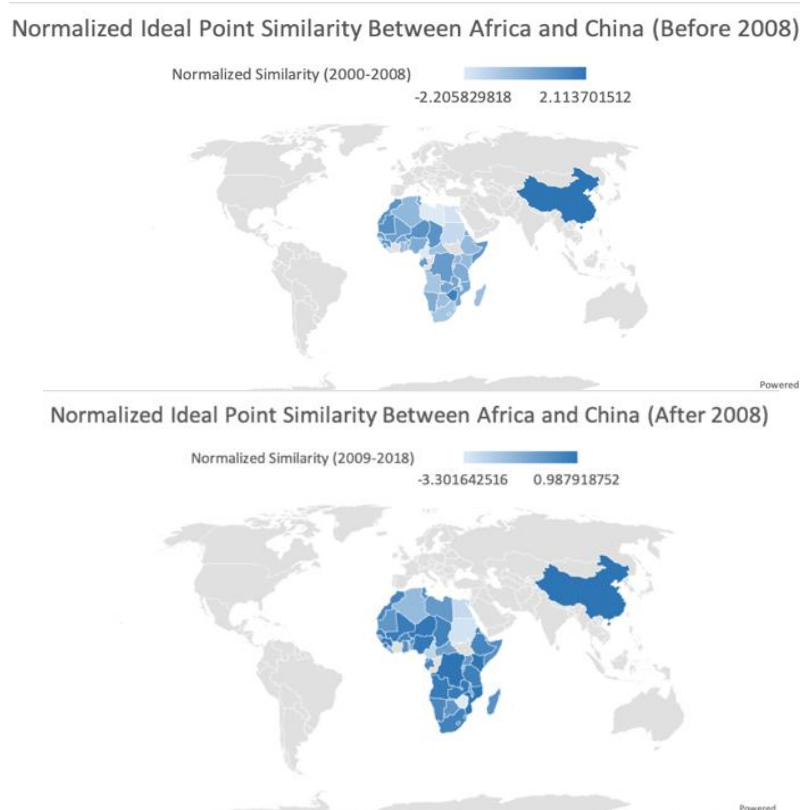
Fonte: Global Development Policy Center (2022)

Figura 14: Investimento chinês em portos africanos



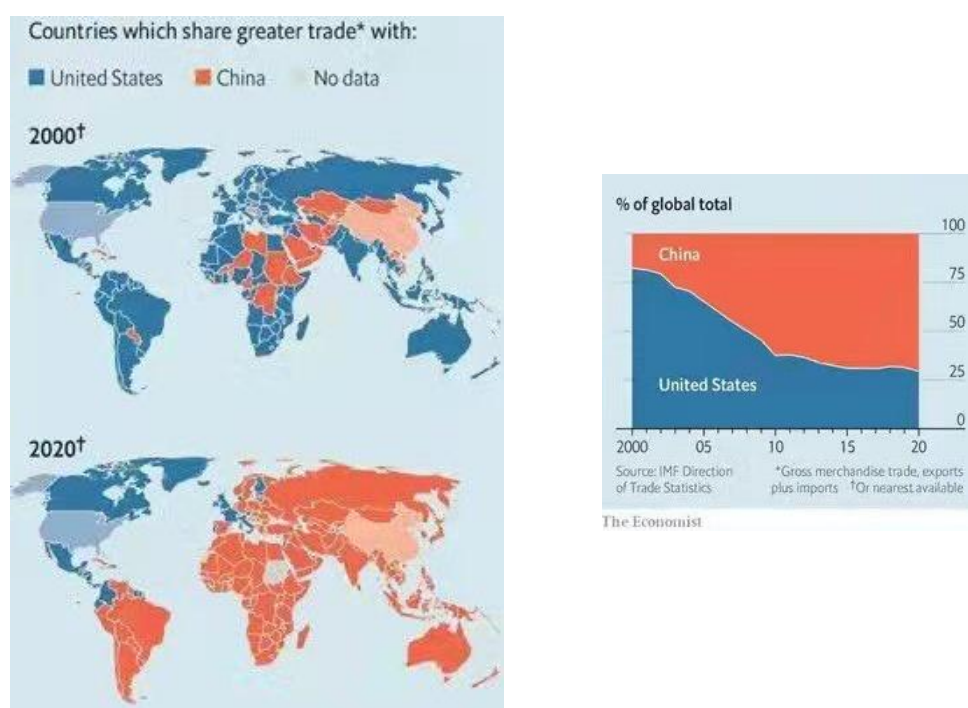
Fonte: Center of strategic and International Studies (2020)

Figura 15: Alinhamento África-China, nas votações da Assembleia Geral das Nações Unidas



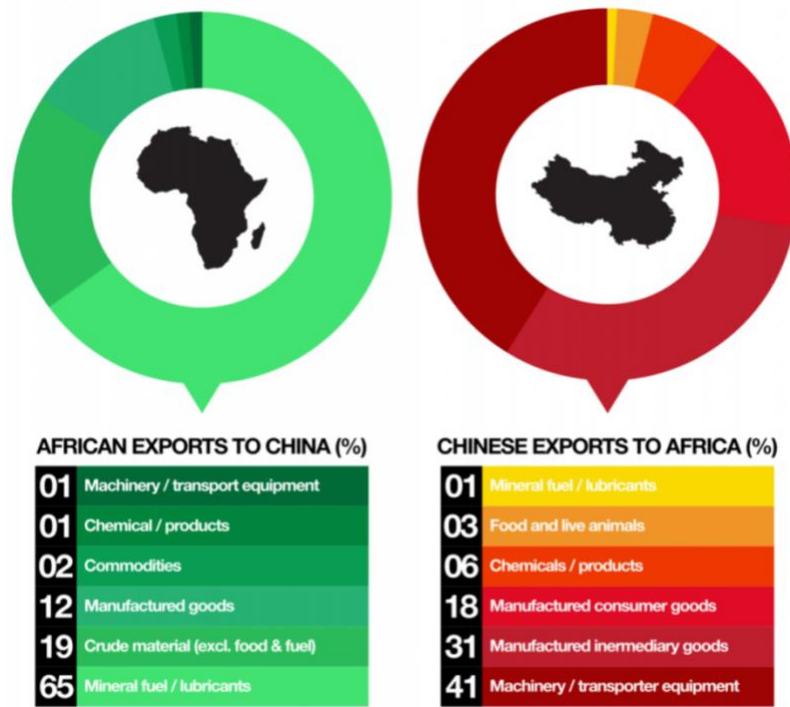
Fonte: Foreign Policy Research Institute (2021)

Figura 16: Evolução das parcerias comerciais com EUA e China de 2000 a 2020



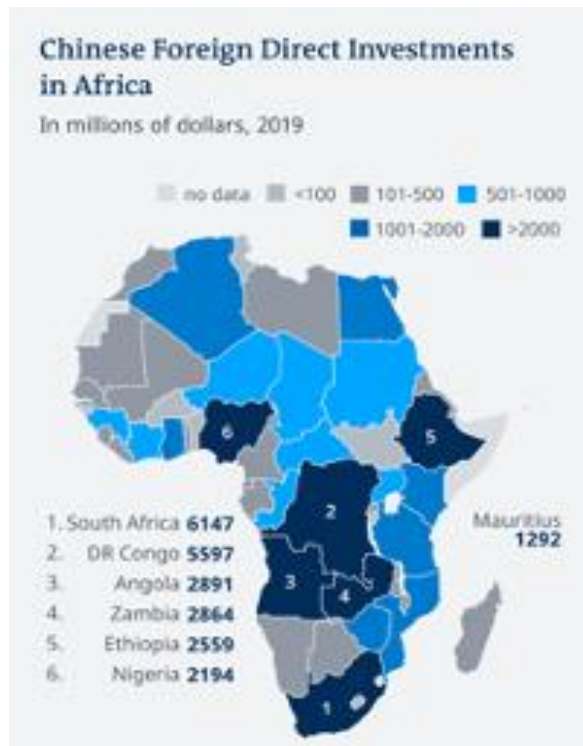
Fonte: The Economist (2021)

Figura 17: Pauta Comercial entre China e África



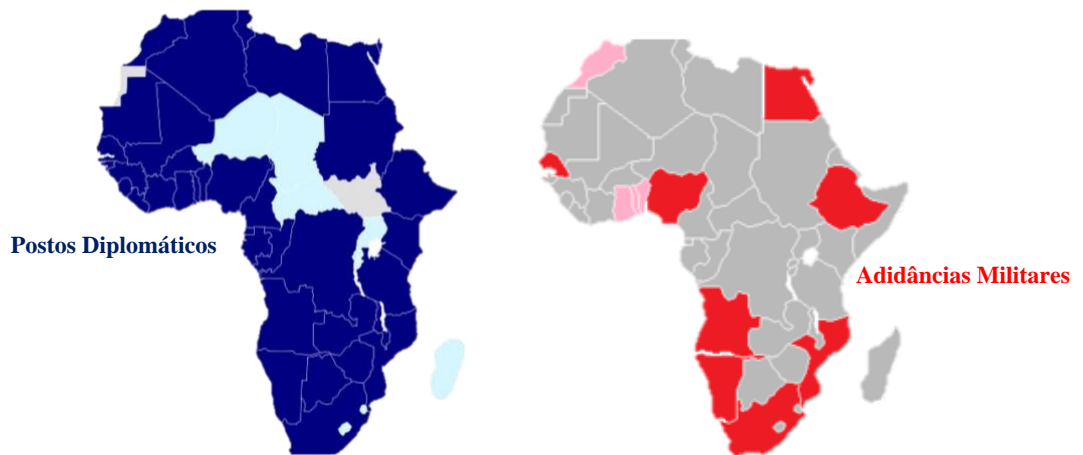
Fonte: Renaissance Capital Bank (2020)

Figura 18: Mapa com maiores receptores africanos de investimentos chineses



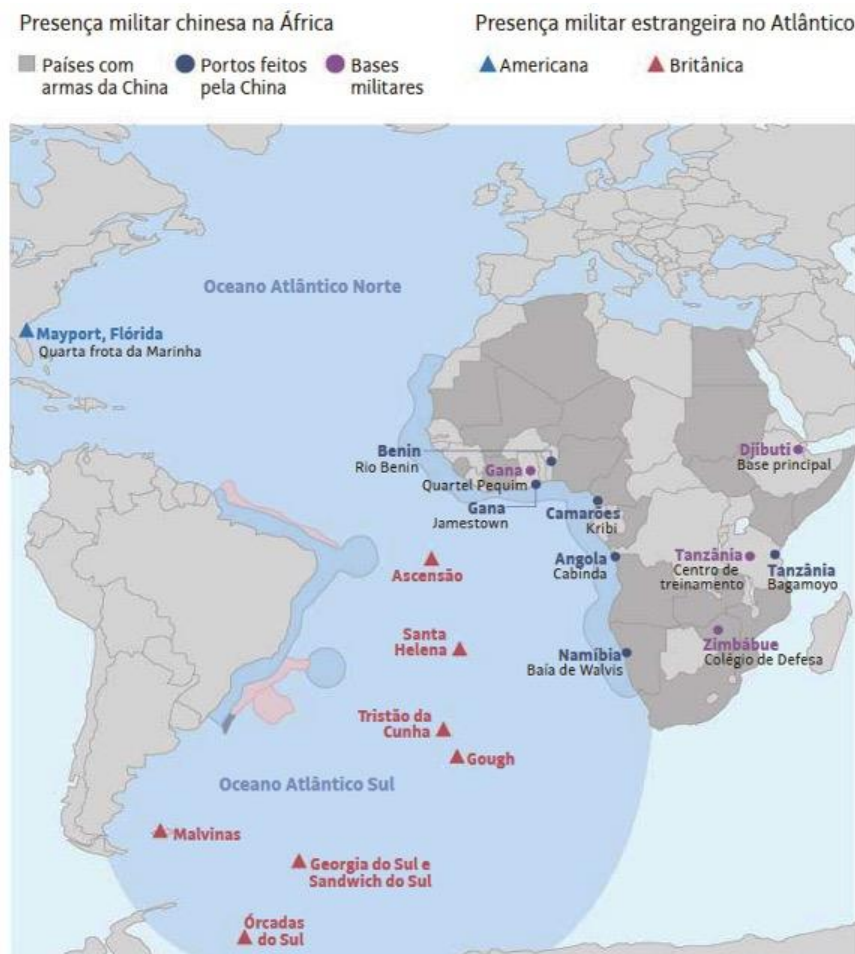
Fonte: Universidade Johns Hopkins (*China-África Research Initiative*) (2020)

Figura 19: Postos Diplomáticos e Adidências de Defesa brasileiras na África



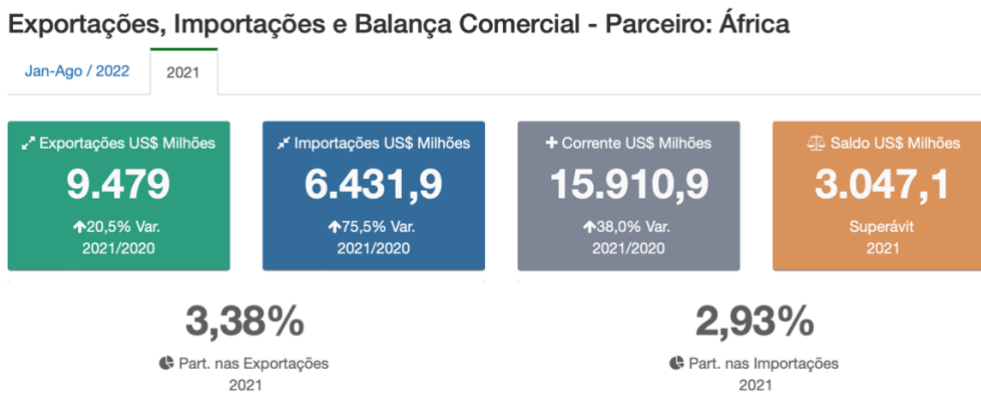
Fontes: Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Defesa (2021)

Figura 20: Potências extrarregionais presentes no Atlântico Sul



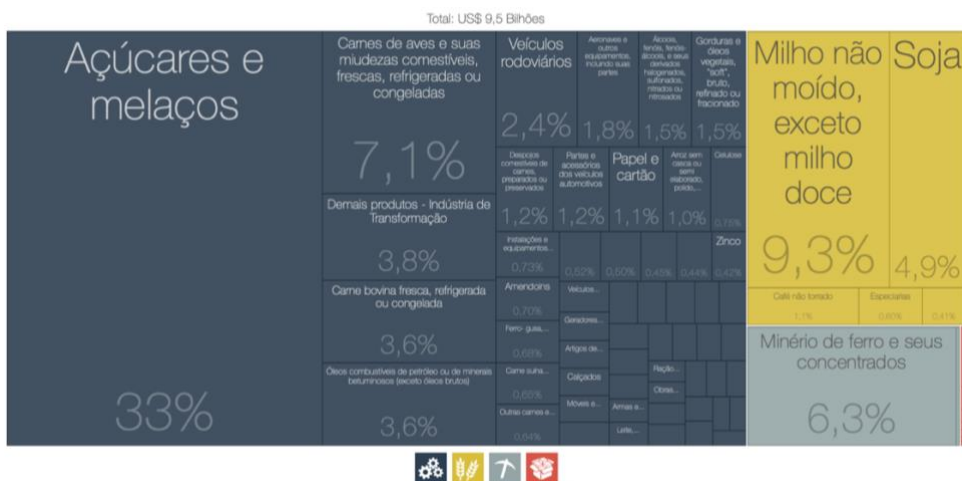
Fonte: Marinha do Brasil (2020)

Figura 21: Balança Comercial Brasil-África



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2022)

Figura 22: Produtos brasileiros exportados para a África



Fonte: Câmara de Comércio Exterior (2022)

Figura 23: Produtos brasileiros importados da África



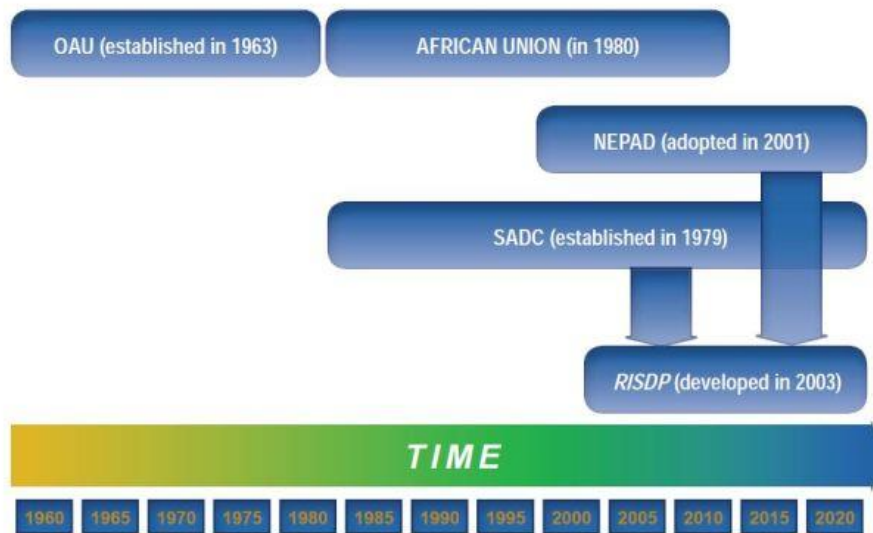
Fonte: Câmara de Comércio Exterior (2022)

Figura 24: Estados membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral



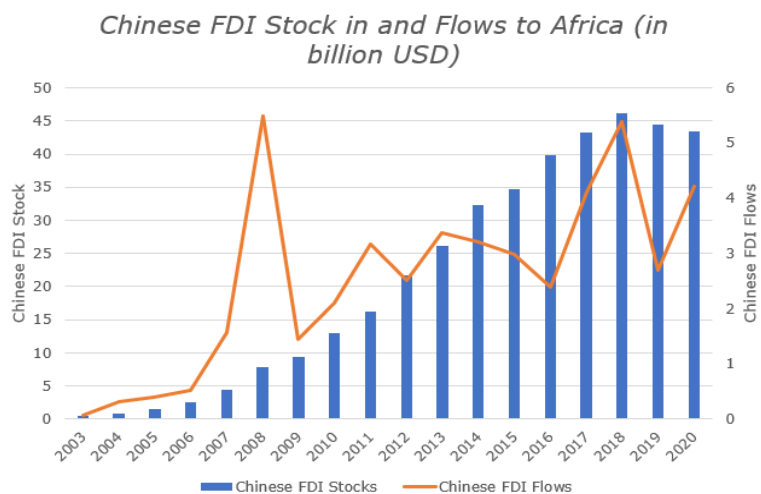
Fonte: Southern Africa Development Community

Figura 25: Inter-relacionamento entre SADC, UA e NePAD



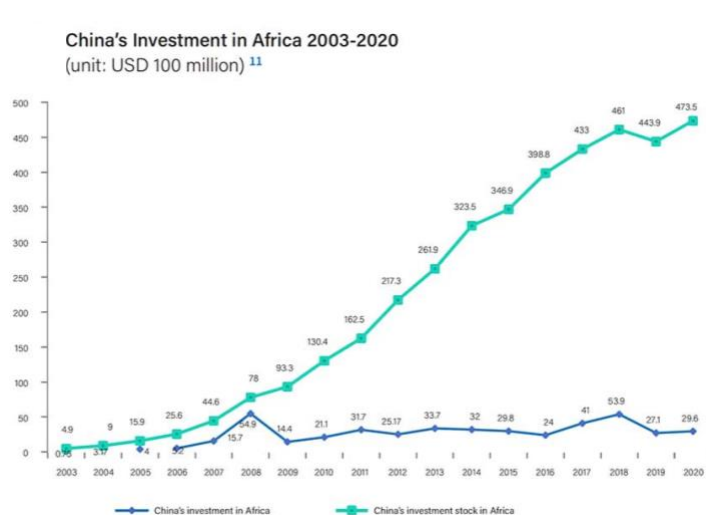
Fonte: African Union (2022)

Gráfico 1: Distribuição de Investimentos diretos (IDE) e Empréstimos da China na África



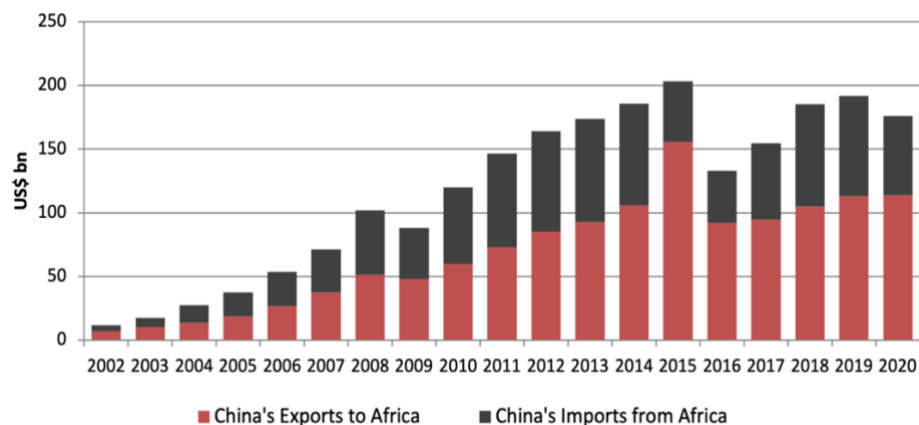
Fonte: Dados de IDE de 2003 a 2012 são da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Dados após 2012 são da *China-África Research Initiative*, Universidade John Hopkins

Gráfico 2: Evolução dos fluxos de Investimentos diretos chineses na África



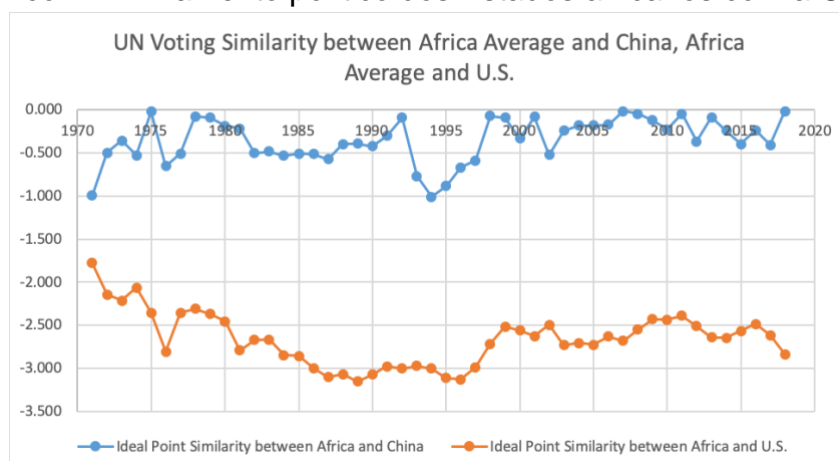
Fonte: Universidade Johns Hopkins (*China-África Research Initiative*) (2022)

Gráfico 3: Relação Comercial sino-africana



Fonte: Universidade Johns Hopkins (*China-África Research Initiative*) (2022)

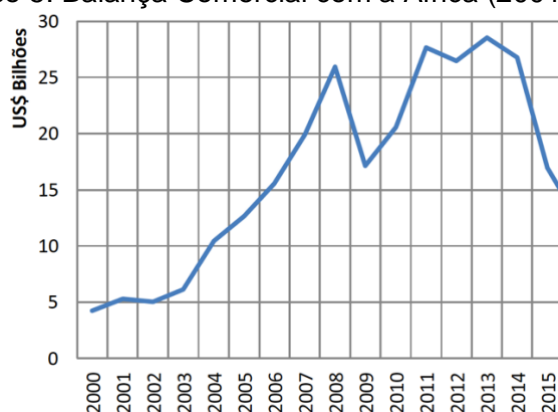
Gráfico 4: Alinhamento político dos Estados africanos com a China



Fonte: Foreign Policy Research Institute (2021)

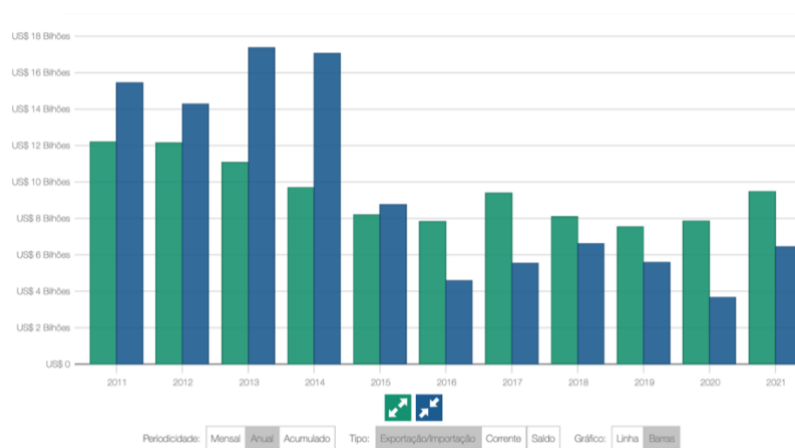
Nota: O *Ideal point* é um indicador (construído a partir dos dados de votação da AGNU) das preferências de política externa de uma nação. Têm uma média de zero e um desvio padrão de um, com valores mais baixos indicando desvio da ordem liberal liderada pelos EUA e valores mais altos indicando conformidade com a ordem liberal. Os pontos ideais são a medida mais consistente do alinhamento de dois países em relação à preferência política.

Gráfico 5: Balança Comercial com a África (2001-2015)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2017)

Gráfico 6: Relacionamento comercial Brasil-África



Fonte: Câmara de Comércio Exterior (2022)

APÊNDICE C – TABELAS

Tabela 1: Empréstimos da China aos países da África Austral

Estados	Bancos Estatais	Bancos Privados	Outras Instituições	Investimentos	TOTAL
África do Sul	4.600	910	-	40	5.550
Angola	34.200	4.300	4.100	22	42.622
Namíbia	216	-	223	50	500

Fonte: O Autor. Dados: Global Development Policy Center (2022)

Nota: Dados em Milhões de Dólares americanos

Tabela 2: Relacionamento econômico entre Brasil e países da Costa Ocidental da África Austral

Estados	2018	2019	2020	2021	2022 (1ºSem)
África do Sul	1.162.466.344	1.132.155.198	989.028.874	1.186.757.417	1.092.668.661
Angola	457.457.187	474.778.475	350.318.260	407.978.405	341.707.358
Namíbia	6.608.584	8.773.007	6.441.626	10.423.142	12.373.899

Fonte: O Autor. Dados: Banco Mundial

Nota: Valores em US\$

Tabela 3: Exportações brasileiras para os Estados da COAA

Estados	2016	2017	2018	2019	2020	2021
África do Sul	1.397.021.495	1.509.611.624	1.362.466.344	1.132.155.198	989.028.874	1.186.757.417
Angola	539.731.115	670.449.108	457.457.187	444.778.475	350.318.260	407.978.405
Namíbia	24.012.634	11.107.837	6.608.584	8.773.007	6.441.626	10.423.142

Fonte: O Autor. Dados: Câmara de Comércio Exterior (2022)

Nota: Valores em US\$, FOB.

Tabela 4: Importações brasileiras dos Estados da COAA

Estados	2016	2017	2018	2019	2020	2021
África do Sul	336.283.123	490.144.016	664.032.724	751.990.917	612.238.450	1.003.072.173
Angola	71.792.466	265.736.825	210.887.005	140.498.465	185.149.982	169.473.452
Namíbia	183.479	240.886	53.672	197.117	11.240.577	109.373

Fonte: O Autor. Dados: Câmara de Comércio Exterior (2022)

Nota: Valores em US\$, FOB.

APÊNDICE D – ENTREVISTAS

Tema: Impactos da geopolítica chinesa na costa ocidental da África austral, para a projeção do Brasil no Atlântico Sul

1. ÁFRICA DO SUL

Embaixada do Brasil na África do Sul: JOÃO MARCELO SOARES (Titular interino do Posto)

Adido de Defesa na África do Sul: CMG JAIRO GERALDO GOMES JÚNIOR

1.1. Quais interesses políticos do Brasil na África do Sul?

No âmbito do Sistema Internacional, o Brasil desenvolve um papel de potência regional e de país em processo de desenvolvimento. Nesse contexto, é importante para as suas relações internacionais o incremento do comércio e das boas relações militares com os principais atores do SI. A África do Sul surge como uma potência regional, no continente africano, que desenvolve um papel similar ao que o Brasil realiza na África do Sul. Os dois agem como principais atores de complexos de segurança regionais e como polos de desenvolvimento econômico.

Ao ter uma boa interação em suas conexões diplomáticas com a África do Sul, o Brasil caminha no trilho para estabelecer parcerias multinacionais (por exemplo, o BRICS) e para assegurar soluções políticas que promovam um ambiente de paz e estabilidade regional (por exemplo, a ZOPACAS).

Considerando que a esfera política, e seus arranjos, são fundamentais para o estabelecimento de relações duradouras e de confiança entre nações soberanas, estimo que os principais interesses políticos estão associados à manutenção de um ambiente político estável e que possibilite boas relações comerciais, além de promover uma resistência à interferência de potências extrarregionais na região.

1.2. Como anda o interesse das empresas brasileiras na África do Sul?

Ao longo desses dois últimos anos, não figuraram na mídia muitas informações sobre o interesse de empresas brasileiras na África do Sul, especialmente porque a situação da pandemia da COVID-19 foi responsável por um redirecionamento das políticas internas do país, fazendo com que o orçamento fosse alterado, criando aplicações de parcela considerável do orçamento para as ações de enfrentamento da pandemia.

Observa-se, no entanto, que há algumas empresas brasileiras com atuação no país, com filiais que se estabeleceram na região de Joanesburgo, principalmente. A África do Sul é vista como uma porta de entrada para os mercados africanos, e isso está sempre no plano de negócios das empresas brasileiras que se estabelecem por aqui. O setor de defesa, que é o principal setor da minha análise, tem demonstrado grande capacidade de gerar

oportunidades de parceria. As indústrias da África do Sul detêm grande capacidade de geração de tecnologias, porém os produtos parecem ser mais de “competição”, o que dificulta um adensamento das relações comerciais. A Apex-Brasil tem sido uma fonte de alavancar parcerias e novos mercados, e a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) tem sido contactada por empresas locais em prol de estabelecer tanto parcerias como para se promover mercados africanos para produtos brasileiros, como promover mercados sul-africanos para os produtos africanos.

1.3. O Sr. percebe uma vocação marítima do povo da África do Sul?

A África como um todo desenvolveu uma vocação de comércio terrestre muito intensa, ao longo dos séculos, e a vocação marítima, que já foi muito intensa, em especial na costa oriental (“Chifre da África”), perdeu a sua importância com o passar do tempo. Especificamente sobre a África do Sul, observa-se que o país tem uma vocação marítima, com a operação de importantes portos ao longo da costa. Há uma ênfase para o porto de Durban, que o principal do continente. No entanto, por estar localizado em região em que os vizinhos são Estados fracos, ou falidos, e que não representam ameaças no tocante ao Poder Naval, a Estratégia Militar da África do Sul coloca as ações terrestres e da aviação estratégica como prioritárias, relegando as ações navais a um segundo plano de importância.

1.4. Quais são as principais oportunidades de cooperação identificadas, entre Brasil e África do Sul no Atlântico Sul?

A África do Sul tem voltado seus interesses para a região do Índico-Pacífico, deixando os assuntos do Atlântico Sul em nível mais baixo de importância nas suas ações de diplomacia. É possível afirmar isso ao se verificar a baixa importância dada a mecanismos já sedimentados, como a ZOPACAS. Mesmo assim, o país tem dado importância ao mecanismo IBAS e aos exercícios navais da IBSAMAR. Neste momento, a atuação da Força multinacional da SADC (*Southern African Development Community*) em Moçambique (*SADC's Mission in Mozambique – SAMIM*), para neutralizar ações terroristas na região de Cabo Delgado tem sido a ação prioritária das Forças Armadas sul-africanas (*SANDF – South African National Defence Force*).

1.5. Como a embaixada avalia a percepção do Brasil pelo governo e pelo povo sul-africano?

O povo sul-africano tem uma excelente visão do Brasil, especialmente porque o Brasil não foi um país “colonizador”, e suas ações no continente não se enquadram como de neocolonialismo. Por fazer parte do BRICS, há um canal ou mecanismo político para uma interação mais direta e no sentido de ajuda mútua e cooperação Sul-Sul, o que é bastante apreciado e comentado pelos interlocutores locais.

1.6. Como o governo da África do Sul enxerga a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul?

Aparentemente o governo sul-africano não demonstra grande interesse por esse mecanismo multilateral. Talvez isso tenha relação com os primórdios do estabelecimento da ZOPACAS, quando a África do Sul se posicionou a favor de um mecanismo de defesa, e não de paz, o que seria uma “OTAN do Atlântico Sul” (OTAS).

1.7. A África do Sul possui uma Esquadra com capacidade oceânica?

A África do Sul tem uma Esquadra que conta com quatro Fragatas MEKO, três submarinos classe IKL 209, e um navio logístico. Atualmente, poucos desses navios estão totalmente operacionais. Em que pese esse problema, relacionado a restrições orçamentárias, o país detém uma capacidade naval superior aos seus vizinhos. Dessa forma, é possível dizer que ela tem uma Esquadra com capacidade oceânica, em que pese não estiver totalmente operacional.

1.8. Como o Sr. descreve a Marinha da África do Sul, quanto ao porte e ao número de meios?

É possível descrevê-la como uma Marinha de porte pequeno a médio, mas que está, de certa forma, adequada para as ameaças que enfrenta no contexto regional.

1.9. Quais os interesses chineses na África do Sul, identificados pela embaixada brasileira?

Os interesses chineses na África do Sul estão relacionados à expansão do “soft power” chinês, para criar legitimidade para seu sistema político, e no aumento do comércio. Atualmente, a China é o principal parceiro comercial da África do Sul.

A China investe bastante na criação de infraestrutura 5G, uma vez que não encontra resistência no país, ao contrário do que ocorre no ocidente.

1.10. Como a embaixada avalia o alinhamento do governo local com a China?

Há um forte alinhamento entre os governos, o que tem gerado, inclusive preocupação por setores da sociedade sul-africana. Por meio do “soft power”, a China tem promovido a formação e influenciado novas lideranças do partido político majoritário, o ANC (*African National Congress*).

1.11. Qual o volume de empresas chinesas na África do Sul? Tem crescido nos últimos 5 anos?

A Embaixada não dispõe dessa informação.

1.12. Na avaliação do Sr. Qual o impacto, para o Brasil, da presença chinesa na África do Sul?

Do ponto de vista econômico, em princípio, Brasil e China operam em nichos de mercado diferentes. Não há grandes pontos de concorrência entre os dois países neste momento. Há que se ter presente, contudo, que as exportações chinesas são altamente competitivas, não só na África do Sul, mas no mundo inteiro. Trata-se, portanto, de uma

situação estrutural, que o Brasil tem de administrar da melhor maneira possível. Eventualmente, pode, de fato, haver redução marginal nas oportunidades de negócios para as empresas brasileiras, no futuro.

Sob a percepção política, há que se ter presente que, até o momento, a projeção chinesa na África e de maneira geral em outras regiões do mundo, para além de seu entorno imediato, é motivada por razões essencialmente econômicas. A China tem sido cuidadosa em dissociar sua projeção nessas áreas de considerações geopolíticas. Uma de suas principais doutrinas em política externa é o não envolvimento em questões internas. Trata-se de ponto sensível, vinculado à própria vulnerabilidade interna chinesa, que não tolera qualquer tipo de ingerências em questões domésticas. Obviamente, trata-se de um cenário que pode evoluir na medida em que dois outros fenômenos também evoluam. Primeiro, o próprio crescimento econômico da China e sua tradução em maiores elementos de poder e influência. Segundo, o acirramento da polarização com os Estados Unidos, o que poderá levar a China a buscar aumentar sua presença política/militar em outras regiões.

Da perspectiva da defesa, poderá gerar uma situação desfavorável à ZOPACAS, uma vez que o plano de expansão da influência chinesa na África conta com a criação de bases no continente, inclusive na porção ocidental, que é a faixa do Atlântico Sul. Esse aumento da presença naval chinesa na região poderá vir a gerar impactos na situação do “status quo” da paz regional, em função das possíveis interações com a Marinha dos EUA, por exemplo, ou pelo uso da força para garantir ações de pesca ilegal ou não-declarada na região.

1.13. O Sr. Observou algum foco de tensão entre os governos de China e África do Sul?

No período em análise (biênio 2021-2022), não foram observados focos de tensão entre os governos de China e África do Sul. Podem ser relatadas situações de constrangimento que foram observados com o tratamento degradante dado a estudantes sulafricanos na China, por ocasião do combate à pandemia da COVID-19, e quanto a algumas ações xenofóbicas de sulafricanos contra comerciantes chineses na África do Sul.

1.14. Como o Sr. analisa a presença naval chinesa no Atlântico Sul?

A China tem tentado incrementar a presença naval na região. Em 2019 ocorreu o exercício naval MOSI, entre a África do Sul, a China e a Rússia. Há um interesse de que esse exercício se transforme em um exercício dos países do BRICS, com a adição das marinhas do Brasil e da Índia.

No presente momento, não há um grande movimento de forças navais chinesas na região. Na verdade, essa presença é bastante pontual e pode ser classificada como de pouca relevância.

1.15. Qual a avaliação do Sr. sobre aquisições futuras de Produtos de Defesa brasileiros, considerando o relacionamento com a China?

Os produtos brasileiros são competidores dos produtos sul-africanos, em uma análise

global. Há mais chances da concretização de parcerias do que de aquisições/vendas propriamente ditas.

Esse tipo de aquisição de produtos de defesa, no entanto, é um relacionamento pensado para o longo prazo, o que é um fator de força para o relacionamento diplomático entre os países. Avalio que há espaço para esse tipo de atividade, a despeito de qualquer interferência da China.

1.16. Como anda o nível de atividade do fórum IBAS?

Seguindo suas agendas, normalmente.

1.17. Como a embaixada avalia a projeção chinesa na África austral?

Sob a percepção política, há que se ter presente que, até o momento, a projeção chinesa na África e de maneira geral em outras regiões do mundo, para além de seu entorno imediato, é motivada por razões essencialmente econômicas. A China tem sido cuidadosa em dissociar sua projeção nessas áreas de considerações geopolíticas. Uma de suas principais doutrinas em política externa é o não envolvimento em questões internas. Trata-se de ponto sensível, vinculado à própria vulnerabilidade interna chinesa, que não tolera qualquer tipo de ingerências em questões domésticas. Obviamente, trata-se de um cenário que pode evoluir na medida em que dois outros fenômenos também evoluam. Primeiro, o próprio crescimento econômico da China e sua tradução em maiores elementos de poder e influência. Segundo, o acirramento da polarização com os Estados Unidos, o que poderá levar a China a buscar aumentar sua presença política/militar em outras regiões.

1.18. O Sr. teria outras informações relevantes julgadas úteis em relação a postura oceanopolítica da África do Sul?

A estratégia militar do país tem uma visão terrestre preponderante, o que impacta na relevância atribuída à Marinha do país. Isso tem papel importante no tocante aos investimentos a serem conduzidos pela Força Armada e no quando do orçamento nacional que é alocado para o seu desenvolvimento e manutenção.

2. NAMÍBIA

Embaixadora do Brasil na Namíbia: Sra. Vivian Loss Sanmartin

Adido de Defesa, Naval do Exército e Aeronáutica na Namíbia: CMG Alexander Neves de Assumpção

2.1. Quais interesses políticos do Brasil na Namíbia?

As relações Brasil-Namíbia datam de antes da independência namibiana, quando eram frequentes os contatos entre o Brasil e a *South West Africa People's Organisation* (SWAPO). Em 1986, ainda no exílio, o então líder do movimento de libertação Sam Nujoma foi recebido por José Sarney em Brasília, com honras de Chefe de Estado. Com a Independência, Sam Nujoma passou a ser o primeiro presidente do país e o escritório de representação que o Brasil instalara em Windhoek no período de transição foi elevado à Embaixada.

Pode-se dizer, que a relação Brasil-Namíbia está amplamente pautada no interesse mútuo de manter no Atlântico Sul um ambiente pacífico e propício ao desenvolvimento econômico regional. Assim, embora o principal tema da agenda bilateral seja a cooperação militar (naval – desde 1994 e, também, entre exércitos – desde 2014), os dois países têm buscado diversificar a pauta bilateral nos campos político, econômico e educacional.

Em 13DEZ1991, o então Presidente do Brasil, Fernando Collor, realizou visita oficial à Namíbia, a primeira vez de um Chefe de Estado da América Latina ao país. Como resultado desta visita, foi assinado um Acordo Geral de Cooperação que criou uma Comissão Mista de Cooperação, para funcionar como instrumento de intercâmbio entre os dois países e supervisionar a implementação de acordos e protocolos a serem eventualmente formalizados. Nesta Comissão Mista foram analisados o Protocolo sobre Cooperação Cultural e Educacional, Protocolo para a Dispensa de Vistos, Protocolo sobre Cooperação Marítima, Protocolo sobre Cooperação Agrícola e o Protocolo sobre Cooperação na área de Aviação Civil. Em NOV2003, o então Presidente da República do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, fez uma visita à Namíbia. Como resultado material desta visita, pode-se citar a elevação da Missão Naval criada em 1994, para o patamar de Adidância Naval em 2004; e a assinatura de contratos entre o Governo da Namíbia e a EMGEPRON. No período de 29MAI a 01JUN2009, o então Ministro da Defesa Nelson Jobim realizou visita oficial à República da Namíbia. Como resultado do encontro, os dois Ministros assinaram o Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, que ampliou a possibilidade de cooperação militar em todos os campos existentes das três FA. Também foram realizadas algumas tentativas de cooperação na área econômica, mas sem resultados significativos, tais como: “Memorando de Entendimento Agrícola” com a EMBRAPA assinado em 05MAI1994; Projeto “Fortalecimento do Programa Nacional de AIDS da Namíbia” em 2003; convênio entre a Eletrobrás/Ministério das Minas e Energia da Namíbia buscando a capacitação de pessoal; criação do consórcio Kunene em 2009 (composto pela Norberto Odebrecht, Eletrobrás, Furnas e Engevix) para a realização de estudos acerca do impacto ambiental e da viabilidade econômica da construção da hidroelétrica no rio Kunene; com a PETROBRAS (2009-2013) para a avaliação comercial da ZEE namibiana após a descoberta de gás na plataforma continental; EMBRAER em 2018; Avibras em 2019; além de inúmeras outras tentativas de ativar parcerias nos setores do comércio, da agricultura e da pesca, porém como dito todas sem grandes resultados.

Em resumo, diante deste histórico na minha visão esperava-se uma relação político-econômica mais intensa entre o Brasil e Namíbia, no entanto, por diversos fatores que serão explanados nas demais perguntas, o principal tema hoje da agenda bilateral é a cooperação militar.

2.2. Como anda o interesse das empresas brasileiras na Namíbia?

Considero baixo o interesse de empresas brasileiras na Namíbia .

Pelo lado da Namíbia, é bastante limitado o portfólio de países presentes na corrente de comércio exterior namibiano, o que pode estar relacionado com o número reduzido de produtos que tradicionalmente o país negocia. Em 2020 por exemplo, 61,6% das importações compunham grupo de dez principais itens; nas exportações, o volume correspondente chegou a 87,7% do total (85,1% em 2019). No entanto, as autoridades namibianas parecem cientes de que a baixa diversificação na corrente de comércio se reflete em menor capacidade do país para acomodar choques externos, o que, por sua vez, gera oscilações anormais na oferta e na demanda. Assim, percebe-se uma tentativa, por parte de alguns setores da Namíbia em intensificar as relações comerciais BrasilxNamíbia.

Como exemplo, o Embaixador do Brasil da Namíbia recebeu em 15ABR21, o diretor-executivo do *Walvis Bay Corridor Group*, Mbahupu Hippy Tjivikua, quando este apresentou, dentro das principais linhas de atuação do grupo, o interesse no adensamento das relações comerciais com o BRASIL. Da mesma forma, o periódico "*The Namibian*" noticiou em 26 JUL 22 que representantes do WBCG realizaram uma visita à São Paulo com o objetivo de engajar a comunidade empresarial brasileira, portos, empresas de navegação e indústrias para explorar as oportunidades que a Namíbia pode oferecer como solução da cadeia de logística do mercado brasileiro. Em MAR2022, por correio eletrônico encaminhado à Embaixada, representante da "*Moonstone Supplies*", empresa de médio porte que opera no ramo avícola namibiano, informou que a companhia pretende importar, de empresas brasileiras, milho amarelo, grãos de soja e sementes de girassol, a fim de serem utilizados como alimentação para frangos, pontuando que a "*Moonstone*" busca o estabelecimento de parceria de longo prazo.

2.3. O Sr. percebe uma vocação marítima do povo da Namíbia?

O processo de Independência da Namíbia se deu basicamente com o apoio do *People's Liberation Army of Namibia* os quais vieram a integrar o *Namibian Army* a partir da Independência em 1990, instituição com maior força política até os dias de hoje. Somente a partir da transferência do porto de Walvis Bay da África do Sul para a Namíbia, ocorrido em 01MAR1994, que a Namíbia começou a demonstrar não uma vocação marítima, mas sim uma preocupação com seu litoral e com as riquezas advindas dele, constituindo, somente em 2004, a sua própria Marinha.

Face a este histórico a Namíbia possui uma cultura continental, sendo fraca a sua mentalidade marítima, no entanto, a Marinha da Namíbia e a autoridade portuária namibiana,

NamPort, têm-se esforçado para reverter o quadro, divulgando a importância do oceano Atlântico para o povo. Neste particular, percebe-se que a Marinha sofre com a incompreensão de sua razão de ser. Os setores do governo já perceberam que é uma Força cara e o Ministério da Pesca não quer perder a responsabilidade pela patrulha marítima.

Outro setor que têm contribuído sobremaneira para reverter este quadro é a indústria pesqueira, terceira maior geradora de renda do país, depois da mineração e turismo, contribuindo com cerca de 3% do PIB nacional. Destaca-se que, após a captura no mar, o pescado é beneficiado em fábricas instaladas em Walvis Bay e Luderitz, saindo pronto para o consumo e exportação, em especial, para a Europa, Austrália, EUA e Ásia.

2.4. Como o governo da Namíbia enxerga a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul?

Como é sabido a Namíbia faz parte da ZOPACAS e nos últimos anos tem realizado esforços no sentido de acompanhar as reuniões deste fórum de cooperação sul-sul. Em encontros com diversas autoridades do Governo brasileiro entre os anos de 1994-2015, o ex-presidente SAM NUJOMA (1990-2005) e o ex-MD Nahas Angula (2010-2015) externaram a crença na cooperação estratégica existente entre os dois países. A participação da Namíbia na ZOPACAS e na CPLP (como membro observador desde 2014), entre outros, foram ações que materializam o discurso político.

Em geral percebe-se uma maior aproximação da Namíbia nas questões relacionadas ao Atlântico Sul, como a participação no 1º Simpósio Marítimo deste fórum, participação na Operação OBANGAME EXPRESS-2022, com o envio do NS *Elephant* e de oficiais para intercâmbio a bordo do NPaOc durante a referida Comissão. Tal aproximação pode estar ocorrendo em função da recente descoberta de petróleo nos campos marítimos de "Graff-I" e "Venus-1X", situados no litoral norte da Namíbia, com estimativa ainda não confirmada oficialmente de 400 milhões e três bilhões de barris, respectivamente.

2.5. A Namíbia possui uma Esquadra com capacidade oceânica?

Parcialmente. O único navio da Marinha da Namíbia que pode ser considerado com tal capacidade é o NS "*Elephant*", meio capaz de fazer uma travessia oceânica sem reabastecimento.

2.6. Como o Sr. descreve a Marinha da Namíbia, quanto ao porte e ao número de meios?

A Marinha da Namíbia ainda sofre com a incompreensão de sua razão de ser, em especial por ser uma Força Armada cara e o Ministério da Pesca não quer perder importância, em relação à realização da patrulha contra a pesca ilegal, atualmente ainda sob responsabilidade deste Ministério o qual possui dois Navios Patrulha de Pesca de 1.400 ton ("Nathaniel Maxuilili" e "Anna Kakurukaze Mungunda").

Importante destacar ainda que o nível de aprestamento dos meios é considerado baixo, e não se observa uma consistência nos procedimentos relativos às atividades de

logística. Predomina a reatividade nas ações do setor, principalmente no que se refere à manutenção dos meios. Em que pese ter sido provida assessoria pela Missão de Assessoria Naval quanto à implementação de programa de manutenção, controle de Condição de Eficiência dos Meios, acompanhamento das Horas de Funcionamento e acompanhamento do Ciclo de Atividades, tais metodologias não são empregadas.

2.7. Qual o volume de empresas chinesas na Namíbia? Tem crescido nos últimos 5 anos?

Em AGO2005, China e Namíbia assinaram o Acordo de Investimentos Recíprocos e Proteção. A partir de então, os investimentos chineses cresceram exponencialmente a cada ano e em todos os setores da economia namibiana. Em 2013, 40 empresas chinesas estavam atuando no país, com um patrimônio estimado em US\$ 3 Bilhões. A China atua nas áreas de agricultura, mineração, água, construção civil, transporte, indústria, comércio e educação.

Desde 2016 a China possui a concessão de exploração da mina de Urânio Hasab e a partir de 2019, com o início da exploração pela *China National Uranium Corporation* da mina *Rössing*, a China passou a ter o controle total na produção de urânio na Namíbia. O investimento na produção de urânio totalizará US\$ 5 Bilhões ao final de 10 anos (em 2023) e tornará a Namíbia o segundo maior produtor de urânio do mundo.

Além disso, dentre as atividades econômicas chinesas divulgadas na mídia, destacaram-se: construção de Shopping Centers em cidades do norte e na capital do país; cooperação em segurança alimentar; oferecimento de bolsas anuais de estudo em medicina na *Nam Tong University* pela organização Namíbia-China *Loving Heart*; assinatura de um Memorando de Entendimento entre as prefeituras de Windhoek (Namíbia) e Chongqing (China), para cooperação nas áreas de comércio, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), planejamento urbano e habitação, gestão da água, cultura e educação infantil; e apoio à formação de técnicos nas áreas de agricultura, saúde, educação, informática e administração pública.

Ainda, como exemplo de investimentos na área de infraestrutura logística naval, pode-se citar:

- A construção do novo terminal de containers, inaugurado em AGO2019, a um custo total de US\$ 260 milhões, a qual esteve totalmente a cargo da “*China Harbour Engeneering Company*” . Tal construção permitiu uma ampliação na movimentação de carga de 350.000 containers/ano para 750.000 containers/ano. O embaixador chinês caracterizou a conclusão das obras do Terminal como uma das maiores realizações da cooperação sino-namibiana e o maior projeto realizado no país desde a independência. O projeto inclui também um terminal de passageiros e uma marina de iates, por ser uma infraestrutura essencial para o crescimento do turismo e uma oportunidade para acelerar o desenvolvimento da orla marítima de Walvis Bay;

- Construção de um novo terminal de combustíveis ao norte do porto de Walvis Bay. As instalações compreendem as operações *offshore* e *onshore*, tanques de combustível e um

duto de 6,5 quilômetros de extensão. Com os novos tanques, o país passará a ter capacidade de armazenar combustível para 30 dias; e

- Construção de uma nova Base Naval na Namíbia realizada por uma firma chinesa, envolvendo a dragagem do fundo do mar para que grandes navios pudessem operar na nova Base.

2.8. Na avaliação do Sr. Qual o impacto, para o Brasil, da presença chinesa na Namíbia?

A China está entre os países que mais fazem doações, quer em material, quer em dinheiro para a Namíbia. Aparentemente, a China vem buscando uma compensação dos recursos aplicados na Namíbia, por meio de concessões no campo político, na execução de obras públicas e na exploração de recursos naturais.

Desta forma, os maciços investimentos da China podem ser vistos como uma ameaça ao posicionamento namibiano na relação Sul-Sul ambicionada pelo Brasil.

2.9. Como o Sr analisa a presença naval chinesa no Atlântico Sul?

De fato, a China está se tornando uma potência naval do Atlântico, à medida que aumenta o investimento na região, conforme demonstrado na perguntas de números 11 e 15.

Pesquisa feita pelo *South China Morning post*, mostra que a presença naval chinesa se tornou mais sofisticada, com missões mais longas. Apenas como exemplo, em 2017 uma força-tarefa PLAN teria passado 24 dias no Atlântico antes de chegar à Cidade do Cabo, África do Sul. Em outro dado da pesquisa, uma outra força-tarefa PLAN passou 13 dias navegando do porto de Douala em Camarões para a Cidade do Cabo, muito mais do que uma viagem normal. Nesses casos, as forças chinesas estavam treinando e fazendo exercícios, incluindo simulações de ataques de mísseis, disse o relatório, sendo que navios de pesquisa também fizeram parte das operações. O relatório sugeriu que a atividade naval aumentou como parte do esforço para proteger os interesses da China no exterior e muito provavelmente reflete a incorporação de certos elementos de uma estratégia 'externa' por Pequim em sua abordagem geral para lidar com a ameaça dos EUA e que “Ao desenvolver capacidades navais robustas no exterior, a lógica é que a China poderia obrigar os EUA a ajustar sua postura de força, deslocando os ativos aéreos e marítimos do Pacífico ocidental para se contrapor às ameaças chinesas em outros lugares”.

A tentativa em estabelecer uma Base Naval na COAA, conforme respondido na questão 17, estaria indo ao encontro desta estratégia, ou seja, a China intensificando sua presença naval no Atlântico Sul. É bem provável que amplie as infraestruturas portuárias civis existentes e construa instalações de dupla utilização, como evidenciado pelo precedente que estabeleceu em Djibouti.

2.10. O Sr. Observou algum foco de tensão entre os governos de China e Namíbia?

Não.

2.11. Qual a avaliação do Sr sobre aquisições futuras de Produtos de Defesa brasileiros, considerando o relacionamento com a China?

Antes de responder ao questionamento referente às aquisições de produtos brasileiros frente ao relacionamento com a China penso ser importante relacionar primeiramente como as Forças Armadas da Namíbia se encontram em termos de equipamentos e apoio chineses:

Pode-se dizer que a interação entre os Namíbia e China ganharam força a partir da chegada do adido militar chinês na Namíbia em 2002, destacando-se o apoio nos seguintes empreendimentos:

2.11.1 No Exército:

- em 2007-2009, ampliação e modernização da Escola de Formação das Forças de Defesa da Namíbia de Osona, localizada na cidade de Okahandja (60 Km ao norte da capital). A China participou com a doação de cerca de US\$8Mi;
- fornecimento de caminhões e ônibus chineses para o *Namibian Army* (NA), com a promessa de continuado apoio técnico de manutenção;
- em 2009, doação de carros de bombeiros, empilhadeiras, niveladoras de terreno, computadores e GPS para o Exército, para uso em apoio à Defesa Civil em casos de calamidade pública; e
- em 2015, doação de cerca de US\$5,8Mi para as Forças Armadas namibianas, com ênfase para o Exército e a Aeronáutica.

2.11.2 Quanto à Marinha da Namíbia pode-se afirmar que:

- em que pese o fato da Marinha do Brasil ter realizado todo o apoio ao projeto da Base Naval Comandante Phestus Sacharia, a obra foi realizada por uma empresa chinesa, vencedora da licitação;
- o crescimento da cooperação entre a Marinha da Namíbia (NN) e a Marinha da China tomou maior expressão a partir de 2010, quando da incorporação de um meio naval chinês à NN, o NS Elephant, recebido em 2012; e
- essa cooperação tem se fortalecido pela continuidade das doações, como as dos dois Navios Caça-Submarino “Dâures” e “Brukkaros”, recebidos em OUT2017.

2.11.3 No que tange à Força Aérea, são fatos marcantes:

- a cooperação datada de 2001, quando o desenvolvimento da Ala Aérea da *Namibian Defense Force* (NDF) passou a ser apoiado pela China, destacando-se o adestramento e utilização de aeronaves chinesas Karakorum-8 (K-8) e F-7, para treinamento e ataque leve. Entende-se que aeronaves desse tipo foram então doadas à NAF para permitir o aprendizado preliminar e básico para o futuro uso de aeronaves MiG-23 e, após, MiG-29;
- ainda em JUN2001, a NAF recebeu dois helicópteros de assalto modelo MI-25 e dois helicópteros MI-17 para transporte de carga e tropa;
- em 2005, uma equipe de cerca de 20 chineses apoiou as atividades de operação e manutenção das aeronaves Harbin Y-12, K-8 e F-7, em Grootfontein; e
- apoio técnico e financeiro para a construção da nova Base para NAF de 2004 a 2007; e
- fornecimento de 2 helicópteros de emprego geral em 2011.

Vale mencionar que, durante a cerimônia de incorporação dos novos meios navais, o Presidente GEINGOB citou um pensamento que diz ser “melhor ter um amigo leal do que cem amigos para momentos bons apenas”, tendo sido ressaltado que a Namíbia reconhece a China como uma nação amiga, leal e para “qualquer tempo”.

Nesse sentido, percebe-se que o apoio que tem sido prestado pela China para o treinamento de militares namibianos, bem como o fornecimento de equipamentos para a NDF são provas do comprometimento e interesse chinês no país, o que é bem aceito pelo governo namibiano face à restrição orçamentária para investimento e diversificação em novos equipamentos militares.

Assim, avalia-se como pouco provável, pelo menos a curto espaço de tempo, a

aquisição de Produtos de Defesa brasileiros pela Namíbia. Como esforços despendidos tanto por parte da Namíbia quanto pelo Brasil podemos citar que de 2005 até 2014, diversas autoridades namibianas visitaram a Embraer e demonstraram interesse no Super-Tucano. Especialmente em 2015, o Comte da NAF, Brigadeiro-General Martin Pinehas, visitou a empresa, quando teve acesso aos pátios de montagem do Super-Tucano e KC-390. A Embraer também realizou visitas à NDF e à NAF, respectivamente em 2014 e 2015, quando efetuou exposições aos seus Estados-Maiores sobre os dois modelos e em MAI2016, o *Chief of the Defense Force* (CDF) visitou a Embraer, quando de sua visita ao EMCFA. Ainda em 2016, representantes da Embraer estiveram em Windhoek, buscando retomar as tratativas sobre a venda de duas aeronaves KC-390. No final daquele ano, a NDF solicitou o encaminhamento de proposta para a venda de uma aeronave KC-390. A referida proposta foi encaminhada, mas nenhuma resposta sobre o assunto foi dada à empresa. Em 2017, a Embraer realizou uma demonstração estática e dinâmica de uma aeronave KC-390, em Windhoek, a qual foi pilotada por oficiais da NAF. Em 2018, representante da Embraer foi recebido em audiência pela Diretora de Finanças do Ministério da Defesa da Namíbia, Dra. W. SHIVUTE, a fim de reafirmar o interesse da empresa na venda da aeronave modelo KC-390. Foi apresentada a possibilidade de se utilizar linha de crédito aberta pelo BNDES para a aquisição da aeronave e informada a existência, também, de empresas de *leasing* interessadas em participar do negócio. A Dra. SHIVUTE afirmou que o assunto permanecia em deliberações internas, entretanto, insinuou que a crise fiscal enfrentada pelo país impedia a adoção de maior fluidez nos trâmites burocráticos.

Da mesma forma, também em 2018, representantes da empresa Avibras compareceram ao MoD para uma reunião agendada com o Contra-Almirante (reserva) PETER H. VILHO, então Diretor Executivo do MoD, e outros oficiais gerais, a fim de detalhar aspectos da proposta enviada pela empresa para a aquisição do Sistema ASTROS. O Diretor Executivo agradeceu a visita e esclareceu haver, por parte do gabinete ministerial da Namíbia, proibição temporária da assinatura de novos contratos por qualquer agente do governo. Enfatizou que não se tratava de rejeição específica da proposta da Avibras, mas da impossibilidade de ser cogitada, por orientação presidencial, a assinatura de qualquer novo contrato.

Após estes eventos nada mais foi falado sobre a aquisição de produtos de defesa brasileiros.

2.12. Como anda o nível de atividade do ACNBN?

O foco da Cooperação Naval tem sido na maior parte no adestramento, no ensino, na formação técnica e na troca de experiências, de acordo com as seguintes áreas:

- A Missão de Assessoria Naval vem executando um Programa de Adestramento, que é elaborado junto com o estado maior do *Commander Naval Operations* (CNO), visando a atualização e qualificação de diversos assuntos operativos; além de aulas e estágios específicos, como por exemplo: Oficiais de Manobra, Oficial de Máquinas e Inspectores. Recentemente surgiram novas demandas em relação a orientação do pessoal no combate à

pirataria. A MAN também tem recebido solicitações de apoio para a confecção de procedimentos logísticos e administrativos que hoje estão em consolidação na NN.

- O Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais tem contribuído com a Marinha da Namíbia com assessoria no curso de formação de soldados e especialização em infantaria (revisão curricular e adestramento dos instrutores); estruturação do curso de formação de sargentos em infantaria; assessoria no adestramento da companhia de Comandos Anfíbios; assessoria na estruturação e condução do Batalhão de FuzNav; assessoria na elaboração do plano de carreira de praças; e assessoria na implementação do programa de desenvolvimento doutrinário da Marinha da Namíbia

- A MB também apoia com a manutenção do *Long-Range Identification and Tracking* (LRIT), e com a formação de Oficiais na Escola Naval e Cursos de Aperfeiçoamento e de Estado-Maior.

- A cada dois anos é realizada uma Reunião de Estados-Maiores entre a MB e a Marinha da Namíbia quando são discutidos o Plano de Cooperação para o próximo biênio.

- Anualmente, por ocasião da Operação OBANGAME EXPRESS, Navios Patrulhas Oceânicos têm visitado o porto de Walvis Bay para apoio logístico ao navio, quando é aproveitada a oportunidade para a troca de experiências e a realização de exercícios conjuntos.

Cabe destacar que no ano de 2023 a Missão de Assessoria Naval será reavaliada pelo Adido Naval, devendo ser encaminhado ao EMA um relatório contendo uma proposta de cronograma de encerramento.

2.13. Há algum indício da construção de uma Base Naval chinesa em *Walvis Bay*?

No início de 2015, ao final do governo de H. POHAMBÁ, a China sondou a Namíbia quanto a possibilidade de instalar uma base militar chinesa em Walvis Bay. A notícia vazou para a imprensa, em versão que associava a base a uma possível contrapartida aos investimentos feitos pela China ao longo de 10 anos. A notícia foi desmentida pelos dois Governos, mas concluiu-se que a China tentou oportunamente fechar um acordo antes da passagem da presidência, visto que o Governo de HAGE GEINGOB possuiria boas relações também com o ocidente, notadamente com EUA e Reino Unido. Desde então nada mais foi veiculado na imprensa namibiana sobre o assunto, porém, pode-se afirmar que o elevado poder de influência chinesa no país poderia favorecer ao estabelecimento de uma Base Naval da China na Namíbia.

Também, conforme matéria do *African Center for Strategic Studies*, especula-se que, dentre os planos da China de acrescentar outra base naval na África, o Exército de Libertação Popular da China pretende instalar a sua segunda base naval na África, na costa atlântica. Tal base faria parte dos esforços da China em se tornar uma força militar global capaz de projetar poder afastado do seu litoral. Os locais mais cotados seriam a Guiné Equatorial, Angola e Namíbia. Executivos de empresas estatais chinesas estrangeiras estariam pressionando para um PLA mais expedicionário na África, visto que o continente acolhe mais

de 10.000 empresas chinesas, um milhão de imigrantes chineses e aproximadamente 260.000 trabalhadores chineses, na sua maioria a trabalhar na *One Belt One Road*, a estratégia da China para ligar os corredores econômicos globais à China.

2.14. O Sr. teria outras informações relevantes julgadas úteis em relação a postura geopolítica da Namíbia?

Pode-se afirmar que, como consequência da diversidade de ações promovidas, nos campos políticos, econômico, militar e educacional, a China conquistou um espaço considerável em diversos setores da Namíbia e o poder de influenciar as decisões políticas do país que nenhum outro Estado possui. Desta forma, pode-se dizer que a China hoje é o principal parceiro internacional da Namíbia.

ANEXO A – NÍVEL DE RISCO DOS PAÍSES DA COAA PARA O BRASIL

ESTADO	Qualidade do Ambiente de Negócios	Influência do País em seu Entorno	Grau de aceitação de Projetos Estratégicos	Facilidade de Investimentos ou Financiamentos	Importância estratégica das relações entre os países	Influência do país sobre a segurança da ZOPACAS	TOTAL	Média Ponderada
PESO	7	8	10	7	8	10		
África do Sul	28	40	40	28	40	50	226	4,5
Angola	28	24	40	35	32	30	189	3,8
Congo	21	24	30	28	16	20	139	2,8
Costa do Marfim	28	32	30	28	26	40	174	3,5
Guiné Equatorial	7	8	20	28	24	10	97	1,9
Namíbia	28	16	30	28	16	30	138	2,7
Nigéria	21	40	40	28	32	40	201	4,0

FONTE: GOMES JUNIOR (2020)